

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da companhia, com os pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2009, exceto quando especificado em contrário.

1. Considerações iniciais

Em 2010, o desempenho da CPFL Energia apresentou uma evolução importante, refletindo, principalmente, a solidez do ciclo de desenvolvimento que o Brasil vem experimentando, o imenso potencial de crescimento do mercado interno, evidenciado pelo crescimento do consumo de energia nas áreas atendidas por nossas distribuidoras, os resultados da estratégia de ampliação e diversificação dos negócios e o compromisso com a busca permanente do aumento da eficiência nas empresas do Grupo.

Os investimentos no exercício totalizaram R\$ 1,8 bilhão. No segmento de distribuição foram aplicados R\$ 1,1 bilhão na ampliação e fortalecimento do sistema elétrico. No segmento de geração foram alocados R\$ 645 milhões, principalmente nos empreendimentos em construção no exercício. Outros R\$ 28 milhões foram investidos no segmento de comercialização e serviços de valor agregado.

Entre os principais fatores que levaram ao desempenho do Grupo, destacam-se o crescimento das vendas na área de concessão das distribuidoras, que totalizaram 52.044 GWh, com crescimento de 7,2%, dos quais 12.794 GWh foram faturados por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). As vendas para o mercado cativo totalizaram 39.250 GWh, com crescimento de 3,8%. Em contrapartida, as vendas de comercialização e geração alcançaram 13.000 GWh, com redução de 2,0%.

No segmento de geração, o Grupo colocou em operação três novos empreendimentos que se encontravam em construção. Em agosto, entrou em operação a Usina Termelétrica (UTE) Baldin (45 MW), movida a biomassa de cana-de-açúcar. Em outubro, entrou em operação a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (855 MW), na qual a Companhia detém participação de 51%. Em dezembro, entrou em operação a UTE Termonordeste (170,76 MW), na qual o Grupo detém participação de 51%. Além disso, adquiriu a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Diamante (4,23 MW), localizada no Estado do Mato Grosso. Com isso, a capacidade instalada total de geração do Grupo CPFL encerrou 2010 em 2.309 MW.

Destacamos que, até o final de 2011, a capacidade instalada alcançará 2.511 MW, considerando a entrada em operação da UTE Termoparaíba (janeiro de 2011) e das usinas de biomassa Bio Buriti, Ipê e Formosa (previstas para o segundo e terceiro trimestres de 2011). Em 2012, quando entrarão em operação a usina de biomassa Bio Pedra e os sete parques eólicos em construção no Estado do Rio Grande do Norte (Santa Clara I, II, III, IV, V e VI e Euros VI), a potência instalada do Grupo CPFL alcançará 2.769 MW.

Também é importante destacar que o Grupo CPFL foi um dos vencedores do leilão de energia renovável realizado em agosto (Leilão Aneel nº 05/2010), por meio do qual comercializará energia proveniente do Parque Eólico Campo dos Ventos II (30 MW).

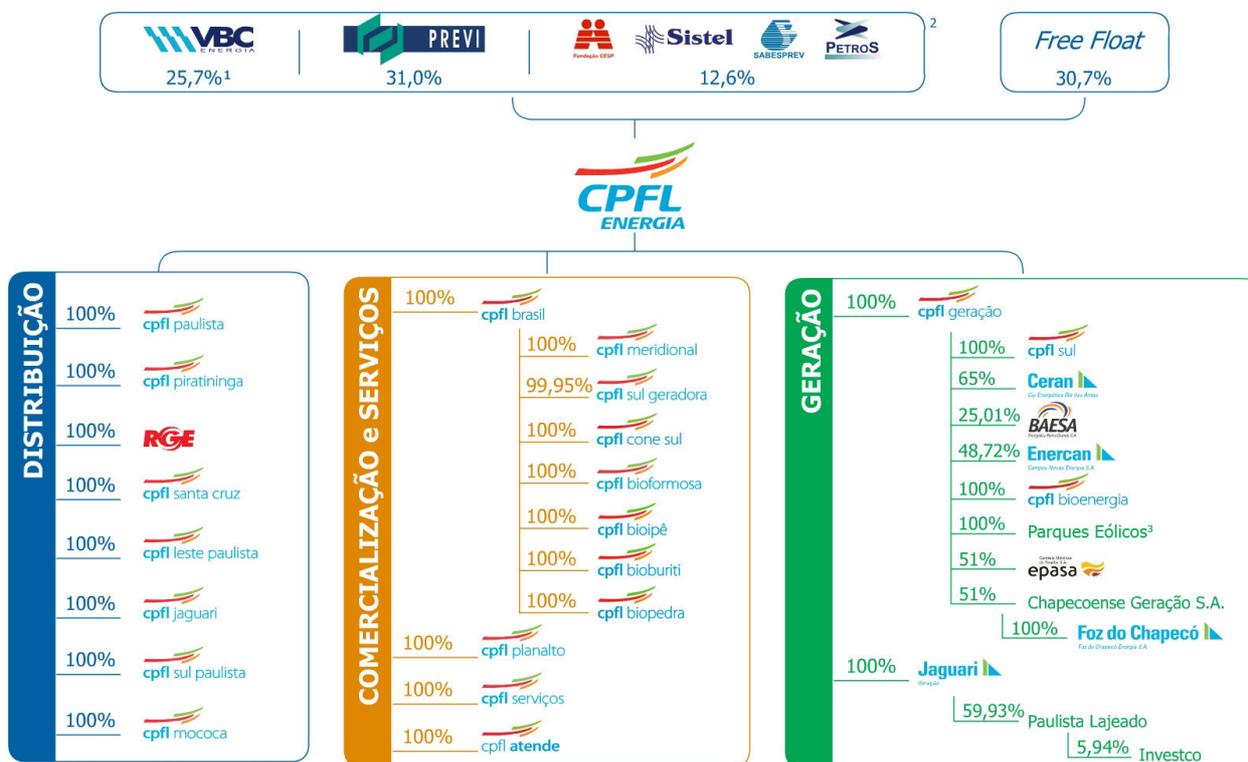
O desempenho e os resultados alcançados em 2010 reafirmam a estratégia de negócios do Grupo, baseada na busca pela ampliação da participação no mercado brasileiro de energia e na busca incessante de ganhos de eficiência e produtividade.

As projeções para os próximos anos indicam o crescimento consistente do mercado de energia no Brasil, como resultado da continuidade do ciclo de crescimento da economia brasileira. O planejamento de expansão da oferta de energia vem apontando para a diversificação da matriz de geração de energia elétrica, baseada em fontes limpas e renováveis, área em que o Grupo vem demonstrando competência e competitividade nos últimos anos. Permanece também a perspectiva de consolidação do setor elétrico brasileiro. Esta é uma tendência relacionada diretamente com o tratamento a ser dado aos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, que vencerão nos próximos anos. No caso do segmento de distribuição de energia, o 3º Ciclo de Revisão Tarifária será um vetor importante para o segmento, que é fundamental para o funcionamento e a sustentabilidade de toda a cadeia do setor elétrico brasileiro.

O Grupo CPFL Energia, nos últimos anos, vem desenvolvendo as competências necessárias para posicionar-se estrategicamente e aproveitar as oportunidades criadas com o crescimento e diversificação da economia brasileira, com a ascensão de amplas faixas da população e com a busca permanente do aumento da eficiência e competitividade de um setor estratégico para o desenvolvimento do País.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO (simplificado)

A CPFL Energia atua como *holding*, participando no capital de outras sociedades:



Notas:

- (1) Inclui 0,1% de ações da empresa Camargo Corrêa S.A.;
- (2) Acionistas controladores;
- (3) Compreende 8 empresas: Santa Clara I, II, III, IV, V e VI, Eurus VI e Campo dos Ventos II;
- (4) Base: 31/12/2010.

2. Comentário sobre a conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

A economia internacional passou por um grande revés entre o segundo trimestre de 2008 e o ano de 2009. No entanto, ao longo do ano de 2010, o mundo assistiu à recuperação dos países centrais e, em maior grau, dos países emergentes. Ambos os grupos de países foram estimulados por medidas fiscais e monetárias que buscavam ativar a demanda doméstica, e que resultaram em forte elevação dos gastos dos governos e retomada do consumo.

Esse processo de recuperação, contudo, não ocorreu de forma homogênea. De fato, os países emergentes apresentaram rápida e intensa recuperação uma vez que seus sistemas financeiros não foram tão abalados na crise. Ademais, vários países emergentes, como a China e o Brasil, vivenciam um ciclo de investimentos apoiado nas expectativas de avanço de seus mercados nacionais. Por fim, a forte demanda chinesa por insumos básicos e alimentos assegurou a recuperação das exportações de todo o bloco de países emergentes, contribuindo para o fortalecimento de suas contas externas e para a retomada da atividade em alguns casos. Os países centrais e a Europa, por outro lado, tiveram seus sistemas financeiros fortemente abalados na crise. Como resultado, esses países atravessaram uma etapa mais crítica de restrição de crédito, abalo de confiança e queda do investimento.

Desde os últimos meses de 2010, porém, vem se materializando um cenário distinto e que deve persistir em 2011. Com efeito, a economia norte-americana vem se recuperando de forma mais clara em função da renovação e da maior agressividade das medidas anti-crise. Os emergentes, por outro lado, já se encontram numa rota de estabilização, reflexo da retirada dos estímulos fiscais e monetários com vistas ao controle da inflação. Em suma, esse também deve ser o cenário para a economia brasileira em 2011. Estima-se que a alta do PIB brasileiro passe de 7,5% em 2010 para 4,3% em 2011. As perspectivas para o consumo interno continuam positivas, dado o ciclo de investimentos e a alta da renda, num contexto de baixo desemprego.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Para o segmento de distribuição, o ano de 2010 foi marcado pela assinatura dos aditivos aos contratos de concessão das distribuidoras para a apuração da neutralidade dos encargos setoriais, tratado pela AP 043/2009, e pela proposta de metodologia e critérios gerais para as revisões tarifárias do terceiro ciclo, colocada em Audiência Pública em setembro, por meio da AP 040. Ao mesmo tempo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) concluiu ou colocou outros temas em discussão de relevância para as distribuidoras, destacando-se: (i) Audiência Pública nº 052/2009, com metodologia para a composição de módulos construtivos das distribuidoras, com vistas à definição do seu banco de preços para apuração da base de ativos regulatórios (em andamento); (ii) Audiência Pública nº 048/2010, para consolidação da regulamentação dos processos tarifários, para a elaboração dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET (em andamento); (iii) Publicação da REN 414/2010, atualizando as condições gerais de fornecimento de energia elétrica estabelecidas na REN 456/1999 por ela revogada; (iv) Audiência Pública nº 120/2010, que propõe alterações na Estrutura Tarifária aplicada às distribuidoras (em andamento); (v) Audiência Pública nº 121/2010, que propõe a revisão das vidas úteis dos bens e instalações dos ativos das distribuidoras (em andamento).

Em 3 de fevereiro de 2011, a Aneel instaurou a Audiência Pública nº 005/2011, suspendendo as revisões tarifárias das empresas até a aprovação da metodologia proposta para o terceiro ciclo.

No segmento de geração, os principais destaques regulatórios do exercício foram dados: (i) pela aplicação da Portaria MME nº 463/2009, com a revisão das garantias físicas para as centrais

hidrelétricas não despachadas centralizadamente; (ii) pela publicação da Resolução Aneel nº 409/2010, que trata da exclusão de centrais hidrelétricas não despachadas centralizadamente do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (iii) pela Publicação da Portaria MME nº 735/2010, que estabeleceu a metodologia para revisão da garantias físicas de energia das usinas termelétricas inflexíveis; (iv) pela publicação MME nº 861/2010, que estabeleceu a metodologia para revisão das garantias físicas de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente; e (v) elaboração, pelo MME, de minuta do Decreto Regulamentador para o Art. 20 da Lei nº 10.848/2004, de forma a permitir a mudança de regime de concessão de serviço público para produção independente.

TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Segmento de Distribuição

Reajuste Tarifário Anual de 2010: a Aneel aprovou o Índice de Reajuste Tarifário anual (IRT) de 2010 para as oito distribuidoras do Grupo, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Índice de Reajuste Tarifário (IRT)	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa	CPFL Paulista	RGE	CPFL Piratininga
Vigência >>>>>	03/02/2010	03/02/2010	03/02/2010	03/02/2010	03/02/2010	08/04/2010	19/06/2010	23/10/2010
IRT Econômico	1,90%	-6,32%	5,81%	4,30%	4,15%	1,55%	1,72%	8,59%
Componentes Financeiros	8,19%	-6,89%	-0,65%	1,36%	-0,17%	1,15%	10,65%	1,52%
IRT Total	10,09%	-13,21%	5,16%	5,66%	3,98%	2,70%	12,37%	10,11%

Reajuste Tarifário Anual de 2011: em fevereiro de 2011, a Aneel aprovou o Índice de Reajuste Tarifário anual (IRT) de 2011 de cinco distribuidoras do Grupo, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Índice de Reajuste Tarifário (IRT)	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
Vigência >>>>>	03/02/2011	03/02/2011	03/02/2011	03/02/2011	03/02/2011
IRT Econômico	8,01%	6,42%	5,22%	6,57%	6,84%
Componentes Financeiros	15,61%	1,34%	0,25%	1,45%	2,66%
IRT Total	23,61%	7,76%	5,47%	8,02%	9,50%

Terceira Revisão Tarifária Periódica: O terceiro ciclo de revisão tarifária periódica terá início em 2011. Para este ciclo, a Aneel propôs nova metodologia em audiência pública, sendo que todas as propostas ainda estão em discussão.

Segmento de Geração

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela Enercan utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

VENDAS DE ENERGIA

As vendas nas áreas de concessão, realizadas por meio do segmento de distribuição, totalizaram 52.044 GWh, um crescimento de 7,2% em relação aos 48.568 GWh vendidos em 2009. As vendas para o mercado cativo totalizaram 39.250 GWh, um aumento de 3,8%, sendo, ainda, faturados 12.794 GWh por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). Já as vendas de

comercialização e geração totalizaram 13.000 GWh, uma redução de 2,0%.

No mercado cativo, destacam-se os crescimentos das classes residencial e comercial, que, juntas, representam 52,4% do total consumido pelos clientes cativos das distribuidoras do Grupo:

- **Classes residencial e comercial:** aumentos de 5,2%, para ambas as classes. A temperatura mais elevada, em relação a 2009, e os efeitos acumulados do crescimento econômico (aumento da renda e do emprego, do acesso ao crédito, das vendas de eletroeletrônicos e de eletrodomésticos e das vendas no comércio varejista) verificado nos últimos anos fizeram com que essas classes mantivessem o consumo elevado em 2010.
- **Classe industrial:** aumento de 0,5%, influenciado pela recuperação da atividade industrial e pela fraca base de comparação de 2009 (crise financeira internacional), compensado parcialmente pela migração de clientes para o mercado livre, refletida no crescimento da TUSD.

A quantidade de energia correspondente ao consumo dos clientes livres na área da CPFL Energia faturados por meio da TUSD atingiu 12.794 GWh, um aumento de 19,0%, reflexo da recuperação da atividade industrial e da migração de clientes para o mercado livre.

As vendas de comercialização e geração (exclusive partes relacionadas) atingiram 13.000 GWh, o que representou uma redução de 2,0%, devido principalmente à redução das vendas por meio de contratos bilaterais.

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Grupo manteve a estratégia de estimular a disseminação e o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação nas distribuidoras, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Atendimento ao cliente: no exercício, o Grupo desenvolveu novas ações do Projeto Ligado no Cliente, que visa a excelência no relacionamento por meio da melhoria contínua na qualidade dos processos e da disponibilização de serviços adequados às especificidades, interesses e expectativas de cada segmento.

Qualidade do fornecimento de energia: um dos principais eixos da estratégia de eficiência operacional do Grupo. A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras nos principais indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica. O DEC (Duração Equivalente de Interrupções) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor no ano. E o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) indica o número médio de interrupções por consumidor no ano.

Indicadores DEC e FEC 2010 (Valores anualizados)								
Empresa	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	RGE	CPFL Santa Cruz	CPFL Leste Paulista	CPFL Jaguari	CPFL Sul Paulista	CPFL Mococa
DEC	5,65	6,88	14,70	5,50	8,26	9,23	9,22	4,56
FEC	5,05	5,23	9,65	6,53	7,68	7,79	7,75	4,49

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2010, a potência instalada de geração do Grupo alcançou 2.309 MW. As usinas Baldin, Foz do Chapecó e Termonordeste (Epsa) entraram em operação em agosto, outubro e dezembro, respectivamente.

Ainda no exercício, o Grupo adquiriu a PCH Diamante, venceu o Leilão Aneel nº 05/2010, de agosto de 2010, para comercialização do Parque Eólico Campo dos Ventos II, localizado no Estado do Rio Grande do Norte, e constituiu a CPFL Bio Buriti, CPFL Bio Ipê e CPFL Bio Pedra, para, em parceria com o Grupo Pedra Agroindustrial, desenvolver projetos de geração movidos a biomassa de cana-de-açúcar.

Em janeiro de 2011, a usina Termoparaíba iniciou operações e, como resultado dos projetos de geração de energia em curso, a capacidade instalada do Grupo aumentará 21,5% até 2013.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas.

Em 2010, a CPFL Energia passou a adotar os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão consistentes com as normas contábeis internacionais (IFRS). Por este motivo, os demonstrativos e saldos relativos a 2009 (anteriormente divulgados) foram ajustados para refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos procedimentos, permitindo a comparabilidade dos períodos apresentados.

Receita Operacional

A receita operacional líquida cresceu 5,9% (R\$ 666 milhões), atingindo R\$ 12.024 milhões. Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente, no mesmo valor), a receita líquida seria de R\$ 10.980 milhões, um crescimento de 2,2% (R\$ 238 milhões).

Essa variação é decorrente, entre outros fatores, dos seguintes efeitos: aumento de 3,8% nas vendas de energia para o mercado cativo e aumento de 42,9% (R\$ 338 milhões com impostos) na receita de TUSD de clientes livres. O aumento da receita operacional foi parcialmente compensado pelo: (i) impacto positivo na receita de 2009 devido à inclusão de componentes financeiros na tarifa, como: o repasse dos aumentos nos custos em função do acionamento das usinas térmicas e do aumento da taxa de câmbio ocorridos em 2008 e a cobrança do reajuste tarifário extraordinário utilizado para compensar as perdas incorridas no racionamento de 2001 (término em 2009); e (ii) redução das vendas de comercialização e geração em 2,0%, exclusive partes relacionadas, devido principalmente à redução das vendas por meio de contratos bilaterais de curto prazo, vigentes em 2009, na comercialização.

Geração operacional de caixa – EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização e entidade de previdência.

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA atingiu R\$ 3.350 milhões, uma redução de 3,0% (R\$ 102 milhões), refletindo principalmente o impacto positivo do reajuste tarifário de 2009 citado no item anterior. O custo com energia elétrica apresentou um aumento de 3,5% (R\$ 208 milhões), o qual foi substancialmente contemplado na receita, sem impacto relevante no EBITDA. Os custos e despesas operacionais, dos quais se excluem os gastos com Previdência Privada, Depreciação e Amortização, apresentaram aumento de 10,3% (R\$ 132 milhões).

O aumento nos custos e despesas operacionais ocorreu devido aos seguintes fatores: (i) aumento de 7,3% (R\$ 41 milhões) nas despesas com pessoal, decorrente principalmente do acréscimo salarial referente aos Acordos Coletivos de 2009 e 2010; (ii) aumento de 11,4% (R\$ 8 milhões) nas despesas com material; (iii) aumento de 20,2% (R\$ 78 milhões) nas despesas com serviços de terceiros; e (iv) aumento de 1,8% (R\$ 5 milhões) nos outros custos/despesas operacionais.

Lucro Líquido

Em 2010, o Lucro Líquido atingiu R\$ 1.560 milhões, com redução de 7,6% (R\$ 129 milhões), devido principalmente aos seguintes fatores: (i) redução de 3,0% (R\$ 102 milhões) no EBITDA; (ii) efeito negativo de 5,3% (R\$ 41 milhões) no Imposto de Renda e na Contribuição Social, devido principalmente ao volume menor de aproveitamento de crédito fiscal em 2010, no valor de R\$ 59 milhões; (iii) aumento de 14,3% (R\$ 44 milhões) nas despesas financeiras líquidas; e (iv) aumento líquido de 4,7% nas depreciações e amortizações (R\$ 23 milhões). Esse resultado foi parcialmente compensado pelo efeito positivo (R\$ 78 milhões) na despesa com Entidade de Previdência Privada.

Dividendo

A Administração propõe a distribuição de R\$ 1.260 milhões em dividendos aos detentores de ações ordinárias negociadas na BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.. O valor proposto corresponde a R\$ 2,619770369 por ação. Com isso, a companhia supera a distribuição mínima de 50% do lucro líquido, prevista em sua política de dividendos.

Descontando o montante pago de R\$ 774 milhões referentes ao primeiro semestre de 2010 (pagos em 30 de setembro de 2010), o valor a ser pago será de R\$ 486 milhões, equivalente a R\$ 1,010190770 por ação.

Endividamento

No final de 2010, a dívida financeira (incluindo *hedge*) da companhia atingiu R\$ 9.418 milhões, com aumento de 19,2%.

5. Investimentos

Em 2010, foram realizados investimentos de R\$ 1.801 milhões para manutenção e expansão do negócio, dos quais R\$ 1.128 milhões foram direcionados à distribuição, R\$ 645 milhões à geração e R\$ 28 milhões à comercialização e serviços.

Entre os investimentos da CPFL Energia em 2010 podemos destacar:

- **Distribuição:** foram feitos investimentos na ampliação e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado. Também foram feitos investimentos em melhorias, manutenção e modernização do sistema elétrico, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros;
- **Geração:** foram destinados principalmente à UHE Foz do Chapecó, UTE Baldin e Epasa (UTES Termonordeste e Termoparaíba), empreendimentos que já entraram em operação comercial, e UTES Bio Formosa, Bio Buriti, Bio Ipê e Bio Pedra, e Parques Eólicos Santa Clara I, II, III, IV, V e VI e Eurus VI, empreendimentos em construção.

Aquisições no exercício – por meio da controlada CPFL Geração, adquiriu 100% dos seguintes empreendimentos: (i) **PCH Diamante (4,23 MW)** e (ii) **Parque Eólico Campo dos Ventos II (30 MW)**.

6. Governança corporativa

O modelo de Governança Corporativa da CPFL Energia se baseia em quatro princípios: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, aplicado a todas as

empresas do Grupo.

A CPFL Energia é listada nos segmentos de mais alto nível de governança - Novo Mercado da BM&FBovespa e ADRs Nível III na Bolsa de Nova York, sendo vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa. Seu capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias e assegura *tag along* de 100% , no caso de alienação de controle.

O Conselho de Administração da companhia tem como objetivo fixar a orientação geral dos negócios e eleger a Diretoria, dentre outras competências que lhe são atribuídas pela Lei e pelo Estatuto Social. Suas regras de funcionamento estão definidas em seu Regimento Interno. O órgão é composto por um conselheiro independente e seis conselheiros indicados pelos acionistas controladores, com prazo de mandato de um ano sendo permitida a reeleição. O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, elegendo, dentre seus membros, um Presidente e um Vice-presidente. Nenhum conselheiro integra a Diretoria Executiva da companhia.

O Conselho de Administração constituiu três comitês e definiu suas competências em um único Regimento Interno. São eles: Comitê de Gestão de Pessoas, Comitê de Partes Relacionadas e Comitê de Processos de Gestão. Sempre que necessário, são constituídas Comissões *ad hoc* que assessoram o Conselho de Administração em relação a temas como governança corporativa, estratégia, orçamento, compra de energia, novos negócios e políticas financeiras.

A CPFL Energia possui um Conselho Fiscal em permanente funcionamento, formado por cinco membros que exercem também as atribuições de Comitê de Auditoria previstas nas regras da Securities and Exchange Commission (SEC). As regras de atuação do Conselho Fiscal são previstas em Regimento Interno e no Guia do Conselho Fiscal.

A Diretoria Executiva é formada por sete diretores, com prazo de mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Compete à Diretoria Executiva representar a companhia e gerir os negócios, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração. Ao Diretor Presidente cabe a indicação dos nomes dos demais diretores estatutários.

7. Mercado de capitais

A CPFL Energia, atualmente com 30,7% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tem suas ações negociadas no Brasil (BM&FBovespa) e na Bolsa de Nova York (Nyse). Em 2010, as ações da CPFL Energia apresentaram valorização de 25,7% na BM&FBovespa e de 33,7% na Nyse, superando os índices Ibovespa e Dow Jones, respectivamente, encerrando o ano cotadas a R\$ 41,20 por ação e US\$ 76,81 por ADR. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 33,3 milhões, dos quais R\$ 17,4 milhões na BM&FBovespa e R\$ 15,9 milhões na Nyse, representando um aumento de 22,1%.

8. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Energia mantém um programa permanente de gerenciamento dos impactos de suas operações nas comunidades em que atua, por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos negócios que desenvolve. Abaixo estão relacionados os destaques do exercício:

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética: o Comitê de Ética realizou 10 reuniões e elaborou e publicou uma Súmula de Orientação sobre “Cuidado e Zelo com a identificação de Acesso aos Sistemas”.

Gestão de Recursos Humanos: a companhia encerrou 2010 com 7.924 colaboradores (7.450 em 2009) e rotatividade de 10,1%. As empresas do Grupo mantiveram programas de gestão e capacitação, com foco no desenvolvimento de competências estratégicas para os negócios, sucessão de lideranças, aumento da produtividade e em saúde e segurança ocupacional. O número médio de horas de treinamento por colaborador foi de 77,83 horas, 7% superior ao *benchmarking* da Pesquisa Sextante-2010. Ainda neste exercício, a CPFL Energia integrou pelo nono ano consecutivo o ranking “As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil”, da publicação *Guia Você S/A / Exame*.

Relacionamento com a comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Energia atua, destacam-se: (i) **CPFL Cultura** - o programa cultural continuou a promover reflexões sobre o mundo contemporâneo com encontros presenciais gratuitos em Campinas e sedes regionais, que resultaram em programas de TV, documentários e outros produtos audiovisuais; (ii) **Programa CPFL de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos** - foi concluída a edição 2008–2010 do programa que beneficiou 42 hospitais localizados em 34 municípios das regiões de Araraquara, Araçatuba, Baixada Santista, Bauru, Jaú, Ribeirão Preto e Sorocaba; (iii) **Programa de Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)** - em 2010, as empresas do Grupo CPFL Energia destinaram cerca de R\$ 2,2 milhões, com recursos de incentivo fiscal, para 356 projetos em 156 municípios da área de concessão; e (iv) **Gestão Social CPFL** - o programa, que oferece capacitação em gestão para o terceiro setor, foi lançado e realizado nas cidades de Itapetininga e Avaré, beneficiando 24 participantes de 13 organizações sociais.

Influência e liderança na cadeia de valor: a Rede de Valor, fórum inicialmente dedicado a fornecedores para troca de aprendizagens e a construção de uma agenda comum, foi expandido e passou a incluir clientes e parceiros do setor elétrico.

Compromissos empresariais: além dos compromissos dos quais a companhia já é signatária, em 2010, a empresa fez adesão ao Fundo de Apoio ao Grupo de Trabalho Fórum Clima e ao Movimento Empresarial pela Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade.

Gestão ambiental: em 2010, a CPFL Energia realizou inventário de emissões de gases de efeito estufa referente ao ano de 2009, abrangendo todo o grupo, que totalizou 131.588 tCO₂e. Paralelo a isso, cada empresa do Grupo desenvolveu projetos para maximizar os aproveitamentos energéticos e mitigar os impactos socioambientais de seus empreendimentos. Destaque para: (i) **Geração de energia** - comercialização de 22.312 Certificados de Redução de Emissões de CO₂ (CERs) referentes às PCHs e 111.354 CERs referentes à UHE Monte Claro (Ceran); remoção de 23.233 m³ de plantas aquáticas no reservatório da PCH Americana; apoio à Associação Barco Escola da Natureza, que recebeu público de 44 mil participantes no período; continuidade às atividades do Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática com soltura de 65 mil alevinos, plantio de 20.584 mudas nativas em área de mata ciliar e manutenção dos Sistemas de Transposição para Peixes; na UHE Foz do Chapecó foi dada continuidade aos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental, ao Projeto Novo Rumo, de geração de emprego e renda, e firmada parceria com a Secretaria de Agricultura do município de Chapecó para realização do Programa Água Boa, que possui como objetivo o isolamento e preservação de 700 hectares de área de nascentes e mata ciliar; a Ceran patrocinou por meio da Lei de Incentivo a Cultura parte da restauração do centro cultural de Veranópolis e o filme “A Casa Elétrica”; continuidade do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), repassando recursos para o financiamento de agronegócios coletivos pela Enercan, beneficiando 417 famílias, visando o desenvolvimento social da região, no âmbito da UHE Campos Novos; certificação ambiental ISO 14.001:2004 no escopo “Sistema para gerenciamento dos riscos ambientais da UHE Barra Grande (Gestão do reservatório, Operação e Manutenção, Geração de Energia)”; participação no Fundo de Desenvolvimento da Região Norte-Nordeste de Goiás em apoio às instituições Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ministério de Minas e Energia, Furnas, Sebrae-Goiás e

Tractebel Energia, visando gerar empregos e renda para famílias abrangidas pelas UHE Cana Brava e UHE Serra da Mesa; e (ii) **Distribuição de energia** - distribuição de 240 mil mudas por meio do programa de arborização urbana; obtenção da Certificação Ambiental (ISO 14001) com expansão para atividades "Serviços da Transmissão de Energia Elétrica", abrangendo 11 subestações e 3.223 km de Linhas de Transmissão nas áreas de concessão da CPFL Paulista e CPFL Piratininga; distribuição de 35 mil mudas de árvores nobres nos municípios da área de concessão da RGE.

9. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da sociedade. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2010, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

10. Agradecimentos

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na companhia no ano de 2010. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Balço Social Anual / 2010 [*]

Empresa: CPFL - Energia S.A.



1 - Base de Cálculo		2010 Valor (Mil reais)			2009 Valor (Mil reais) *		
Receita líquida (RL)		12.023.729			11.358.006		
Resultado operacional (RO)		2.385.372			2.472.977		
Folha de pagamento bruta (FPB)		530.328			484.161		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		42.132	7,94%	0,35%	39.268	8,11%	0,35%
Encargos sociais compulsórios		141.968	26,77%	1,18%	129.432	26,73%	1,14%
Previdência privada		27.382	5,16%	0,23%	25.140	5,19%	0,22%
Saúde		31.025	5,85%	0,26%	27.564	5,69%	0,24%
Segurança e saúde no trabalho		2.395	0,45%	0,02%	1.801	0,37%	0,02%
Educação		2.404	0,45%	0,02%	2.213	0,46%	0,02%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		10.297	1,94%	0,09%	7.343	1,52%	0,06%
Creches ou auxílio-creche		1.560	0,29%	0,01%	1.570	0,32%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados		38.412	7,24%	0,32%	37.902	7,83%	0,33%
Outros		9.123	1,72%	0,08%	4.202	0,87%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos		306.698	57,94%	2,56%	276.435	57,13%	2,44%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		520	0,02%	0,00%	1.858	0,08%	0,02%
Cultura		11.971	0,50%	0,10%	7.879	0,32%	0,07%
Saúde e saneamento		1.880	0,08%	0,02%	834	0,03%	0,01%
Esporte		2.306	0,10%	0,02%	1.333	0,05%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros		4.325	0,18%	0,04%	2.856	0,12%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade		21.002	0,88%	0,18%	14.760	0,60%	0,14%
Tributos (excluídos encargos sociais)		5.270.068	220,93%	43,83%	4.661.531	188,50%	41,04%
Total - Indicadores sociais externos		5.291.070	221,81%	44,01%	4.676.291	189,10%	41,18%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		89.476	3,75%	0,74%	90.167	3,65%	0,79%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		92.260	3,87%	0,77%	69.215	2,80%	0,61%
Total dos investimentos em meio ambiente		181.736	7,62%	1,51%	159.382	6,45%	1,40%
Segundo o estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2010			2009		
Nº de empregados(as) ao final do período		7.924			7.450		
Nº de admissões durante o período		1.671			1.068		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		ND			5.578		
Nº de estagiários(as)		236			210		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		2.086			1.841		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		1.847			1.414		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		11,58%			9,43%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		960			746		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		2,72%			1,27%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		289			294		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2010			2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		79,33			59,20		
Número total de acidentes de trabalho		28			21		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa 984.579	no Procon 2.303	na Justiça 4.083	na empresa 801.942	no Procon 1.440	na Justiça 2.532
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 33,42%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 46,95%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2010: 8.686.175			Em 2009*: 8.182.186		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		65,41% governo	5,73% colaboradores(as)	14,51% acionistas	64,19% governo	6,52% colaboradores(as)	15,02% acionistas
7 - Outras Informações		3,45% retido			5,62% retido		

Informações Consolidadas

* Reajustados para adequar a Norma IFRS.

Nos itens financeiros foram utilizados os percentuais de participação societária. Para as demais informações, tais como quantidade de empregados e processos judiciais, as informações foram disponibilizadas em números integrais.

Responsável pelo Preenchimento: Antônio Carlos Bassalo, fone (19) - 3756-8018, bassalo@cpfl.com.br

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes



CPFL Energia S.A.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
(em milhares de Reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa (nota 6)	110.958	219.126	15.702	1.562.895	1.487.243	758.454
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 7)	-	-	-	1.816.091	1.752.858	1.603.155
Dividendos e juros sobre capital próprio (nota 14)	412.648	201.772	158.203	-	-	-
Títulos e valores mobiliários (nota 8)	42.533	39.253	38.249	42.533	39.253	38.249
Tributos a compensar (nota 9)	34.992	44.310	37.160	193.025	192.278	175.967
Derivativos (nota 35)	-	252	-	244	795	36.520
Estoques	-	-	-	25.234	17.360	23.230
Arrendamento (nota 11)	-	-	-	4.754	2.949	1.133
Outros créditos (nota 13)	505	2.643	5.892	253.412	156.560	118.397
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	601.636	507.356	255.206	3.898.188	3.649.296	2.755.105
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 7)	-	-	-	195.739	224.887	278.330
Coligadas, controladas e controladora	14.875	25.102	1.045	-	-	-
Depósitos judiciais (nota 23)	10.676	9.810	8	890.684	794.177	749.974
Títulos e valores mobiliários (nota 8)	39.216	62.179	87.117	72.822	79.835	96.786
Tributos a compensar (nota 9)	2.787	2.787	2.787	138.969	113.235	105.167
Derivativos (nota 35)	-	-	-	82	7.881	396.875
Créditos fiscais diferidos (nota 10)	177.729	176.199	127.556	1.183.458	1.286.805	1.594.131
Arrendamento (nota 11)	-	-	-	26.314	21.243	5.256
Ativo financeiro da concessão (nota 12)	-	-	-	934.646	674.029	582.241
Entidade de previdência privada (nota 20)	-	-	-	5.800	9.725	-
Investimentos ao custo	-	-	-	116.654	116.477	116.249
Outros créditos (nota 13)	27.514	51.394	456.697	222.106	237.029	288.461
Investimentos (nota 14)	6.167.075	6.006.277	5.484.445	-	-	-
Imobilizado (nota 15)	157	1	10	5.786.466	5.213.039	4.706.537
Intangível (nota 16)	255	420	380	6.584.877	6.063.101	6.052.144
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.440.284	6.334.169	6.160.045	16.158.617	14.841.463	14.972.151
TOTAL DO ATIVO	7.041.920	6.841.525	6.415.251	20.056.805	18.490.759	17.727.256



CPFL Energia S.A.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009
(em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Fornecedores (nota 17)	1.768	2.658	1.810	1.047.392	1.021.452	985.904
Encargos de dívidas (nota 18)	-	-	-	40.519	27.662	30.018
Encargos de debêntures (nota 19)	15.529	12.788	20.047	118.066	101.284	102.113
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	-	-	-	578.867	728.914	556.205
Debentures (nota 19)	-	-	-	1.509.960	499.025	580.076
Entidade de previdência privada (nota 20)	-	-	-	40.103	44.484	45.257
Taxas regulamentares (nota 21)	-	-	-	123.542	63.750	94.530
Impostos, taxas e contribuições (nota 22)	437	102	63	455.243	498.610	456.672
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.360	17.036	16.764	23.815	25.284	17.512
Obrigações estimadas com pessoal	204	78	100	58.688	50.898	46.384
Derivativos (nota 35)	123	-	365	3.981	7.012	53.443
Uso do bem público (nota 24)	-	-	-	17.287	15.697	15.228
Outras contas a pagar (nota 25)	6.818	7.487	1.867	410.861	338.861	279.688
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	41.239	40.149	41.016	4.428.324	3.422.933	3.263.030
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores (nota 17)	-	-	-	-	42.655	85.311
Encargos de dívidas (nota 18)	-	-	-	29.144	62.427	74.104
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	-	-	-	4.917.853	3.729.042	4.086.139
Debentures (nota 19)	450.000	450.000	450.000	2.212.314	2.751.169	2.026.890
Entidade de previdência privada (nota 20)	-	-	-	570.878	723.286	801.964
Impostos, taxas e contribuições (nota 22)	-	-	-	959	1.639	2.243
Débitos fiscais diferidos (nota 10)	-	-	-	277.767	282.010	274.842
Provisão para contingências (nota 23)	10.666	9.800	66.876	291.266	300.644	382.527
Derivativos (nota 35)	460	1.056	961	7.883	5.694	961
Uso do bem público (nota 24)	-	-	-	429.631	405.837	408.887
Outras contas a pagar (nota 25)	45.847	71.172	63.715	141.130	226.644	269.512
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	506.973	532.028	581.552	8.878.825	8.531.047	8.413.380
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 26)						
Capital social	4.793.424	4.741.175	4.741.175	4.793.424	4.741.175	4.741.175
Reserva de capital	16	16	16	16	16	16
Reserva de lucro	418.665	341.751	277.428	418.665	341.751	277.428
Dividendo adicional proposto	486.040	655.017	606.105	486.040	655.017	606.105
Reserva de avaliação patrimonial	795.563	765.667	799.870	795.563	765.667	799.870
Lucro (prejuízo) acumulado	-	(234.278)	(631.911)	-	(234.278)	(631.911)
	6.493.708	6.269.348	5.792.683	6.493.708	6.269.348	5.792.683
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	255.948	267.431	258.163
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.493.708	6.269.348	5.792.683	6.749.656	6.536.779	6.050.846
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.041.920	6.841.525	6.415.251	20.056.805	18.490.759	17.727.256



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 28)	1.795	4	12.023.729	11.358.006
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Custo com energia elétrica (nota 29)	-	-	(6.222.490)	(6.014.509)
Custo de operação (nota 30)	-	-	(1.067.493)	(1.053.938)
Custo do serviço prestado a terceiros (nota 30)	-	-	(1.050.980)	(620.944)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.795	4	3.682.766	3.668.615
Despesas operacionais (nota 30)				
Despesas com vendas	-	-	(300.435)	(255.199)
Despesas gerais e administrativas	(34.676)	(18.339)	(443.212)	(403.390)
Outras despesas operacionais	(145.302)	(150.114)	(199.804)	(227.343)
	(179.978)	(168.453)	(943.451)	(885.932)
RESULTADO DO SERVIÇO	(178.183)	(168.449)	2.739.315	2.782.683
Resultado de participações societárias (nota 14)	1.755.270	1.817.599	-	-
RESULTADO FINANCEIRO (nota 31)				
Receitas	92.941	37.184	483.115	351.360
Despesas	(96.228)	(66.700)	(837.058)	(661.066)
	(3.287)	(29.516)	(353.943)	(309.706)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	1.573.800	1.619.634	2.385.372	2.472.977
Contribuição social (nota 10)	(7.833)	11.879	(221.235)	(208.348)
Imposto de renda (nota 10)	(27.686)	25.784	(604.100)	(575.761)
	(35.519)	37.663	(825.335)	(784.109)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.538.281	1.657.297	1.560.037	1.688.868
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores			1.538.281	1.657.297
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores			21.756	31.571



CPFL Energia S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Dividendo Adicional Proposto	Reserva de avaliação patrimonial		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
					Custo Atribuído	Instrumentos Financeiros				
Saldos em 01 de janeiro de 2009	4.741.175	16	277.428	606.105	661.975	137.895	(631.911)	5.792.683	258.163	6.050.846
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.657.297	1.657.297	31.571	1.688.868
Dividendo Prescrito	-	-	-	-	-	-	4.541	4.541	-	4.541
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	(606.105)	-	-	-	(606.105)	(14.244)	(620.349)
Movimentação do Resultado Abrangente Acumulado:										
- Perda em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(11.208)	-	(11.208)	(174)	(11.382)
- Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	3.811	-	3.811	59	3.870
- Realização de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(702)	702	-	-	-
- Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(39.552)	-	39.552	-	-	-
- Efeito fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	13.448	-	(13.448)	-	-	-
Destinação do Lucro:										
- Constituição de Reserva Legal	-	-	64.323	-	-	-	(64.323)	-	-	-
- Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	-	(571.671)	(571.671)	(6.767)	(578.438)
- Dividendo Proposto	-	-	-	655.017	-	-	(655.017)	-	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.177)	(1.177)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	4.741.175	16	341.751	655.017	635.871	129.796	(234.278)	6.269.348	267.431	6.536.779
Aumento de Capital	52.249	-	-	-	-	-	-	52.249	-	52.249
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.538.281	1.538.281	21.756	1.560.037
Dividendo Prescrito	-	-	-	-	-	-	6.406	6.406	-	6.406
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	(655.017)	-	-	-	(655.017)	(10.967)	(665.984)
Movimentação do Resultado Abrangente Acumulado:										
- Ganho em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	86.167	-	86.167	(3.531)	82.636
- Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(29.297)	-	(29.297)	1.201	(28.096)
- Realização de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(835)	835	-	-	-
- Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(39.605)	-	39.605	-	-	-
- Efeito fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	13.466	-	(13.466)	-	-	-
Destinação do Lucro:										
- Constituição de Reserva Legal	-	-	76.914	-	-	-	(76.914)	-	-	-
- Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	-	(774.429)	(774.429)	(6.181)	(780.610)
- Dividendo Proposto	-	-	-	486.040	-	-	(486.040)	-	-	-
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.761)	(13.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.793.424	16	418.665	486.040	609.732	185.831	-	6.493.708	255.948	6.749.656

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIA S.A

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Lucro Líquido Incluindo C.SLL e IRPJ	1.573.800	1.619.634	2.385.372	2.472.977
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e Amortização	145.452	148.868	691.793	673.073
Provisão para Contingências	-	9.800	(29.598)	(13.623)
Encargos de Dívida e Atualizações Monetárias e Cambiais	21.532	40.500	613.946	572.470
Ganho com plano de pensão	-	-	(80.629)	(3.066)
Equivalência Patrimonial	(1.755.270)	(1.817.599)	-	-
Perda (Ganho) na Baixa de não circulante	-	1.370	1.142	(686)
PIS e COFINS Diferidos	-	-	2.153	75.649
Outros	-	-	536	-
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	(34.085)	(96.260)
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	1.317.799	1.423.009	-	-
Tributos a Compensar	38.945	22.812	3.146	9.265
Operações de Arrendamento	-	-	(2.945)	(2.276)
Depósitos Judiciais	-	(9.450)	(52.109)	948
Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	10.227	-	-	-
Outros Ativos Operacionais	(309)	(3.580)	(78.202)	1.165
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	(890)	848	(16.714)	(7.853)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(38.003)	(21.215)	(705.366)	(524.248)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	3.295	2.688	(88.996)	47.212
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-	-	(72.235)	(86.110)
Encargos de Dívidas Pagos	(44.895)	(52.998)	(573.170)	(546.705)
Taxas Regulamentares	-	-	59.792	(30.780)
Outros Passivos Operacionais	546	(65.781)	5.382	(101.891)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.272.229	1.298.906	2.029.213	2.439.261
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aumento de Participação Societárias	-	-	(5.752)	(31.922)
Redução de Capital em Subsidiárias	-	60.236	-	-
Aquisições de Imobilizado	2	-	(634.931)	(549.045)
Titulos e Valores Mobiliários	43.627	41.709	17.777	65.527
Contratos Pré-compra de Energia	-	-	(10.077)	(29.972)
Adições de Intangível	-	(99)	(1.165.609)	(679.054)
Operações de arrendamento	-	-	(3.931)	(15.527)
Venda de Ativo não circulante	(45)	-	828	1.092
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	(140)	-	-
Operações de Mútuo com Controladas e Coligadas	-	(24.057)	-	-
Outros	(233)	-	(192)	-
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	43.351	77.649	(1.801.887)	(1.238.901)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de Empréstimos e Debêntures	-	-	2.571.002	2.552.433
Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures, líquida de derivativos	(198)	(170)	(1.280.290)	(1.843.792)
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.423.550)	(1.172.961)	(1.440.094)	(1.178.365)
Venda de Ações em Tesouraria	-	-	137	-
Outros	-	-	(2.429)	(1.847)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.423.748)	(1.173.131)	(151.674)	(471.571)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(108.168)	203.424	75.652	728.789
SALDO INICIAL NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	219.126	15.702	1.487.243	758.454
SALDO FINAL NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	110.958	219.126	1.562.895	1.487.243



Demonstrações do Valor Adicionado
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
1- Receita	1.971	103	18.421.036	16.963.483
1.1 Receita de Venda de Energia e Serviços	1.971	4	16.513.001	15.875.755
1.2 Receitas com Construção da Infraestrutura de Distribuição	-	-	1.043.678	615.557
1.3 Receitas com Construção de Ativos Próprios	-	99	916.026	508.421
1.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(51.669)	(36.250)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(30.554)	(17.104)	(9.535.417)	(8.461.851)
2.1 Custo com Energia Elétrica			(6.914.197)	(6.695.256)
2.2 Material	(57)	(42)	(1.095.907)	(590.704)
2.3 Serviços de Terceiros	(19.442)	(7.858)	(1.185.662)	(825.670)
2.4 Outros	(11.055)	(9.204)	(339.651)	(350.221)
3 - Valor Adicionado Bruto (1 + 2)	(28.583)	(17.001)	8.885.619	8.501.632
4 - Retenções	(145.452)	(148.868)	(720.528)	(697.869)
4.1 Depreciação e Amortização	(150)	(119)	(537.913)	(510.970)
4.2 Amortização do Intangível de Concessão	(145.302)	(148.749)	(182.615)	(186.899)
5 - Valor Adicionado Líquido Gerado (3 + 4)	(174.035)	(165.869)	8.165.091	7.803.763
6 - Valor adicionado Recebido em Transferência	1.866.476	1.873.259	521.084	378.423
6.1 Receitas Financeiras	111.206	55.660	521.084	378.423
6.2 Equivalência Patrimonial	1.755.270	1.817.599	-	-
7 - Valor adicionado a Distribuir (5 + 6)	1.692.441	1.707.390	8.686.175	8.182.186
8 - Distribuição do Valor Adicionado				
8.1 Pessoal e Encargos	3.293	1.997	498.110	533.508
8.1.1 Remuneração Direta	3.055	1.857	379.198	357.309
8.1.2 Benefícios	131	49	89.235	147.277
8.1.3 F.G.T.S.	107	91	29.677	28.922
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	54.548	(18.661)	5.681.647	5.251.649
8.2.1 Federais	54.532	(18.666)	2.940.759	2.628.151
8.2.2 Estaduais	-	-	2.731.991	2.615.272
8.2.3 Municipais	16	5	8.897	8.226
8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros	96.319	66.757	946.381	708.161
8.3.1 Juros	96.195	66.635	931.649	698.622
8.3.2 Aluguéis	124	122	14.732	9.539
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	1.538.281	1.657.297	1.560.037	1.688.868
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	1.254.063	1.222.147	1.260.244	1.228.914
8.4.2 Lucros Retidos	284.218	435.150	299.793	459.954
	1.692.441	1.707.390	8.686.175	8.182.186

CPFL ENERGIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 14º andar - Cj 2 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - Brasil.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas operacionais (informações sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são examinados pelos auditores independentes):

Distribuição de energia	Tipo de Sociedade	Participação Societária	Localização (Estado)	Nº de municípios	Nº de consumidores aproximados (em milhares)	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de S. Paulo	234	3.661	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de S. Paulo	27	1.439	30 anos	Outubro de 2028
Rio Grande Energia S.A. ("RGE")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior do Rio Grande do Sul	262	1.272	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Luz e Força Santa Cruz ("CPFL Santa Cruz")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Paraná	27	180	16 anos	Julho de 2015
Companhia Leste Paulista de Energia ("CPFL Leste Paulista")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	7	51	16 anos	Julho de 2015
Companhia Jaguarí de Energia ("CPFL Jaguarí")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	2	33	16 anos	Julho de 2015
Companhia Sul Paulista de Energia ("CPFL Sul Paulista")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de S. Paulo	5	72	16 anos	Julho de 2015
Companhia Luz e Força de Mococa ("CPFL Mococa")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo e Minas Gerais	4	41	16 anos	Julho de 2015

Geração de energia - em operação	Tipo de Sociedade	Participação Societária	Localização (Estado)	Nº usinas / tipo de energia	Potência instalada	
					Total	Participação CPFL
CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	São Paulo, Goiás e Minas Gerais	1 Hidrelétrica, 20 PCHs e 1 térmica*	812 MW	812 MW
Foz do Chapecó Energia S.A. ("Foz do Chapecó")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	855 MW	436 MW
Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 48,72%	Santa Catarina	1 Hidrelétrica	880 MW	429 MW
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 65%	Rio Grande do Sul	3 Hidrelétricas	360 MW	234 MW
BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta 25,01%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	690 MW	173 MW
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51%	Paraíba	2 Térmicas	342 MW	174 MW
Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 59,93%**	São Paulo	1 Hidrelétrica	903 MW	63 MW
CPFL Bioenergia S.A. ("CPFL Bioenergia")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	45 MW	45 MW
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais Elétricas")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Sul	4 PCHs (RS)	2,65 MW	2,65 MW

(*) PCH - Pequena Central Hidrelétrica

(**) A Paulista Lajeado possui 7% de participação na potência instalada Investco S.A.

Geração de energia - em desenvolvimento	Tipo de Sociedade	Participação Societária	Localização	Nº usinas / tipo de energia	Data prevista para início das operações	Potência Instalada prevista
CPFL Bio Formosa S.A. ("CPFL Bio Formosa")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Térmica (Biomassa)	2011	40 MW
CPFL Bio Burity S.A. ("CPFL Bio Burity")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2011	50 MW
CPFL Bio Ipê S.A. ("CPFL Bio Ipê")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2011	25 MW
CPFL Bio Pedra S.A. ("CPFL Bio Pedra")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2012	70 MW
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI")	Sociedade Limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos I")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos II")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos III")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos IV")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos V")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW
Eurus V Energias Renováveis S.A. ("Eurus V")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW

(*) A potência instalada prevista para o Parque Eólico Santa Clara é de 188 MW.

(**) A potência instalada prevista para o Parque Eólico Campo dos Ventos é de 160 MW.

Comercialização de Energia e Serviços

	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação Societária
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia, consultoria e assessoramento a agentes no setor de energia	Direta 100%
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional")	Sociedade Limitada	Comercialização e prestação de serviços de energia	Indireta 100%
CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Indireta 100%
CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto")	Sociedade Limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos eletro-mecânicos e prestação de serviços	Direta 100%
Chumpitaz Serviços S.A. ("Chumpitaz")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços administrativos	Direta 100%
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda. ("CPFL Atende")	Sociedade Limitada	Prestação de serviços de tele-atendimento	Direta 100%

Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação Societária
CPFL Jaguariuna S.A. ("CPFL Jaguariuna")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Direta 100%
Companhia Jaguari de Geração de Energia ("Jaguari Geração")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Direta 100%
Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Indireta 51%
CPFL Bio Anicuns S.A. ("Anicuns")	Sociedade por ações de capital fechado	Estudos e projetos para geração de energia	Indireta 100%
CPFL Bio Itapaci S.A. ("Itapaci")	Sociedade por ações de capital fechado	Estudos e projetos para geração de energia	Indireta 100%
Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Indireta 99,95%

Controladas que iniciaram suas atividades operacionais em 2010

CPFL Bioenergia S.A.

A controlada CPFL Bioenergia cujo objeto principal é a geração de energia elétrica de origem térmica e vapor d'água através de usinas de co-geração movidas a bagaço de cana-de-açúcar e palha entrou em operação em 27 de agosto de 2010.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A.

A Epasa cujo objetivo é desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) usinas termoelétricas, denominadas "UTE Termoparaíba" e "UTE Termonordeste", ambas movidas a óleo combustível. O início das operações ocorreu em 24 de dezembro de 2010 para a UTE Termonordeste e 13 de janeiro de 2011 para a UTE Termoparaíba.

Chapecoense Geração S.A.

A controlada em conjunto Chapecoense Geração tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro e 30 de dezembro. A última unidade geradora está prevista para entrar em operação até o término do 1º trimestre de 2011.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*, exceto pela avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto que estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que pelo IFRS deveriam ser registradas pelo método do custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas em completa conformidade com as normas IFRS, sendo estas as primeiras demonstrações consolidadas preparadas de acordo com esta prática internacional.

A nota explicativa 5 demonstra as principais diferenças existentes entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil e as normas atuais e vigentes aqui apresentadas.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 14 de março de 2011.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrado nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo, iv) ativo imobilizado ajustado para refletir o “custo atribuído” na data de transição, e v) ativo atuarial que possui seu reconhecimento limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Nota 10 – Créditos e Débitos Fiscais Diferido;
- Nota 12 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 16 – Intangível;
- Nota 20 – Entidade de Previdência Privada;
- Nota 23 – Provisão para Contingência, e
- Nota 35 – Instrumentos Financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.5 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

- Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

- Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para o IFRS e CPC a Companhia optou por não rerepresentar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2009 o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Este ágio foi testado quanto a redução do seu valor recuperável na data de transição, conforme descrito na nota explicativa 3.6.

(ii) Controladas e controladas em conjunto:

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto (joint venture) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle (total ou compartilhado), se inicia até a data em que deixa de existir.

Operações controladas em conjunto são operações onde as atividades do empreendimento, direta ou indiretamente, são controladas em conjunto com outros investidores, por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas integrais e proporcionalmente para as controladas em conjunto.

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está evidenciada no patrimônio líquido e destacada após a demonstração do resultado do exercício em cada ano apresentado.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Conseqüentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

2.6 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em: (i) atividades de distribuição de energia elétrica (“Distribuição”); (ii) atividades de geração de energia elétrica (“Geração”); (iii) atividades de comercialização de energia e prestação de serviços (“Comercialização”); e (iv) outros, basicamente correspondendo a serviços corporativos e outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

Estão incluídos na apresentação dos segmentos operacionais, itens diretamente a eles atribuíveis, bem como eventuais alocações necessárias, incluindo ativos intangíveis.

2.7 Informações sobre Participações Societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e controladas em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas controladas em conjunto ENERCAN, BAESA, Foz do Chapecó e EPASA que são consolidadas proporcionalmente, e (ii) o investimento registrado ao custo pela controlada Paulista Lajeado na Investco, as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2010, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN e Paulista Lajeado.

2.8 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, aplicáveis as companhias abertas, enquanto que para o IFRS representam informação financeira adicional.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados.

3.1 Contratos de Concessão

O ICPC 01 “Contratos de Concessão” estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado pelo seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos estabelecida pelo órgão regulador. O ativo financeiro enquadra-se na categoria de disponível para venda e é atualizado e amortizado anualmente de acordo com a atualização de seu valor justo, tendo como contrapartida a conta de Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como as controladas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- i. Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam estes ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas têm classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 6), (ii) títulos e valores mobiliários (nota 8) e (iii) derivativos (nota 35.d).

- ii. Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes ativos financeiros: (i) título recebível com a CESP (nota 8) e, (ii) créditos a receber da controlada CPFL Paulista junto a CESP (nota 13).

- iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 7), (ii) dividendos e juros sobre o capital próprio (nota 14.2) e, (iii) outros créditos (nota 13).

- iv. Disponíveis para venda: são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração de resultado como parte da receita operacional líquida, enquanto que as variações para registro ao valor justo são reconhecidas na Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo.

A Companhia e suas controladas têm como principal ativo financeiro classificado nesta categoria o direito à indenização ao término da concessão. A opção pela designação deste instrumento como disponível para venda deve-se a sua não classificação nas demais categorias descritas. Uma vez que a Administração acredita que a indenização se dará, no mínimo, conforme modelo de precificação de tarifas atual, o registro deste instrumento como empréstimos e recebíveis não é possível uma vez que a indenização não será fixa ou determinável, pelo fato de existirem incertezas em relação ao valor de sua recuperação dada a outras razões que não a deterioração do crédito. As principais incertezas devem-se ao risco de não reconhecimento de parte destes ativos pelo órgão regulador e de seus respectivos preços de reposição no término da concessão (nota 4).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Companhia e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes passivos financeiros: (i) algumas dívidas em moedas estrangeiras (nota 18) e, (ii) derivativos (nota 35.d).

- ii. Não mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 17), (ii) empréstimos e financiamentos (nota 18), (iii) encargos de dívidas (nota 18); (iv) encargos de debêntures (nota 19); (v) debêntures (nota 19); (vi) uso do bem público (nota 24); (vii) dividendos a pagar e (viii) outras contas a pagar (nota 25).

A Companhia realiza o registro contábil de garantias quando estas são realizadas para entidades não controladas ou quando a garantia é concedida em um percentual maior que o de sua participação. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo correspondendo a receita a ser apropriada que será reconhecida posteriormente a medida em que a Companhia esteja livre de tal obrigação, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida, amortizada posteriormente pelo recebimento de caixa ou pelo método linear ao resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Arrendamentos:

No começo de um contrato deve-se determinar se um contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatária, os bens são capitalizados ao ativo imobilizado no início do arrendamento em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

3.4 Imobilizado:

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O processo de avaliação dos ativos de acordo com as regras do CPC e IFRS na data de transição foi realizado através da segregação em dois grupos:

- Ativos avaliados pelo custo atribuído na data de transição: modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço a longa data em que não seja possível a reconstrução da formação de seu custo ou em que o custo associado a este levantamento não traga um benefício para a apresentação destas demonstrações financeiras. Desta forma, o custo destes ativos imobilizados na data de transição foi determinado de acordo com o seu respectivo valor de mercado ("custo atribuído") e os valores reavaliados estão sendo apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

- Ativos avaliados pelo custo histórico: modelo adotado pela Companhia para ativos recém construídos em que a base de formação do custo é facilmente comprovada e que os valores a custos históricos estejam próximos de seus respectivos valores de mercado. Para estes casos, as controladas procederam análise de modo a assegurar que a composição do custo esteja em consonância com as atuais práticas contábeis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do órgão regulador. Para as geradoras sujeitas à regulamentação do Decreto 2003 de 1996, os ativos estão sendo depreciados pelas taxas estabelecidas pelo órgão regulador, desde que não ultrapassem o prazo da concessão.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

3.5 Intangível:

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, softwares e servidão de passagem.

O ágio ("*goodwill*") resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, não estão sujeitos a amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do período referente a aquisição.

Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio é incluído ao valor contábil do investimento, sendo apresentado como intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- i. Adquiridos através de combinações de negócios: A parcela do ágio oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão esta sendo apresentado como ativo intangível. Estes valores são amortizados com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias para o prazo remanescente da concessão.
- ii. Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para maiores informações vide nota 3.1.
- iii. Uso do Bem Público: Algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.6 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- Disponíveis para venda: pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida na Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. Essa perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

Nos casos onde em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, tenha sido identificado um aumento (ganho), a perda de valor é revertida contra o montante da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida na Reserva de avaliação patrimonial.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Uma das formas utilizadas para avaliação do impairment, são os testes realizados com base em seu valor em uso. Para estes casos, os ativos (ex: ágio) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificado um problema de realização, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, anualmente também é realizada uma análise para possível reversão do impairment.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.8 Benefícios a empregados

As controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com o CPC 33 – “Benefícios a Empregados”. Apesar dos planos possuírem particularidades, tem as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do período em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes através do método da unidade de crédito projetada. As controladas utilizam-se do corredor para evitar que oscilações nas condições macroeconômicas distorçam o resultado do período. Desta forma, as diferenças acumuladas entre as estimativas atuariais e os resultados reais não são registrados nas demonstrações financeiras a menos que excedam 10% do maior valor entre o passivo e ativo dos planos. Os ganhos e perdas não registrados que ultrapassarem este limite são registrados ao resultado do exercício pelo prazo esperado de serviço remanescente dos funcionários. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao total de quaisquer custos de serviço passado não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Até 31 de dezembro de 2008, o dividendo que excedia o limite mínimo de 25% deveria ser proposto e provisionado na data de cada balanço, mas sujeito à aprovação em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”). De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 e ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de “Dividendo adicional proposto”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendos intermediários na data base 30 de junho só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após da data de deliberação do Conselho de Administração.

Nas práticas contábeis anteriormente adotadas, os juros sobre o capital próprio transitavam pelo resultado do exercício e eram estornados para fins de apresentação da demonstração do resultado do exercício. Com a nova prática contábil, os juros sobre o capital próprio não mais transitam pela demonstração do resultado do exercício, estando os efeitos demonstrados apenas na mutação do patrimônio líquido e na taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Não existe nenhum consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas pelo método da percentagem completada (“preço fixo”), sendo as perdas reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido ou na Reserva de avaliação patrimonial que já são reconhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos individuais projetados para o período remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 Resultado

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível à Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

3.13 Ativos e passivos regulatórios

Em consonância com o entendimento preliminar do IASB/IFRIC, ativos e passivos regulatórios não podem ser registrados nas demonstrações financeiras da Companhia por não atenderem os requerimentos de ativos e passivos descritos na Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Desta forma, os direitos ou compensações somente são refletidos nas demonstrações financeiras no momento do consumo de energia elétrica por parte dos clientes cativos.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, são as seguintes:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters.
- Improvements to IFRS 2010.
- IFRS 9 Financial Instruments
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14)
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários. A Companhia esta analisando o impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Imobilizado e intangível

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos foram registrados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou valorizados através de modelo de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&F, BOVESPA e ANDIMA. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os ativos financeiros classificados como disponível para venda referem-se ao direito a indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição. A metodologia adotada para valorização a mercado destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária das distribuidoras. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos de acordo com cada concessionária, consiste na reavaliação ao preço de mercado da infraestrutura de distribuição. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Apesar da metodologia e critérios de avaliação da indenização no momento da reversão dos ativos ainda não ter sido definida pela União, a Administração da Companhia acredita que a indenização será avaliada tendo como base, no mínimo, o modelo de precificação das tarifas. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IGP-M como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subseqüentes, em consonância com o processo de Reajuste Tarifário.

(5) ADOÇÃO INICIAL DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Em função da promulgação das Leis 11.638/07 e 11.941/09, durante o exercício de 2008, o CPC emitiu e a CVM aprovou uma série de Pronunciamentos e Interpretações contábeis que tinha por objetivo a convergência das práticas contábeis brasileiras às práticas internacionais de contabilidade ("IFRS"). Tais pronunciamentos foram integralmente aplicados concluindo a primeira fase do processo de convergência.

Para que o processo fosse totalmente concluído, novos pronunciamentos foram emitidos ao longo de 2009 e 2010, de modo a permitir que as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 fossem aplicadas em consonância com as normas internacionais.

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações preparadas em conformidade com o IFRS. Para que o processo de harmonização de práticas contábeis fosse possível, a Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1, adotando como data de transição 1º de janeiro de 2009 e consequentemente as demonstrações financeiras de 2009 estão sendo reapresentadas com os ajustes identificados na adoção dos referidos CPCs.

De acordo com os pronunciamentos mencionados acima, existem exceções obrigatórias e isenções opcionais de aplicação retroativa.

Procedimentos adotados pela Companhia:

- Benefícios a empregados: Registro dos planos de pensão do tipo benefício definido. Dada a impraticabilidade da aplicação retroativa, a Companhia aplicou a isenção e foram reconhecidos todos os ganhos e perdas atuariais passados em 1º de janeiro de 2009 em contrapartida à conta de prejuízo acumulado.
- ICPC 01 – Contratos de concessão: Recomposição dos ativos financeiros e ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01 e IFRIC 12 de forma retroativa. Desta forma, a Companhia não utilizou a isenção permitida pelas regras de transição.
- Combinação de negócios: De acordo com a isenção permitida pelo CPC 37 e IFRS 1, na transição para as normas internacionais de contabilidade a Companhia optou por não aplicar retroativamente os requerimentos do CPC 15 – Combinações de Negócios. Desta forma, somente as combinações de negócios ocorridas após 01 de janeiro de 2009 refletem os requerimentos deste pronunciamento.
- Custo atribuído: O CPC 37 permite a opção pela mensuração de um ativo imobilizado pelo custo atribuído na data de transição, conforme Interpretação Técnica “ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”. A Companhia optou por registrar ao valor de mercado, na data de transição, os ativos imobilizados das controladas CPFL Sul Centrais e CPFL Geração.
- As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas anteriormente adotadas no Brasil.

O impacto da transição para as práticas contábeis internacionais no balanço patrimonial, patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, assim como o resultado do exercício de 2009 está descrito a seguir.

5.1 Reconciliação dos ajustes e reclassificações na adoção das novas práticas contábeis:

a) Balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009:

ATIVO	Referência	Anteriormente publicado	Reclassificações (vide item 5.2)	Consolidação (vide item 5.3.1)	Ajustes	Novas práticas
CIRCULANTE						
Disponibilidades		737.847	-	20.607	-	758.454
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5.3.2	1.721.028	(82.462)	6.121	(41.532)	1.603.155
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários		38.249	-	-	-	38.249
Tributos a Compensar		174.294	-	1.673	-	175.967
Derivativos		36.520	-	-	-	36.520
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(82.462)	82.462	-	-	-
Estoques		15.594	-	7.636	-	23.230
Arrendamento		-	1.133	-	-	1.133
Créditos Fiscais Diferidos		220.144	(220.144)	-	-	-
Despesas Pagas Antecipadamente	5.3.2	101.882	(14.065)	745	(88.562)	-
Diferimento de Custos Tarifários	5.3.2	638.229	-	-	(638.229)	-
Outros		110.793	5.296	85	2.223	118.397
		<u>3.712.118</u>	<u>(220.144)</u>	<u>29.231</u>	<u>(766.100)</u>	<u>2.755.105</u>
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5.3.2	286.144	-	-	(7.814)	278.330
Coligadas, Controladas e Controladora		-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais		599.973	149.998	3	-	749.974
Títulos e Valores Mobiliários		96.786	-	-	-	96.786
Tributos a Compensar		101.948	-	3.219	-	105.167
Derivativos		396.875	-	-	-	396.875
Créditos Fiscais Diferidos		1.132.736	220.144	-	241.251	1.594.131
Arrendamento		-	5.256	-	-	5.256
Ativo financeiro da concessão	5.3.3	-	-	-	582.241	582.241
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-
Outros Investimentos ao custo		-	116.249	-	-	116.249
Despesas Pagas Antecipadamente	5.3.2	99.210	(10.258)	-	(88.952)	-
Diferimento de Custos Tarifários	5.3.2	157.435	-	-	(157.435)	-
Outros	5.3.8	221.330	5.002	15.891	46.238	288.461
Investimentos	5.3.8	103.598	(117.393)	-	13.795	-
Imobilizado	5.3.3 / 5.3.4 / 5.3.6	6.614.347	-	398.467	(2.306.277)	4.706.537
Intangível	5.3.3 / 5.3.5	2.700.136	29.492	53	3.322.463	6.052.144
Diferido		20.536	(28.348)	7.812	-	-
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>12.531.054</u>	<u>370.142</u>	<u>425.445</u>	<u>1.645.510</u>	<u>14.972.151</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>16.243.172</u>	<u>149.998</u>	<u>454.676</u>	<u>879.410</u>	<u>17.727.256</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Referência	Anteriormente publicado	Reclassificações (vide item 5.2)	Consolidação (vide item 5.3.1)	Ajustes	Novas práticas
CIRCULANTE						
Fornecedores		982.344	-	3.560	-	985.904
Encargos de dívidas		29.081	-	937	-	30.018
Encargos de debêntures		102.112	-	1	-	102.113
Empréstimos e financiamentos		523.167	-	33.038	-	556.205
Debentures		580.076	-	-	-	580.076
Entidade de previdência privada	5.3.7	44.088	-	-	1.169	45.257
Taxas regulamentares		94.054	-	476	-	94.530
Impostos, taxas e contribuições		464.339	-	437	(8.104)	456.672
Dividendos e juros sobre capital próprio	5.3.8	632.087	-	69	(614.644)	17.512
Obrigações estimadas com pessoal		46.244	-	140	-	46.384
Provisão para contingências		15	(23)	8	-	-
Derivativos		53.443	-	-	-	53.443
Uso do bem público	5.3.5	-	-	-	15.228	15.228
Débitos fiscais diferidos		-	-	-	-	-
Diferimento de Ganhos Tarifários	5.3.2	165.871	-	-	(165.871)	-
Outras contas a pagar	5.3.2	524.898	(124.886)	978	(121.323)	279.688
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		4.241.819	(124.886)	39.644	(893.545)	3.263.030
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores		85.311	-	-	-	85.311
Encargos de dívidas		74.104	-	-	-	74.104
Empréstimos e financiamentos		3.836.882	-	249.257	-	4.086.139
Debentures		2.026.890	-	-	-	2.026.890
Entidade de previdência privada	5.3.7	508.194	-	-	293.770	801.964
Tributos e contribuições sociais		2.242	-	1	-	2.243
Débitos fiscais diferidos		4.203	-	-	270.639	274.842
Provisão para contingências		107.642	274.886	(1)	-	382.527
Derivativos		961	-	-	-	961
Uso do bem público	5.3.5	-	-	-	408.887	408.887
Diferimento de Ganhos Tarifários	5.3.2	40.779	-	-	(40.779)	-
Outras contas a pagar	5.3.2 / 5.3.8	207.194	-	-	62.318	269.512
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.894.402	274.886	249.257	994.835	8.413.380
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social		4.741.175	-	-	-	4.741.175
Reserva de capital		16	-	-	-	16
Reserva de lucro		277.428	-	-	-	277.428
Dividendo adicional proposto	5.3.8	-	-	-	606.105	606.105
Reserva de avaliação patrimonial	5.3.8	-	-	-	799.870	799.870
Lucro (prejuízo) acumulado		-	-	-	(631.911)	(631.911)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		5.018.619	-	-	774.064	5.792.683
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		88.332	-	165.775	4.056	258.163
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.106.951	-	165.775	778.120	6.050.846
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.243.172	149.998	454.676	879.410	17.727.256

b) Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009:

ATIVO	Referência	Anteriormente publicado	Reclassificações (vide item 5.2)	Consolidação (vide item 5.3.1)	Ajustes	Novas práticas
CIRCULANTE						
Disponibilidades		1.473.175		14.068	-	1.487.243
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5.3.2	1.840.107	(81.974)	6.250	(11.525)	1.752.858
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio		-		-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários		39.253		-	-	39.253
Tributos a Compensar		190.983		1.295	-	192.278
Derivativos		795		-	-	795
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(81.974)	81.974	-	-	-
Estoques		17.360		-	-	17.360
Arrendamento		-	2.949	-	-	2.949
Créditos Fiscais Diferidos		162.779	(162.779)	-	-	-
Despesas Pagas Antecipadamente	5.3.2	124.086	(14.354)	28	(109.760)	-
Diferimento de Custos Tarifários	5.3.2	332.813		-	(332.813)	-
Outros		145.055	11.405	100	-	156.560
		<u>4.244.432</u>	<u>(162.779)</u>	<u>21.741</u>	<u>(454.098)</u>	<u>3.649.296</u>
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5.3.2	226.314			(1.427)	224.887
Coligadas, Controladas e Controladora		-			-	-
Depósitos Judiciais		654.506	139.671		-	794.177
Títulos e Valores Mobiliários		79.835			-	79.835
Tributos a Compensar		110.014		3.221	-	113.235
Derivativos		7.881			-	7.881
Créditos Fiscais Diferidos		1.117.736	162.779		6.290	1.286.805
Arrendamento			21.243		-	21.243
Ativo financeiro da concessão	5.3.3				674.029	674.029
Entidade de previdência privada	5.3.7		3.054		6.671	9.725
Outros Investimentos ao custo			116.477		-	116.477
Despesas Pagas Antecipadamente	5.3.2	64.201	(6.573)		(57.628)	-
Diferimento de Custos Tarifários	5.3.2	42.813			(42.813)	-
Outros	5.3.8	160.760	(14.670)	12.826	78.113	237.029
Investimentos	5.3.8	104.801	(117.621)		12.820	-
Imobilizado	5.3.3 / 5.3.4 / 5.3.6	7.487.216	-	399.445	(2.673.622)	5.213.039
Intangível	5.3.3 / 5.3.5	2.554.400	22.218	347	3.486.136	6.063.101
Diferido		15.081	(21.074)	5.993	-	-
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>12.625.558</u>	<u>305.504</u>	<u>421.832</u>	<u>1.488.569</u>	<u>14.841.463</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>16.869.990</u>	<u>142.725</u>	<u>443.573</u>	<u>1.034.471</u>	<u>18.490.759</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Referência	Anteriormente publicado	Reclassificações (vide item 5.2)	Consolidação (vide item 5.3.1)	Ajustes	Novas práticas
CIRCULANTE						
Fornecedores		1.021.348	-	104	-	1.021.452
Encargos de dívidas		26.543	-	1.119	-	27.662
Encargos de debêntures		101.284	-	-	-	101.284
Empréstimos e financiamentos		697.223	-	31.691	-	728.914
Debêntures		499.025	-	-	-	499.025
Entidade de previdência privada		44.484	-	-	-	44.484
Taxas regulamentares		62.999	-	751	-	63.750
Impostos, taxas e contribuições		489.976	-	8.634	-	498.610
Dividendos e juros sobre capital próprio	5.3.8	684.185	-	4.836	(663.737)	25.284
Obrigações estimadas com pessoal		50.620	-	278	-	50.898
Derivativos		7.012	-	-	-	7.012
Uso do bem público	5.3.5	-	-	-	15.697	15.697
Débitos fiscais diferidos		2.258	(2.258)	-	-	-
Diferimento de Ganhos Tarifários	5.3.2	313.463	-	-	(313.463)	-
Outras contas a pagar	5.3.2	584.614	(122.792)	1.055	(124.016)	338.861
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		4.585.034	(125.050)	48.468	(1.085.519)	3.422.933
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores		42.655	-	-	-	42.655
Encargos de dívidas		62.427	-	-	-	62.427
Empréstimos e financiamentos		3.515.236	-	213.806	-	3.729.042
Debêntures		2.751.169	-	-	-	2.751.169
Entidade de previdência privada	5.3.7	425.366	3.054	-	294.866	723.286
Tributos e contribuições sociais		1.639	-	-	-	1.639
Débitos fiscais diferidos		4.376	2.258	-	275.376	282.010
Provisão para contingências		38.181	262.463	-	-	300.644
Derivativos		5.694	-	-	-	5.694
Uso do bem público	5.3.5	-	-	-	405.837	405.837
Diferimento de Ganhos Tarifários	5.3.2	108.691	-	-	(108.691)	-
Outras contas a pagar	5.3.2 / 5.3.8	161.539	-	-	65.105	226.644
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		7.116.973	267.775	213.806	932.493	8.531.047
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social		4.741.175	-	-	-	4.741.175
Reserva de capital		16	-	-	-	16
Reserva de lucro		341.751	-	-	-	341.751
Dividendo adicional proposto	5.3.8	-	-	-	655.017	655.017
Reserva de avaliação patrimonial	5.3.8	-	-	-	765.667	765.667
Lucro (prejuízo) acumulado		-	-	-	(234.278)	(234.278)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		5.082.942	-	-	1.186.406	6.269.348
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		85.041	-	181.301	1.089	267.431
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.167.983	-	181.301	1.187.495	6.536.779
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.869.990	142.725	443.575	1.034.469	18.490.759

c) Demonstração do resultado do exercício – 2009:

	Referência	Anteriormente publicado	Consolidação (vide item 5.3.1)	Ajustes	Novas práticas
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.3.2 / 5.3.3 / 5.3.5 / 5.3.8	10.565.982	73.364	718.660	11.358.006
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com energia elétrica	5.3.2	(6.531.022)	(5.049)	521.562	(6.014.509)
Custo de operação	5.3.2 / 5.3.3 / 5.3.4 / 5.3.5 / 5.3.6 / 5.3.7	(943.492)	(18.199)	(92.247)	(1.053.938)
Custo do serviço prestado a terceiros	5.3.3	(5.387)	-	(615.557)	(620.944)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		3.086.081	50.116	532.418	3.668.615
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	5.3.2	(255.114)	-	(85)	(255.199)
Despesas gerais e administrativas	5.3.2 / 5.3.3	(384.086)	(1.723)	(17.581)	(403.390)
Outras despesas operacionais	5.3.2 / 5.3.3 / 5.3.4	(245.562)	(255)	18.474	(227.343)
		(884.762)	(1.978)	808	(885.932)
RESULTADO DO SERVIÇO		2.201.319	48.138	533.226	2.782.683
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas	5.3.2 / 5.3.8	376.996	2.851	(28.487)	351.360
Despesas	5.3.3 / 5.3.5 / 5.3.8	(692.927)	(20.100)	51.961	(661.066)
		(315.931)	(17.249)	23.474	(309.706)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		1.885.388	30.889	556.700	2.472.977
Contribuição social		(155.459)	(2.787)	(50.101)	(208.348)
Imposto de renda		(428.847)	(7.739)	(139.176)	(575.761)
		(584.306)	(10.526)	(189.277)	(784.109)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.301.082	20.363	367.423	1.688.868
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		1.286.470	-	370.827	1.657.297
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		14.612	20.363	(3.404)	31.571

d) Reconciliação do balanço patrimonial, do patrimônio líquido e do lucro líquido:

01/01/2009	Patrimônio líquido									Total do PL
	Ativo	Passivo	Capital e reservas	Dividendo adicional proposto	Reserva de avaliação patrimonial			PL Controlador	Participação dos não controladores	
					Custo atribuído	Instrumentos financeiros	Lucros (prejuízos) acumulados			
Anteriormente publicado	16.243.172	11.136.221	5.018.619	-	-	-	-	5.018.619	88.332	5.106.951
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósito judicial	149.998	149.998	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	(6.104)	(6.104)	-	-	-	-	-	-	-	-
Consolidação	454.847	289.074	-	-	-	-	-	-	165.773	165.773
Ajustes										
Estorno de ativos e passivos regulatórios	(1.022.524)	(331.569)	-	-	-	-	(690.794)	(690.794)	(162)	(690.956)
Plano de pensão	-	294.939	-	-	-	-	(294.939)	(294.939)	-	(294.939)
ICPC 01 - Contratos de concessão	200.186	-	-	-	-	208.930	(12.229)	196.701	3.485	200.186
Ativo imobilizado - custo atribuído	1.002.991	-	-	-	1.002.991	-	-	1.002.991	-	1.002.991
Baixa de deságio	12.828	-	-	-	-	-	12.828	12.828	-	12.828
Garantias	45.860	63.692	-	-	-	-	(17.832)	(17.832)	-	(17.832)
Uso do bem público	395.247	424.115	-	-	-	-	(18.764)	(18.764)	(10.104)	(28.868)
Outros	372	(5)	-	-	-	-	377	377	-	377
Dividendo	-	(614.642)	-	606.105	-	-	-	606.105	8.537	614.642
Efeitos fiscais	250.383	270.691	-	-	(341.016)	(71.035)	389.442	(22.609)	2.302	(20.307)
Saldo após adoção das novas práticas	17.727.256	11.676.410	5.018.619	606.105	661.975	137.895	(631.911)	5.792.683	258.163	6.050.846

31/12/2009	Patrimônio líquido										Lucro líquido 2009
	Ativo	Passivo	Capital e reservas	Reserva de avaliação patrimonial			PL Controlador	Participação dos não controladores	TOTAL PL		
				Dividendo adicional proposto	Custo atribuído	Instrumentos financeiros					
Anteriormente publicado	16.869.991	11.702.008	5.082.942				5.082.942	85.041	5.167.983		1.301.082
Reclassificações											
Depósito judicial	139.671	139.671					-				
Plano de pensão	3.054	3.054					-				
Consolidação	443.576	262.275						181.301	181.301		20.363
Ajustes											
Estorno de ativos e passivos regulatórios	(555.966)	(548.095)					(7.987)	(7.987)	116	(7.871)	619.898
Plano de pensão	6.671	294.863					(288.192)	(288.192)		(281.521)	6.747
ICPC 01 - Contratos de concessão	105.027	-			196.817		(15.071)	181.746	3.280	166.465	(4.329)
Ativo imobilizado - custo atribuído	963.440	-		963.440			963.440	-	-	963.440	(39.551)
Baixa de deságio	12.828	-					12.828	-	-	12.828	-
Garantias	50.052	71.151					(21.099)	(21.099)	-	(21.099)	(3.267)
Uso do bem público	392.217	421.534					(19.291)	(19.291)	(10.026)	(29.317)	(450)
Depreciação ativos geração	(27.288)	-					(21.730)	(21.730)	(5.558)	(27.288)	(27.288)
Outros	1.197	(3.336)					4.963	(430)	4.533	4.533	4.941
Dividendo	-	(664.522)		655.017			655.017	9.505	9.505	664.522	-
Efeitos fiscais	6.289	275.377		(327.570)			120.953	(273.289)	4.202	(269.087)	(189.278)
Saldo após adoção das novas práticas	18.490.759	11.953.980	5.082.942	655.017	635.870	129.797	6.269.348	267.431	6.536.779	1.688.868	

e) Demonstração do Fluxo de Caixa de 2009:

	Anteriormente publicado	Consolidação	Ajustes	Novas práticas
Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ	1.870.776	25.406	576.795	2.472.977
Ajustes ao lucro	1.181.792	35.414	86.612	1.303.818
Ativos Operacionais	364.677	343	(452.179)	(87.159)
Passivos Operacionais	(995.105)	(30.027)	(225.243)	(1.250.375)
Caixa oriundo das atividades operacionais	2.422.140	31.136	(14.015)	2.439.261
Aquisições de Imobilizado	(1.233.695)	(10.620)	695.269	(549.046)
Adições de Intangível	(93.317)	(31)	(585.706)	(679.054)
Outros	78.755	4.208	(93.764)	(10.801)
Caixa oriundo das atividades de investimento	(1.248.257)	(6.443)	15.799	(1.238.901)
Caixa oriundo das atividades de financiamento	(438.555)	(31.232)	(1.784)	(471.571)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	735.328	(6.539)	-	728.789
Saldo inicial no caixa e equivalentes de caixa	737.847	20.607	-	758.454
Saldo final no caixa e equivalentes de caixa	1.473.175	14.068	-	1.487.243

5.2 Reclassificações nos valores das demonstrações financeiras anteriormente publicadas

De modo a adequar a apresentação das demonstrações financeiras ao novo padrão contábil, algumas reclassificações foram feitas buscando melhorias no entendimento das operações da Companhia. Estas reclassificações referem-se basicamente a (i) reclassificação dos saldos de provisões para contingências que antes eram apresentados líquido dos depósitos judiciais, (ii) transferência do saldo de créditos ou débitos fiscais do circulante para o não circulante e conseqüente realização do encontro dos saldos de ativos e passivos observadas às disposições contidas no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, e (iii) transferência de saldos entre contas para abrir ou agrupar itens que passaram ou deixaram de ser relevantes na apresentação do balanço patrimonial, após a adoção das novas práticas.

5.3 Natureza dos ajustes na adoção inicial do IFRS

5.3.1 Ajustes de consolidação

O conceito de consolidação aplicado pelas práticas contábeis anteriormente adotadas, difere dos conceitos previstos pelos CPCs 36 e 19 que estão fundamentados pelo critério de controle. De acordo com o CPC 36, controle é o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da entidade de forma a obter benefício das suas atividades. O CPC 19, define que o controle em conjunto existe quando as decisões estratégicas e

operacionais referentes à atividade requerem um consenso unânime das partes que detêm o controle compartilhado, permitindo então a consolidação proporcional das demonstrações financeiras da controlada.

A aplicação destes conceitos para os investimentos detidos pela Companhia resultou na alteração do critério de consolidação da controlada CERAN, que passou a ser consolidada de forma integral. O ajuste registrado nestas linhas refere-se aos saldos da diferença entre 100% e a participação detida nesta controlada que foram acrescidos linha a linha para fins de consolidação.

5.3.2 Reversão de ativos e passivos regulatórios

As concessionárias de energia elétrica possuíam, até 31 de dezembro de 2008, saldos de ativos regulatórios referentes a pagamentos antecipados efetuados pela concessionária relativos ao aumento dos custos de aquisição de energia elétrica e de gastos com encargos do sistema, dentre outros, que foram recebidos através do aumento da tarifa concedida pelo órgão regulador nos exercícios seguintes. Possuíam também saldos de passivos regulatórios relativos à redução desses custos não gerenciáveis que deveria ser devolvido aos consumidores através de redução subsequente na tarifa.

De acordo com as novas práticas (nota 3.13), estes ativos e passivos regulatórios não podem ser registrados, uma vez que não atendem a definição de ativos e passivos conforme previsto na Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

O ajuste registrado desta natureza refere-se à reversão dos saldos dos ativos e passivos regulatórios nas controladas de distribuição. A nota explicativa 38 apresenta a composição destes saldos para as datas base apresentadas.

5.3.3 ICPC 01 – Contratos de Concessão e ajuste para recomposição do ativo intangível de infraestrutura

Pelas práticas contábeis anteriores, toda a infraestrutura de concessão era registrada como um ativo imobilizado vinculado à concessão. O ICPC 01 altera a forma de registro das concessões quando determinadas condições são atendidas tais como: (i) controle sobre as atividades que devem ser prestadas, para quem os serviços serão prestados e a que preço, e (ii) reversão dos ativos para o Poder Concedente ao término da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição foi segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs, de modo que fossem registrados nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão foi determinado pelo seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos estabelecida pelo órgão regulador. O ativo financeiro enquadra-se na categoria de disponível para venda e é atualizado e amortizado anualmente de acordo com a atualização de seu valor justo, tendo como contrapartida a conta de Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

O montante remanescente foi registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

As controladas de distribuição, seguindo orientações do ICPC01 e OCPC05, aplicaram os conceitos de forma retroativa e reconstruíram a base contábil da infraestrutura de modo que os custos utilizados para formação do ativo intangível e financeiro estejam em completa consonância com as disposições contidas nas normas contábeis internacionais.

O ajuste nas linhas de receita líquida e custo dos serviços prestados corresponde ao registro da receita de prestação de serviços de construção dos ativos de distribuição realizados pelas concessionárias. Para mais detalhes, vide nota 3.1.

Os quadros a seguir representam as reclassificações e ajustes realizados nas empresas de distribuição para atendimento do ICPC01, em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009.

	01/01/2009			
	Anteriormente publicado	Transferências entre contas do ativo	Ajustes no PL e DRE	Novas práticas
Imobilizado	3.308.975	(3.308.975)	-	-
Ativo intangível	717.570	2.938.831	(11.912)	3.644.489
Ativo financeiro	-	370.144	212.097	582.241

	31/12/2009			
	Anteriormente publicado	Transferências entre contas do ativo	Ajustes no PL e DRE	Novas práticas
Imobilizado	3.579.720	(3.579.720)	-	-
Ativo intangível	741.307	3.105.894	(15.177)	3.832.024
Ativo financeiro	-	473.826	200.204	674.030

5.3.4 Registro do ativo imobilizado pelo custo atribuído

Conforme descrito anteriormente, a Companhia optou por utilizar-se da isenção prevista no CPC 37 quanto à valorização do ativo imobilizado, na data de transição, para os ativos das controladas CPFL Sul Centrais e CPFL Geração, considerando como custo atribuído o valor justo na data de transição.

O ajuste nesta linha corresponde ao registro da mais valia atribuída aos ativos reavaliados, realizado contra o patrimônio líquido, no montante de R\$ 1.002.991 (R\$661.974 líquido dos efeitos fiscais, data base 01 de janeiro de 2009).

5.3.5 Uso do bem público

A controlada CERAN e as controladas em conjunto ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó, quando da assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, assumiram perante a União obrigações relativas à outorga da concessão, a título de “Uso do bem público”. As obrigações são atualizadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M.

Até 31 de dezembro de 2008, as controladas registravam as despesas de outorga na demonstração do resultado conforme vencimento contratual. De acordo com as novas práticas, os valores do passivo de Uso do bem público, descontados a valor presente de acordo com as taxas de captação de cada empreendimento, foram reconhecidos na data de assinatura do contrato tendo como contrapartida um ativo intangível relacionado ao direito de explorar a concessão.

O ajuste na data de transição corresponde ao registro do passivo de UBP (já descontado das despesas reconhecidas pelas práticas anteriormente adotadas) no montante de R\$ 424.115, tendo como contrapartida R\$ 395.247 e R\$ 28.868 (R\$19.053 líquidos dos efeitos fiscais) referente ao registro do ativo intangível e prejuízo acumulado do período.

5.3.6 Depreciação pelo prazo de concessão

Os contratos de concessão da controlada CERAN e das controladas em conjunto ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó estão sob a égide do Decreto 2003 de 1996. Em função de todas as discussões jurídicas e possíveis conflitos existentes entre (i) a redação da Lei de Concessões, (ii) interpretações do próprio decreto, e (iii) forma como os contratos de concessões foram redigidos, a Companhia conservadoramente procedeu aos ajustes nas respectivas taxas de depreciação de modo que o ativo imobilizado relacionado ao projeto básico seja depreciado pela vida útil do bem, desde que limitada ao prazo de vencimento da concessão.

5.3.7 Plano de pensão

- Benefício a empregados (plano de pensão)

Conforme descrito anteriormente, a Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais acumulados em 1º de janeiro de 2009. O ajuste nesta linha de R\$ 294.939 (R\$ 194.660 líquido dos efeitos fiscais) corresponde ao registro da perda atuarial acumulada existente na data de transição, de acordo com o CPC 37, para todos os planos de benefício definido das controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração e RGE.

5.3.8 Outros ajustes:

- Baixa do deságio

De acordo com o CPC 15 “Combinação de Negócios”, o deságio registrado de acordo com as práticas contábeis anteriores deve ser baixado na data de transição para as práticas contábeis internacionais.

Na linha de Investimentos foi efetuado o ajuste de R\$ 12.828 (R\$ 8.466 líquido dos efeitos fiscais) referente à baixa contra lucros acumulados no balanço patrimonial de abertura na data de transição.

- Garantias fornecidas

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2008, não havia nenhum pronunciamento específico referente às exigências da contabilização de garantias, e, portanto, a emissão de garantias não era registrada nas demonstrações financeiras.

Com a adoção dos pronunciamentos que tratam sobre reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de instrumentos financeiros (CPC 38, CPC 39 e CPC 40) a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia passou a registrar as garantias emitidas superiores a sua participação nos empreendimentos controlados em conjunto.

Estas garantias são inicialmente registradas ao valor justo da obrigação no momento de sua emissão. Desta forma, a Companhia registrou um passivo em Outras Contas a Pagar correspondente ao valor justo da garantia contratada em 01 de janeiro de 2009 no montante total de R\$ 63.692, que será amortizado por um crédito na receita financeira de acordo com a liberação do risco sob as garantias.

As contrapartidas foram registradas como Outros Ativos no montante de R\$ 45.860. O valor correspondente à participação da Companhia em cada controlada em conjunto e os montantes que não serão reembolsados pelos outros acionistas das controladas em conjunto são reconhecidos no resultado como despesa financeira até o final de seu vencimento. Qualquer valor remanescente está sujeito a reembolso pelos outros acionistas das controladas em conjunto. O ajuste líquido em 01 de janeiro de 2009, efetuado contra lucros acumulados, foi de R\$ 17.832 (R\$11.769 líquidos dos efeitos fiscais).

- Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com as práticas anteriormente adotadas o saldo de lucros acumulados deveriam ter uma destinação ao término do exercício. A parcela correspondente a destinação de dividendos era provisionada de acordo com a proposta da Administração, mesmo estando sujeita a aprovação pela AGO.

De acordo com as práticas contábeis atuais, conforme descrito na nota 3.9, a parcela que excede ao dividendo mínimo obrigatório só será provisionada após aprovação em AGO, momento pelo qual passa a atender aos critérios de obrigação conforme determinado pelo CPC 25. O ajuste apresentado, reflete a reversão da provisão para dividendo a pagar adicional ao mínimo obrigatório ainda não aprovado em assembleia.

- Reserva de avaliação patrimonial

Os ajustes neste grupo correspondem (i) ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras e (ii) à contrapartida da atualização financeira do ativo financeiro da concessão.

- Participação de acionistas não controladores

De acordo com as novas práticas contábeis, através do CPC 26, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia passou a classificar a participação de acionistas não controladores como parte do resultado consolidado e como parte do patrimônio líquido nas demonstrações financeiras consolidadas.

Até 31 de dezembro de 2008, no balanço patrimonial consolidado, este saldo era apresentado no passivo, sendo o ajuste nesta linha correspondente à reclassificação do passivo para o patrimônio líquido.

O valor anteriormente apresentado como lucro líquido agora é apresentado como lucro líquido atribuível à Companhia e a parcela dos não controladores como lucro líquido atribuível a não controladores.

Reapresentação das Informações trimestrais

Em conformidade com a Deliberação CVM 656/2011, segue abaixo a conciliação dos efeitos da adoção das novas práticas contábeis no lucro líquido e no patrimônio líquido para os trimestres findos em 31/03/2009, 30/06/2009, 30/09/2009, 31/03/2010, 30/06/2010 e 30/09/2010:

	Consolidado					
	Movimento do trimestre			Movimento do trimestre		
	1Tr09	2Tr09	3Tr09	1Tr10	2Tr10	3Tr10
Lucro líquido anteriormente publicado	282.703	288.968	289.674	390.199	384.230	387.659
Ajustes						
Estorno de ativos e passivos regulatórios	(11.811)	217.435	281.226	164.329	(37.348)	(61.391)
Plano de pensão	19	19	18	3	3	3
ICPC 01 - Contratos de concessão	(1.028)	(1.170)	(831)	10.646	10.591	10.504
Ativo imobilizado - custo atribuído	(9.884)	(9.885)	(9.891)	(9.887)	(9.880)	(9.906)
Baixa do deságio	-	-	-	-	-	-
Garantias	(972)	521	436	(3.481)	(4.638)	(4.714)
Uso do bem público	153	236	215	(2.510)	(3.435)	(2.707)
Taxa de depreciação	(6.822)	(6.822)	(6.822)	(6.822)	(6.822)	(6.822)
Outros	709	1.196	1.458	1.867	1.265	1.546
Efeitos fiscais	10.797	(81.794)	(107.544)	(62.442)	19.370	28.733
Efeito dos ajustes na participação dos não controladores	844	614	827	1.024	1.766	1.243
Lucro líquido do controlador após adoção das novas práticas	264.708	409.318	448.766	482.926	355.102	344.148
Participação de não controladores em função de alteração de práticas de consolidação	2.927	6.914	6.235	3.542	4.011	5.847
Efeito dos ajustes na participação dos não controladores	(845)	(614)	(827)	(1.024)	(1.766)	(1.243)
Participação de não controladores anteriormente publicado	2.086	2.699	3.510	2.419	2.423	2.029
Lucro líquido total após adoção das novas práticas	268.877	418.317	457.684	487.863	359.770	350.781

	Consolidado					
	Movimento do período			Movimento do período		
	1Tr09	2Tr09	3Tr09	1Tr10	2Tr10	3Tr10
Lucro líquido anteriormente publicado	282.703	571.671	861.345	390.199	774.429	1.162.088
Ajustes						
Estorno de ativos e passivos regulatórios	(11.811)	205.624	486.850	164.329	126.981	65.590
Plano de pensão	19	38	56	3	6	9
ICPC 01 - Contratos de concessão	(1.028)	(2.198)	(3.029)	10.646	21.237	31.741
Ativo imobilizado - custo atribuído	(9.884)	(19.769)	(29.660)	(9.887)	(19.767)	(29.673)
Baixa do deságio	-	-	-	-	-	-
Garantias	(972)	(451)	(15)	(3.481)	(8.119)	(12.833)
Uso do bem público	153	389	604	(2.510)	(5.945)	(8.652)
Taxa de depreciação	(6.822)	(13.644)	(20.466)	(6.822)	(13.644)	(20.466)
Outros	709	1.905	3.363	1.867	3.132	4.678
Efeitos fiscais sobre os ajustes	10.797	(70.997)	(178.541)	(62.442)	(43.072)	(14.339)
Efeito dos ajustes na participação dos não controladores	845	1.459	2.286	1.024	2.790	4.033
Lucro líquido do controlador após adoção das novas práticas	264.709	674.027	1.122.793	482.926	838.028	1.182.176
Participação de não controladores em função de alteração de práticas de consolidação	2.927	9.841	16.076	3.542	7.553	13.400
Efeito dos ajustes na participação dos não controladores	(845)	(1.459)	(2.286)	(1.024)	(2.790)	(4.033)
Participação de não controladores anteriormente publicado	2.086	4.785	6.295	2.419	4.842	6.871
Lucro líquido total após adoção das novas práticas	268.877	687.194	1.144.878	487.863	847.633	1.198.414

	Consolidado					
	Trimestre findo em			Trimestre findo em		
	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
Patrimônio líquido anteriormente publicado	5.301.322	5.020.641	5.312.835	5.473.141	5.138.168	5.525.827
Ajustes						
Estorno de ativos e passivos regulatórios	(702.768)	(485.332)	(204.106)	156.457	119.110	57.718
Plano de pensão	(294.920)	(294.901)	(294.883)	(288.212)	(288.206)	(288.200)
ICPC 01 - Contratos de concessão	193.965	191.203	188.099	216.120	247.023	274.073
Ativo imobilizado - custo atribuído	993.107	983.222	973.331	953.553	943.673	933.767
Baixa de deságio	12.828	12.828	12.828	12.828	12.828	12.828
Garantias	(18.804)	(18.283)	(17.847)	(24.580)	(29.218)	(33.932)
Uso do bem público	(28.715)	(28.478)	(28.263)	(59.117)	(62.549)	(65.258)
Taxa de depreciação	(6.822)	(13.644)	(20.466)	(6.822)	(13.644)	(20.466)
Outros	827	1.704	2.889	4.928	7.294	8.673
Dividendo	614.647	576.624	-	664.522	780.941	-
Efeitos fiscais sobre os ajustes	(7.656)	(88.801)	(195.397)	(337.707)	(325.620)	(302.456)
Efeitos dos ajustes para os não controladores	(3.186)	1.053	6.853	87	6.384	14.142
Patrimônio líquido do controlador após adoção das novas práticas	6.053.825	5.857.836	5.735.873	6.765.198	6.536.184	6.116.716
Efeito dos ajustes na participação dos não controladores	3.186	(1.053)	(6.853)	(87)	(6.384)	(14.142)
Participação de não controladores em função de alteração de práticas de consolidação	168.700	175.614	181.850	184.843	188.852	194.699
Participação de não controladores anteriormente publicado	85.384	82.611	85.612	87.195	72.905	74.494
Patrimônio líquido total após adoção das novas práticas	6.311.095	6.115.008	5.996.482	7.037.149	6.791.557	6.371.767
Patrimônio líquido dos controladores	6.053.825	5.857.836	5.735.873	6.765.198	6.536.184	6.116.716
Participação de não controladores	257.270	257.172	260.609	271.951	255.373	255.051

(6) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldos Bancários	4.700	5.029	325	361.746	313.104	123.760
Aplicações Financeiras	106.258	214.097	15.377	1.201.149	1.174.139	634.694
Total	110.958	219.126	15.702	1.562.895	1.487.243	758.454

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 01 de janeiro de 2009 é como segue:

	Consolidado					
	Saldos Vincendos	Vencidos		Total		
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Classes de Consumidores						
Residencial	289.992	191.137	21.410	502.539	485.541	407.544
Industrial	119.408	75.898	37.637	232.943	264.798	249.592
Comercial	113.061	43.835	13.059	169.955	189.080	154.569
Rural	29.486	7.082	2.526	39.094	32.671	32.079
Poder Público	26.663	5.049	902	32.614	60.943	29.396
Iluminação Pública	24.372	2.166	15.211	41.749	60.557	81.159
Serviço Público	34.814	4.743	498	40.055	35.380	31.324
Faturado	637.796	329.910	91.243	1.058.949	1.128.970	985.663
Não Faturado	465.077	-	-	465.077	388.162	355.627
Parcelamento de Débito de Consumidores	81.150	7.007	23.984	112.141	91.437	55.902
Energia Livre	3.727	-	-	3.727	3.506	457
Operações Realizadas na CCEE	23.932	-	-	23.932	14.722	45.364
Concessionárias e Permissionárias	193.852	-	-	193.852	184.891	175.282
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(80.691)	(80.691)	(81.974)	(82.462)
Outros	35.485	2.542	1.078	39.104	23.144	67.322
Total	1.441.019	339.459	35.614	1.816.091	1.752.858	1.603.155
Não circulante						
Parcelamento de Débito de Consumidores	154.438	-	-	154.438	140.893	151.573
Energia Livre	-	-	-	-	38	145
Operações Realizadas na CCEE	41.301	-	-	41.301	41.301	39.416
Concessionárias e Permissionárias	-	-	-	-	42.655	87.196
Total	195.739	-	-	195.739	224.887	278.330

Parcelamento de Débitos de Consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com interveniência bancária. Com base na melhor estimativa da Administração das controladas, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Operações Realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes judiciais, determinados em função de processos movidos por agentes do setor; (ii) ações judiciais que contestam a contabilização da CCEE para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (iii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e Permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissionárias, efetuados, principalmente, pelas controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, bem como por diversas transações relacionadas à cisão parcial da Bandeirante Energia S.A. pela controlada CPFL Piratininga, que estão sendo compensados através de encontro de contas com valores a pagar.

Em 2008 as controladas CPFL Paulista e CPFL Leste Paulista registraram valores a receber no montante de R\$ 127.965 junto a AES Tietê S/A (“AES Tietê”), a título de Uso do Sistema de Distribuição, e o registro e repasse do mesmo montante no contas a pagar para a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) a título de Encargo de Uso do Sistema de Transmissão de Fronteira.

Conforme acerto realizado entre as partes envolvidas, com interveniência da ANEEL, esta liquidação está sendo efetuada tanto pela geradora, quanto pelas controladas à CTEEP, em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009, atualizadas pela SELIC. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo da operação era de R\$ 42.655, classificado no ativo e passivo circulante.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01/01/2009	(82.462)
Provisão constituída	(88.298)
Recuperação de Receita	52.048
Baixa de Contas a Receber Provisionadas	36.738
Saldo em 31/12/2009	(81.974)
Provisão constituída	(108.663)
Recuperação de Receita	56.995
Baixa de Contas a Receber Provisionadas	52.951
Saldo em 31/12/2010	(80.691)

(8) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Crédito, em 2005, a Companhia adquiriu o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo (“CESP”) (vendedora) e CPFL Brasil (compradora), correspondente ao fornecimento de energia por um período de 8 anos. O montante de recursos entregue pela Companhia à CESP será liquidado com os recursos provenientes da aquisição da energia produzida por aquela empresa pela CPFL Brasil.

Na controladora, em 31 de dezembro de 2010, o saldo no ativo circulante é de R\$ 42.533 (R\$ 39.253 em 2009 e R\$ 38.249 em 1 de janeiro de 2009), e no ativo não circulante é de R\$ 39.216 (R\$ 62.179 em 2009 e R\$ 87.117 em 01/01/2009). Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% a.a., mais variação anual do IGP-M, e está sendo amortizada através de parcelas mensais, no valor correspondente à transação de compra de energia.

(9) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Antecipações de Contribuição Social - CSLL	-	-	486	1.046	8.189	24.135
Antecipações de Imposto de Renda - IRPJ	379	42	1.637	2.298	19.549	5.531
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	872	3.023	3.485	11.560	15.424	14.361
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	761	9.367	31.479	38.927	42.959	69.681
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	32.909	31.867	-	34.088	33.095	25
ICMS a Compensar	-	-	-	71.833	48.271	40.421
Programa de Integração Social - PIS	-	-	-	3.852	4.545	3.390
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	42	-	9	13.401	12.028	11.177
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	-	2.192	1.115	961
Outros	29	11	64	13.828	7.103	6.285
Total	34.992	44.310	37.160	193.025	192.278	175.967
Não Circulante						
Contribuição Social a Compensar - CSLL	-	-	-	32.389	29.999	27.315
Imposto de Renda a Compensar - IRPJ	-	-	-	1.002	1.001	3.400
Programa de Integração Social - PIS	2.787	2.787	2.787	2.787	2.787	2.787
ICMS a Compensar	-	-	-	101.381	74.212	70.161
Outros	-	-	-	1.410	5.236	1.504
Total	2.787	2.787	2.787	138.969	113.235	105.167

Contribuição Social a Compensar - No não circulante, o saldo refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela controlada CPFL Paulista, transitada em julgado. A controlada CPFL Paulista está aguardando o trâmite dos procedimentos administrativos de habilitação do crédito junto à Receita Federal, para realizar a compensação do crédito.

ICMS a Compensar - Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de ativo permanente.

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS**10.1- Composição dos créditos e débitos fiscais:**

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Crédito de Contribuição Social						
Bases Negativas	42.715	42.048	24.123	51.805	52.174	38.707
Benefício Fiscal do Ágio Incorporado	-	-	-	172.255	191.184	199.103
Diferenças Temporariamente Inedutíveis	724	833	588	(12.418)	(3.941)	58.777
Subtotal	43.439	42.881	24.711	211.642	239.417	296.587
Crédito de Imposto de Renda						
Prejuízos Fiscais	129.690	128.553	84.493	143.867	132.471	93.782
Benefício Fiscal do Ágio Incorporado	-	-	-	583.723	641.757	672.155
Diferenças Temporariamente Inedutíveis	4.599	4.765	18.352	(33.619)	(11.081)	178.885
Subtotal	134.289	133.318	102.845	693.971	763.147	944.822
Crédito de PIS e COFINS						
Diferenças Temporariamente Inedutíveis	-	-	-	78	2.231	77.880
Total	177.729	176.199	127.556	905.691	1.004.795	1.319.289
Total Crédito Fiscal	177.729	176.199	127.556	1.183.458	1.286.805	1.594.131
Total Débito Fiscal	-	-	-	(277.767)	(282.010)	(274.842)

10.2 - Benefício Fiscal do Ágio Incorporado:

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 16.

	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	94.584	262.733	103.736	288.152	113.571	315.477
CPFL Piratininga	21.274	73.002	23.207	79.630	25.285	86.760
RGE	41.117	169.806	44.378	183.269	47.447	195.943
CPFL Santa Cruz	4.705	14.794	5.862	18.435	7.126	22.405
CPFL Leste Paulista	2.622	7.986	3.451	9.586	1.714	4.761
CPFL Sul Paulista	3.767	11.758	5.020	13.943	1.678	4.662
CPFL Jaguari	2.305	7.001	3.027	8.411	1.603	4.452
CPFL Mococa	1.456	4.527	1.966	5.461	679	1.887
CPFL Geração	-	30.877	-	33.379	-	35.808
CPFL Serviços	425	1.239	537	1.491	-	-
Total	172.255	583.723	191.184	641.757	199.103	672.155

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	Consolidado								
	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças Temporariamente Indedutíveis:									
Provisão para Contingências	18.396	50.984	-	21.884	60.454	-	22.217	76.500	-
Revisão Tarifária - Base de Remuneração	-	-	-	-	-	-	2.819	7.830	-
Entidade de Previdência Privada	3.051	9.473	-	4.097	12.377	-	4.770	14.247	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.426	21.026	-	7.389	20.927	-	7.101	20.123	-
Provisão Energia Livre	3.730	10.362	-	2.410	6.694	-	-	-	-
Programas de P&D e Eficiência Energética	15.079	41.883	-	16.736	46.477	-	16.703	46.396	-
Participação nos Lucros e Resultados	2.338	7.160	-	1.986	6.267	-	1.864	5.924	-
Diferença de Taxas de Depreciação - Reavaliação	9.306	25.846	-	9.898	27.494	-	11.036	30.650	-
Instrumentos financeiros (IFRS / CPC)	623	1.595	-	832	2.255	-	533	1.464	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (IFRS / CPC)	(6.276)	(17.433)	-	(4.025)	(11.183)	-	(4.174)	(11.593)	-
Estorno de ativos e passivos regulatórios (IFRS / CPC)	(1.076)	(3.030)	(1.399)	1.561	4.337	1.607	69.887	194.138	77.800
Perdas atuariais na transição de práticas contábeis (IFRS/CPC)	27.035	75.098	-	26.042	72.340	-	26.673	74.086	-
Outros Ajustes mudanças de práticas	63	174	-	13	36	473	2.726	7.577	80
Outros	12.390	33.540	1.477	6.387	15.860	151	540	205	-
Diferenças Temporariamente Indedutíveis - Resultado Abrangente:									
Registro da concessão - ajuste do financeiro (IFRS / CPC)	(25.337)	(70.388)	-	(18.019)	(50.051)	-	(19.090)	(53.027)	-
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(79.166)	(219.909)	-	(81.132)	(225.365)	-	(84.828)	(235.635)	-
Total	(12.418)	(33.619)	78	(3.941)	(11.081)	2.231	58.777	178.885	77.880

10.4 Previsões de Recuperação

Expectativa de Recuperação	Controladora	Consolidado
2011	17.872	193.580
2012	16.214	93.750
2013	15.227	85.683
2014	14.194	62.181
2015	13.096	58.847
2016 A 2018	33.676	130.816
2019 A 2021	26.313	87.942
2022 A 2024	20.803	48.438
2025 A 2027	16.023	124.183
2028 A 2030	4.311	20.271
Total	177.729	905.691

10.5 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios de 2010 e 2009:

	Controladora			
	2010		2009	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes dos Tributos	1.573.800	1.573.800	1.619.634	1.619.634
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
- Equivalência Patrimonial	(1.755.270)	(1.755.270)	(1.817.599)	(1.817.599)
- Amortização de Intangível adquirido	115.782	145.302	121.319	148.749
- Outras Adições Permanentes Líquidas	3.536	3.225	4.546	3.811
- Receita JSCP	197.444	197.444	199.745	199.745
- Exclusão Lei 11.941/09 art. 4º	-	-	(30.316)	(30.316)
Base de Cálculo	135.292	164.501	97.329	124.024
Alíquota Aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito Fiscal Apurado	(12.176)	(41.126)	(8.760)	(31.006)
- Crédito Fiscal Constituído	4.343	13.440	20.639	56.790
Total	(7.833)	(27.686)	11.879	25.784
Corrente	(8.392)	(28.660)	(6.292)	(12.276)
Diferido	559	974	18.171	38.060

	Consolidado			
	2010		2009	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes dos Tributos	2.385.372	2.385.372	2.472.977	2.472.977
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
- Amortização de Intangível adquirido	115.782	146.194	121.319	149.623
- Realização CMC	11.589	-	13.549	-
- Incentivos Fiscais - PIIT	(6.058)	(6.050)	(483)	(483)
- Efeito Regime Lucro Presumido	(17.622)	(20.448)	(34.090)	(39.790)
- Outras Adições/(Exclusões) Permanentes Líquidas	16.838	(35.338)	2.256	(20.876)
- Exclusão Lei 11.941/09 art. 4º	-	-	(32.143)	(32.143)
Base de Cálculo	2.505.901	2.469.730	2.543.385	2.529.308
Alíquota Aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito Fiscal Apurado	(225.531)	(617.433)	(228.905)	(632.327)
- Crédito Fiscal Constituído	4.296	13.333	20.557	56.566
Total	(221.235)	(604.100)	(208.348)	(575.761)
Corrente	(200.878)	(554.443)	(138.771)	(366.432)
Diferido	(20.357)	(49.657)	(69.577)	(209.329)

Amortização de Intangível adquirido – combinação de negócios- Refere-se à parcela não dedutível da amortização do intangível originado na aquisição de investidas.

Realização CMC - Refere-se à depreciação da parcela de custo incremental da correção monetária complementar instituída pela Lei 8.200/91, não dedutível para fins de apuração da Contribuição Social.

Crédito Fiscal Constituído - Parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções, a qual resultou em margem para complemento de registro contábil.

Exclusão Lei nº 11.941/09 – Refere-se a redução dos juros, multas e encargos legais sobre o passivo exigível, em consequência da adesão ao REFIS IV, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 4º, da Lei nº 11.941/09.

10.6 Créditos fiscais não reconhecidos

A controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 158.028 que poderão ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

A controlada Sul Geradora possui R\$ 72.492 de ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não apresentarem razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes a absorverem os referidos ativos. Adicionalmente, não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

(11) ARRENDAMENTO

A controlada CPFL Brasil realiza atividades de prestação de serviços e aluguel de equipamentos para auto-produção de energia, nas quais é arrendadora, e cujos principais riscos e benefícios relacionados aos respectivos ativos foram transferidos aos arrendatários.

Os investimentos realizados nestes projetos de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos a receber, sendo estes recebimentos tratados como amortização do investimento e as receitas financeiras reconhecidas no resultado do exercício pelo prazo dos respectivos contratos.

Estes investimentos resultaram neste exercício uma receita financeira de R\$ 5.363 (R\$ 2.276 em 2009).

	Consolidado			
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>	
Valor presente dos pagamento mínimos a receber	102.769	104.835	21.339	
Receita financeira não realizada	(71.701)	(80.643)	(14.950)	
Investimento bruto	<u>31.068</u>	<u>24.192</u>	<u>6.389</u>	
Circulante	4.754	2.949	1.133	
Não circulante	26.314	21.243	5.256	
	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Valor presente dos pagamento mínimos a receber	13.591	48.495	40.683	102.769

(12) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	Consolidado
Saldo em 01/01/2009	582.241
Adições	104.587
Ajuste ao valor de mercado	(10.830)
Baixas	(1.969)
Saldo em 31/12/2009	674.029
Adições	179.501
Ajuste ao valor de mercado	82.637
Baixas	(1.521)
Saldo em 31/12/2010	934.646

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões das distribuidoras de energia de receber caixa no momento da reversão dos ativos ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração do ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento dos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. A diferença para ajustar o saldo ao respectivo valor de mercado é registrada como contrapartida na conta de Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

(13) OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado					
	Circulante			Não Circulante		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Créditos a receber - CESP	-	8.923	24.021	-	-	11.964
Créditos a receber - Acionistas BAESA	17.128	15.503	14.147	-	15.503	28.296
Adiantamentos - Fundação CESP	7.995	6.299	5.700	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	16.659	6.134	-	-	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	2.108	1.804	513	89.051	99.762	132.906
Fundo vinculado a empréstimos ME	-	-	-	21.221	19.148	30.023
Ordens em curso	13.988	4.484	16.214	-	-	2.379
Serviços prestados a terceiros	73.163	48.845	18.600	-	-	42
Reembolso RGR	5.683	5.504	5.173	1.909	1.611	766
Contratos de pré-compra de energia	15.817	13.989	12.061	65.786	61.847	40.970
Despesas pagas antecipadamente	29.565	14.351	9.050	2.724	6.573	5.443
Convênios de arrecadação	26.573	4.263	-	-	-	-
Outros	44.733	26.461	12.918	41.415	32.585	35.672
Total	253.412	156.560	118.397	222.106	237.029	288.461

Créditos a receber - Acionistas BAESA - No período compreendido entre 1º de novembro de 2005 a 30 de abril de 2008 por conta de prática de preços diferenciados no faturamento da energia vendida aos acionistas, diferentes prazos de pagamentos e outros fatores, ocasionaram diferentes contribuições das empresas acionistas para formação do resultado da controlada indireta BAESA. Para equacionar esta questão, os acionistas da BAESA acordaram em 2007 que as contribuições excedentes feitas pela controlada CPFL Geração fossem corrigidas pela variação do CDI, e compensadas durante 36 meses a contar de janeiro de 2009.

Adiantamentos - Fundação CESP - Referem-se a adiantamentos efetuados para programas assistenciais a empregados e manutenção operacional da entidade.

Cauções, fundos e depósitos vinculados - São garantias oferecidas para operações na CCEE e garantias concedidas para controladas em conjunto.

Fundo vinculado a empréstimos em moeda estrangeira - São garantias oferecidas quando da negociação ou renegociação de empréstimos.

Serviços prestados a terceiros - Compreendem, basicamente, contas a receber referente a serviços prestados a consumidores relacionados à distribuição de energia elétrica.

Reembolso RGR - Refere-se a valores a compensar, relativos à diferença apurada entre a RGR - Reserva Global de Reversão homologada pela ANEEL e a efetivamente incorrida, calculada com base no ativo imobilizado em serviço.

Contratos de Pré-compra de energia - Refere-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

Convênios de arrecadação - Referem-se a convênios firmados pelas distribuidoras com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referente a contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, etc. A partir de abril de 2010, com a implantação do novo sistema de faturamento – “CCS”, as controladas alteraram a forma de registro (passando do registro com base na arrecadação para o registro com base no faturamento) afetando tanto o registro do contas a receber como o contas a pagar (nota 25).

(14) INVESTIMENTOS

	Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial			
Pelo patrimônio líquido da controlada	4.764.697	4.493.465	3.946.113
Mais valia de ativos, líquidos	1.396.323	1.508.764	1.538.332
Ágio de rentabilidade futura	6.055	4.048	-
Total	6.167.075	6.006.277	5.484.445

14.1 - Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

Investimento (*)	Quantidade (mil) de ações	31/12/2010				31/12/2010		31/12/2009	
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
CPFL Paulista	109.810	4.750.491	109.810	808.682	695.761	808.682	689.479	695.761	750.347
CPFL Piratininga	53.031.259	2.235.605	70.587	396.907	301.746	396.907	278.139	301.746	273.790
RGE	807.168	2.724.908	867.604	1.186.850	245.090	1.186.850	1.147.092	245.190	193.691
CPFL Santa Cruz	371.772	232.476	45.330	101.759	18.291	101.759	110.228	18.290	34.810
CPFL Leste Paulista	895.373	144.696	12.217	66.912	12.465	66.912	64.713	12.330	14.908
CPFL Jaguari	212.126	82.409	5.716	43.433	11.578	43.433	39.802	11.212	9.577
CPFL Sul Paulista	463.482	121.101	10.000	62.467	15.839	62.467	53.208	15.341	12.790
CPFL Mococa	121.761	63.597	9.850	36.691	8.563	36.691	33.566	8.296	8.813
CPFL Geração	205.487.716	3.982.955	1.039.618	1.908.873	232.673	1.908.873	1.913.900	232.673	299.865
CPFL Brasil	2.999	544.728	2.999	94.234	193.076	94.234	114.116	193.076	211.447
CPFL Atende (**)	1	16.275	1	(755)	504	(755)	(1.259)	504	(376)
CPFL Planalto	630	8.501	630	6.350	11.114	6.350	4.782	11.114	7.531
CPFL Serviços	1.482.334	34.168	5.800	4.307	1.844	4.307	2.351	2.005	(8.144)
CPFL Jaguariuna	189.620	2.677	2.481	1.654	(526)	1.654	2.180	(526)	(301)
CPFL Jaguari Geração	40.108	46.406	40.108	46.333	8.451	46.333	41.168	8.258	8.851
Chumpitaz	100	-	-	-	-	-	-	-	-
Total						4.764.697	4.493.465	1.755.270	1.817.599

(*) A Companhia, em 31 de dezembro de 2010, possui 100% do capital de todas as controladas

(**) Quantidade de Quotas

14.2 - Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") e Dividendos a receber:

Controladas	Controladora							
	Dividendo			Juros sobre o capital próprio		Total		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CPFL Paulista	237.000	-	-	-	-	237.000	-	-
CPFL Piratininga	-	132.706	-	6.123	-	-	138.829	-
RGE	-	41.002	-	-	-	-	41.002	-
CPFL Santa Cruz	12.000	7.000	10.000	-	-	12.000	7.000	10.000
CPFL Geração	85.000	-	118.232	-	29.971	85.000	-	148.203
CPFL Brasil	75.000	-	-	-	-	75.000	-	-
CPFL Leste Paulista	-	3.582	-	1.375	-	-	4.957	-
CPFL Sul Paulista	-	4.800	-	1.036	-	-	5.836	-
CPFL Mococa	3.648	500	-	-	-	3.648	500	-
CPFL Serviços	-	3.648	-	-	-	-	3.648	-
Total	412.648	193.238	128.232	8.534	29.971	412.648	201.772	158.203

No exercício de 2010, a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.317.799 referente aos dividendos e Juros sobre o Capital Próprio declarados.

14.3 – Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente à aquisição de investimentos que estão suportados pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores foram reclassificados para o grupo de Intangível, cujo detalhamento está na nota 16.

(15) IMOBILIZADO

	Consolidado							Total
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 01/01/2009	51.125	976.545	1.272.879	1.674.210	2.402	4.988	724.388	4.706.537
Custo histórico	51.125	1.186.753	1.499.868	2.267.321	3.878	6.617	724.388	5.739.950
Depreciação acumulada	-	(210.208)	(226.989)	(593.111)	(1.476)	(1.629)	-	(1.033.413)
Adições	1.906	4.910	6.481	3.566	1.082	274	642.156	660.375
Baixas	-	-	-	(420)	(114)	(16)	(18)	(568)
Transferências	1.510	1.220	30.990	27.972	82	1.298	(63.072)	-
Depreciação	(1.195)	(33.077)	(45.262)	(71.605)	(1.414)	(752)	-	(153.304)
Saldo em 31/12/2009	53.346	949.598	1.265.088	1.633.723	2.038	5.792	1.303.454	5.213.039
Custo histórico	54.541	1.192.883	1.537.339	2.298.439	4.927	8.174	1.303.454	6.399.757
Depreciação acumulada	(1.195)	(243.285)	(272.251)	(664.715)	(2.889)	(2.382)	-	(1.186.717)
Adições	-	3.851	3.471	(13.181)	1.457	2.044	754.298	751.940
Baixas	(48)	-	-	(15.508)	(355)	(37)	(8)	(15.956)
Transferências	128.287	617.391	132.256	376.536	847	5.197	(1.260.514)	-
Depreciação	(1.195)	(37.613)	(49.329)	(72.696)	(784)	(941)	-	(162.557)
Saldo em 31/12/2010	180.390	1.533.227	1.351.486	1.908.875	3.203	12.055	797.230	5.786.466
Custo histórico	182.780	1.814.125	1.673.066	2.646.286	6.877	15.378	797.230	7.135.742
Depreciação acumulada	(2.390)	(280.898)	(321.580)	(737.411)	(3.674)	(3.323)	-	(1.349.276)
Taxa média de depreciação	-	2,36%	3,86%	3,11%	20,00%	10,00%	-	

Conforme mencionado no item 3.4, os ativos adquiridos não recentemente foram avaliados na data de transição pelo custo atribuído (“*deemed cost*”), enquanto que os ativos das usinas recentemente construídas estão registrados ao custo de aquisição, que na avaliação da Administração estão próximos dos respectivos valores de mercado. Os ativos imobilizados foram avaliados ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente especializada em avaliação patrimonial. A mais valia no montante de R\$ 1.002.991 foi apurada para a data-base 1º de janeiro de 2009 e registrada no patrimônio líquido na conta de Reserva de avaliação patrimonial. A amortização desta mais valia, calculada com base na vida útil remanescente dos bens, que impactou o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foi de R\$ 39.605 e R\$ 39.552.

Imobilizado em Curso - O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos de geração EPASA e Foz do Chapecó com imobilizado total de R\$ 630.616 e R\$ 295.673 (R\$ 321.614 e R\$ 150.793 proporcionais à participação da controlada CPFL Geração).

Em conformidade com o CPC 20, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o ano de 2010 foram capitalizados R\$ 84.839 (R\$ 56.106 em 2009). Para maiores detalhes sobre os ativos em construção e as respectivas taxas de captações dos empréstimos, vide notas 1, 18 e 19.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(16) INTANGÍVEL

	Consolidado				
	31/12/2010		31/12/2009	01/01/2009	
	Custo histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Ágio	6.055	-	6.055	4.048	-
Intangível - Direito de concessões:					
Adquirido em combinações de negócios	3.734.995	(1.692.863)	2.042.132	2.185.780	2.386.304
Infraestrutura de distribuição - Em serviço	8.222.686	(4.886.917)	3.335.769	2.879.341	2.802.271
Infraestrutura de distribuição - Em curso	694.343	-	694.343	521.147	387.645
Uso do bem público	407.288	(9.305)	397.983	392.221	395.247
Outros ativos intangíveis	162.943	(54.348)	108.595	80.564	80.677
Total de ativos intangíveis	13.228.310	(6.643.433)	6.584.877	6.063.101	6.052.144
Custo histórico			13.228.310	12.209.040	11.742.436
Amortização acumulada			(6.643.433)	(6.145.939)	(5.690.292)
			6.584.877	6.063.101	6.052.144

16.1 Intangível adquirido em combinações de negócio

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar a concessão adquirido em combinações de negócios esta demonstrado a seguir:

Consolidado								
	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009	Taxa de amortização anual		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	2010	2009	2008
Intangível - adquirido em combinações de negócio								
Intangível adquirido não incorporado								
Controladora								
CPFL Paulista	304.861	(100.817)	204.044	223.937	245.322	5,90%	5,93%	6,23%
CPFL Piratininga	39.065	(12.461)	26.604	29.019	31.619	6,19%	6,19%	6,70%
CPFL Geração	54.555	(17.822)	36.733	39.898	43.150	5,80%	5,83%	6,21%
RGE	3.150	(590)	2.560	2.765	2.959	6,53%	6,53%	6,07%
CPFL Santa Cruz	9	(1)	8	9	24	8,81%	-	-
CPFL Leste Paulista	3.333	(446)	2.887	-	-	8,37%	-	-
CPFL Sul Paulista	7.288	(932)	6.356	-	-	7,99%	-	-
CPFL Jaguari	5.213	(710)	4.503	-	-	8,51%	-	-
CPFL Mococa	9.110	(1.268)	7.842	-	-	8,70%	-	-
CPFL Jaguari Geração	7.896	(474)	7.422	-	-	3,75%	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	434.480	(135.521)	298.959	295.628	323.074	-	-	-
Controladas								
CPFL Jaguariúna	-	-	-	-	120.815	-	-	11,81%
ENERCAN	10.233	(2.316)	7.917	8.626	9.319	6,93%	6,93%	4,83%
Barra Grande	3.081	(1.010)	2.071	2.252	2.432	5,93%	5,93%	6,65%
Chapecoense	7.376	-	7.376	7.376	7.319	-	-	-
EPASA	498	-	498	498	-	-	-	-
Parque eólico Santa Clara	31.735	-	31.735	31.735	-	-	-	-
Parque eólico Campo do Ventos	5.576	-	5.576	-	-	-	-	-
Outros	14.498	(11.063)	3.435	3.628	7.022	6,22%	6,22%	4,99% a 11,65%
	72.997	(14.389)	58.608	54.115	146.907	-	-	-
Subtotal	507.477	(149.910)	357.567	349.743	469.981			
Intangível adquirido já incorporado - Dedutível								
Controladas								
RGE	1.120.266	(739.555)	380.711	399.666	419.982	3,76%	3,76%	4,50%
CPFL Geração	426.450	(219.960)	206.490	223.226	239.464	6,22%	6,22%	5,74%
Subtotal	1.546.716	(959.515)	587.201	622.892	659.446			
Intangível adquirido já incorporado - Recomposto								
Controladora								
CPFL Paulista	1.074.026	(415.524)	658.502	722.207	790.690	5,90%	5,93%	6,23%
CPFL Piratininga	115.762	(36.927)	78.835	85.995	93.696	6,19%	6,19%	6,70%
RGE	310.128	(66.832)	243.296	262.839	281.236	6,33%	6,33%	5,88%
CPFL Santa Cruz	61.685	(28.907)	32.778	40.843	49.641	13,07%	13,07%	15,12%
CPFL Leste Paulista	27.034	(8.526)	18.508	22.693	-	15,48%	15,48%	-
CPFL Sul Paulista	38.168	(11.856)	26.312	32.090	-	15,14%	15,14%	-
CPFL Jaguari	23.600	(7.300)	16.300	20.018	-	15,76%	15,76%	-
CPFL Mococa	15.124	(4.950)	10.174	12.588	-	15,96%	15,96%	-
CPFL Jaguari Geração	15.275	(2.616)	12.659	13.872	-	7,94%	7,94%	-
	1.680.802	(583.438)	1.097.364	1.213.145	1.215.263			
Controladas								
CPFL Leste Paulista	-	-	-	-	12.570	-	-	8,67%
CPFL Sul Paulista	-	-	-	-	12.308	-	-	8,59%
CPFL Jaguari	-	-	-	-	11.754	-	-	8,56%
CPFL Mococa	-	-	-	-	4.982	-	-	8,49%
	-	-	-	-	41.614			
Subtotal	1.680.802	(583.438)	1.097.364	1.213.145	1.256.877			
Total	3.734.995	(1.692.863)	2.042.132	2.185.780	2.386.304			

O intangível adquirido em combinações de negócio está assim representado:

- Intangível adquirido não incorporado

Refere-se basicamente ao ágio de aquisição remanescente das ações detidas por acionistas não controladores.

- Intangível adquirido já incorporado - Dedutível

Refere-se ao ágio oriundo da aquisição de controladas que foram incorporados aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal.

- Intangível adquirido já incorporado - Recomposto

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do ágio advindo de incorporação de controladora cause impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 sobre o ágio de aquisição. Desta forma, foi constituída uma provisão retificadora do ágio em contrapartida à reserva do patrimônio líquido das controladas, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Estas alterações

afetaram o investimento da Companhia nas controladas, sendo necessária a constituição do ágio indedutível para fins fiscais, de modo a recompô-lo.

16.2 Movimentação do ativo intangível:

As movimentações do ativo intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

	Consolidado						TOTAL
	Direito de concessão						
Agio	Adquirido em combinações de negócios	Uso do bem público	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	Outros ativos intangíveis		
Ativo intangível em 01/01/2009	-	2.386.304	395.247	2.802.271	387.645	80.677	6.052.144
Adições	4.048	32.290	646	1.001	666.192	12.748	716.925
Amortização	-	(186.899)	(3.672)	(344.193)	-	(13.363)	(548.127)
Transferência - intangíveis	-	-	-	428.103	(428.103)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	-	-	-	(104.587)	-	(104.587)
Transferência - Outros Ativos	-	(45.915)	-	(7.841)	-	502	(53.254)
Ativo intangível em 31/12/2009	4.048	2.185.780	392.221	2.879.341	521.147	80.564	6.063.101
Adições	2.007	38.286	11.395	5.133	1.159.601	41.146	1.257.568
Amortização	-	(182.615)	(5.633)	(351.690)	-	(12.878)	(552.816)
Transferência - intangíveis	-	-	-	806.904	(806.904)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	-	-	-	(179.501)	-	(179.501)
Transferência - Outros Ativos	-	681	-	(3.919)	-	(237)	(3.475)
Ativo intangível em 31/12/2010	6.055	2.042.132	397.983	3.335.769	694.343	108.595	6.584.877

Em conformidade com o CPC 20, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. No consolidado, para o ano de 2010 foram capitalizados R\$ 48.099 (R\$ 28.825 em 2009) a uma taxa de 7,9% a.a. (6,3% a.a. em 2009).

16.3 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para fins de análise de recuperação dos ativos intangíveis com vida útil indefinida (incluindo o ágio), a Companhia utilizou o método do valor em uso para avaliar o valor recuperável de cada UGCs. Desta forma, os respectivos fluxos de caixa foram elaborados através da avaliação da Administração sobre as tendências futuras no setor elétrico, baseados tanto em fontes externas como em dados históricos.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(17) FORNECEDORES

<u>Circulante</u>	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Encargos de serviço do sistema	57.092	34.556	54.607
Suprimento de energia elétrica	584.114	658.068	645.718
Encargos de uso da rede elétrica	135.404	121.801	128.907
Materiais e serviços	199.129	143.180	116.228
Energia livre	70.262	61.341	28.731
Outros	1.391	2.506	11.713
Total	1.047.392	1.021.452	985.904
<u>Não Circulante</u>			
Encargos de uso da rede elétrica	-	42.655	85.311
Total	-	42.655	85.311

O saldo no Passivo não circulante trata-se de Encargos de uso da rede elétrica, e a variação deve-se ao repasse à CTEEP, conforme mencionado na nota 7.

(18) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado											
	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009			
	Encargos - Circulante e Não Circulante	Principal		Total	Encargos - Circulante e Não Circulante	Principal		Total	Encargos - Circulante e Não Circulante	Principal		Total
Circulante		Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante		
Mensuradas ao custo												
Moeda Nacional												
BNDES - Repotenciação	55	5.040	8.498	13.593	86	7.321	13.538	20.945	128	10.108	20.868	31.104
BNDES - Investimento	8.494	329.994	3.016.363	3.354.851	11.204	362.902	2.476.242	2.850.348	36.819	258.265	2.271.735	2.566.819
BNDES - Outros	1.028	72.123	146.414	219.565	49	661	5.628	6.338	30	194	3.356	3.580
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	379	46.028	-	46.407	1.158	93.666	46.833	141.657
Instituições Financeiras	50.277	144.624	1.255.312	1.450.213	10.408	194.766	164.054	369.228	5.241	52.879	209.066	267.186
Outros	578	23.336	34.488	58.402	554	22.174	30.693	53.421	511	28.517	36.821	65.849
Subtotal	60.432	575.117	4.461.075	5.096.624	22.680	633.852	2.690.155	3.346.687	43.887	443.629	2.588.679	3.076.195
Moeda Estrangeira												
BID	-	-	-	-	260	3.652	51.379	55.291	541	4.500	73.862	78.903
Instituições Financeiras	432	3.750	40.750	44.932	541	3.920	46.503	50.964	860	5.999	67.676	74.535
Subtotal	432	3.750	40.750	44.932	801	7.572	97.882	106.255	1.401	10.499	141.538	153.438
Total ao Custo	60.864	578.867	4.501.825	5.141.556	23.481	641.424	2.788.037	3.452.942	45.288	454.128	2.730.217	3.229.633
Mensuradas ao valor justo												
Moeda Estrangeira												
Instituições Financeiras	8.799	-	416.028	424.827	66.608	87.490	941.005	1.095.103	58.834	102.077	1.355.922	1.516.833
Total	8.799	-	416.028	424.827	66.608	87.490	941.005	1.095.103	58.834	102.077	1.355.922	1.516.833
Total	69.663	578.867	4.917.853	5.566.383	90.089	728.914	3.729.042	4.548.045	104.122	556.205	4.086.139	4.746.466

Mensuradas ao custo Moeda Nacional	Consolidado			Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009			
BNDES - Repotenciação						
CPFL Geração	13.593	20.847	30.635	TJLP + 3,1% a 4,3%	36 a 84 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2003 a dezembro de 2008	Aval da CPFL Paulista e CPFL Energia
CPFL Geração	-	98	469	UMBND + 4,0%	72 parcelas mensais a partir de setembro de 2004	Aval da CPFL Paulista e CPFL Energia
BNDES/BNB - Investimento						
CPFL Paulista - FINEM II	-	63.655	127.157	TJLP + 5,4%	48 parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM III	80.711	107.614	134.356	TJLP + 3,3%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM IV	256.572	237.325	100.498	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM V	98.051	-	-	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM V	35.135	-	-	Pré fixado 5,5% a 8,0%	114 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINAME	36.067	-	-	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga - FINEM I	-	23.702	47.349	TJLP + 5,4%	48 parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM II	47.945	63.927	79.813	TJLP + 3,3%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM III	106.944	104.990	54.768	TJLP + 3,28% a 3,4%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM IV	55.099	-	-	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINEM IV	13.081	-	-	Pré fixado 5,5% a 8,0%	114 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Piratininga - FINAME	22.905	-	-	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
RGE - FINEM III	44.858	67.285	89.606	TJLP + 5,0%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Recebíveis / Conta Reserva
RGE - FINEM IV	163.321	173.424	96.481	TJLP + 3,28 a 3,4%	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
RGE - FINEM V	59.967	-	-	TJLP + 2,12 a 3,3% a.a.	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Recebíveis / Fiança da CPFL Energia
RGE - FINEM V	9.710	-	-	5,5% a.a. Pré fixado	96 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Recebíveis / Fiança da CPFL Energia
RGE - FINAME	4.857	-	-	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Santa Cruz	10.483	2.255	2.275	TJLP + 2,90%	54 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Aval da CPFL Energia
CPFL Moccoca	5.475	3.018	3.014	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Jaquari	4.825	2.498	2.495	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de dezembro de 2010	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Leste Paulista	3.261	2.024	2.004	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Sul Paulista	4.735	3.350	2.004	TJLP + 2,9%	54 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Aval da CPFL Energia e Recebíveis
CPFL Geração	74.531	-	-	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de setembro de 2013	Aval da CPFL Paulista e Energia
BAESA	120.347	136.045	151.561	TJLP + 3,125% a 4,125%	144 parcelas mensais a partir de setembro de 2006	Penhor de Ações, Direito Creditório e Vinculação de Receitas
BAESA	24.244	28.058	42.015	UMBND + 3,125% (1)	144 parcelas mensais a partir de novembro de 2006	Penhor de Ações, Direito Creditório e Vinculação de Receitas
ENERCAN	273.992	307.203	340.007	TJLP + 4%	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
ENELCAN	15.932	18.557	27.663	UMBNDU + 4%	144 parcelas mensais a partir de abril de 2007	Cartas de Fiança
CERAN	382.730	417.440	445.414	TJLP + 5%	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Aval da CPFL Energia
CERAN	53.845	60.981	87.085	UMBND + 5% (1)	168 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Aval da CPFL Energia
CERAN	174.721	189.283	195.425	TJLP + 3,69% (Média dos	168 parcelas mensais a partir de novembro de 2008	Aval da CPFL Energia
Foz do Chapecó	996.013	792.209	535.829	TJLP + 2,49% a 2,95%	192 parcelas mensais a partir de outubro de 2011	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão, Vinculação de Receitas e Aval da CPFL Energia
CPFL Bioenergia - FINEM	39.512	15.248	-	TJLP + 1,9%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
CPFL Bioenergia - FINAME	39.369	30.257	-	Pré fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Propriedade Fiduciária, Direitos Creditórios e Aval da CPFL Energia
EPASA - BNB	95.613	-	-	Pré fixado 10%	132 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Fiança Bancária
BNDES - Outros						
CPFL Brasil - Bens de Renda	6.785	6.338	3.580	TJLP + de 1,94% à 2,5%	36 parcelas mensais a partir de maio de 2009	Vinculado ao bem adquirido
CPFL Piratininga - Capital de Giro	105.652	-	-	TJLP + 5,0% (2)	32 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2011	Não existem garantias
CPFL Geração - FINEM - Capital de Giro	53.232	-	-	TJLP + 4,95%	24 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2011	Aval da CPFL Energia
CPFL Geração - FINAME - Capital de Giro	53.896	-	-	TJLP + 4,95% (3)	23 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2011	Aval da CPFL Energia
Furnas Centrais Elétricas S.A.						
CPFL Geração	-	46.407	141.657	IGP-M + 10%	24 parcelas mensais a partir de junho de 2008	Energia produzida pela Usina
Instituições Financeiras						
CPFL Paulista						
Banco do Brasil - Lei 8727	34.874	39.314	47.548	IGP-M + 7,42%	240 parcelas mensais a partir de maio de 1994	Arrecadação de recebíveis
Banco do Brasil	104.890	-	-	107% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
Banco do Brasil-Crédito Rural (*)	199.622	-	-	98,50% do CDI	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga						
Banco Alfa	-	50.017	-	105,1% do CDI	Parcela única em janeiro de 2010	Não existe garantias
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	18.360	-	-	98,5% do CDI	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
RGE	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	236.830	-	-	98,5% do CDI	2 e 4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Brasil						
FINEP	3.682	-	-	5% Pré-fixada	81 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Recebíveis
CPFL Santa Cruz						
HSBC	45.206	40.747	36.677	CDI + 1,10%	Parcela única em junho de 2011	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	16.337	-	-	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia

CPFL Sul Paulista						
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	10.109	-	-	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Leste Paulista						
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	16.798	-	-	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Mococa						
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	8.476	-	-	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Jaguarí						
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	1.786	-	-	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Geração						
Banco Itaú BBA	103.371	102.750	101.650	106,0% do CDI	Parcela única em março de 2011	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil	627.432	-	-	107,0% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança CPFL Energia
Banco Alfa	-	99.485	-	105,1% do CDI	parcela única em abril de 2010	Aval da CPFL Energia
CERAN						
Banco Bradesco	-	36.915	81.311	CDI + 2%	24 parcelas mensais a partir de novembro de 2008	Não existem garantias
Banco Bradesco	22.440	-	-	CDI + 1,75%	Parcela única em abril de 2012	Não existem garantias
Outros						
Eletrobrás						
CPFL Paulista	10.358	8.648	8.887	RGR + 6,0% a 9,0%	Parcelas mensais até julho de 2016	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Piratininga	925	1.415	1.903	RGR + 6%	Parcelas mensais até julho de 2016	Recebíveis e Notas Promissórias
RGE	18.097	12.095	11.309	RGR + 6%	Parcelas mensais até junho de 2020	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Santa Cruz	3.947	4.660	5.509	RGR + 6%	Parcelas mensais até abril de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Leste Paulista	1.096	1.011	1.136	RGR + 6%	Parcelas mensais até fevereiro de 2022	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Sul Paulista	1.837	1.779	1.694	RGR + 6%	Parcelas mensais até julho de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Jaguarí	109	31	35	RGR + 6%	Parcelas mensais até maio de 2017	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Mococa	415	285	321	RGR + 6%	Parcelas mensais até fevereiro de 2022	Recebíveis e Notas Promissórias
Outros	21.618	23.497	35.055			
Subtotal Moeda Nacional - Custo	5.096.624	3.346.687	3.076.195			
Moeda Estrangeira						
BID - Enercan						
Instituições Financeiras	-	55.291	78.903	US\$ + Libor + 3,5%	49 parcelas trimestrais a partir de junho de 2007	Aval da CPFL Energia
CPFL Paulista (5)						
Debt Conversion Bond	2.982	5.207	9.807	US\$ + Libor 6 meses + 0,875%	17 parcelas semestrais a partir de abril de 2004	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
New Money Bond	-	-	370	US\$ + Libor 6 meses+ 0,875%	17 parcelas semestrais a partir de abril de 2001	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
FLIRB	-	-	375	US\$ + Libor 6 meses+ 0,8125%	14 parcelas semestrais a partir de abril de 2003	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
C-Bond	6.298	8.462	13.881	US\$ + 8%	21 parcelas semestrais a partir de abril de 2004	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
Discount Bond	14.570	15.264	20.533	US\$ + Libor 6 meses + 0,8125%	Parcela única em abril de 2024	Depósito em garantia e receitas Aval Governo SP
PAR-Bond	21.082	22.031	29.569	US\$ + 6%	Parcela única em abril de 2024	Depósito em garantia e receitas Aval Governo SP
Subtotal Moeda Estrangeira - Custo	44.932	106.255	153.438			
Total Mensurados ao Custo	5.141.556	3.452.942	3.229.633			
Moeda Estrangeira						
Mensuradas ao valor justo						
Instituições Financeiras						
CPFL Paulista						
Banco do Brasil	-	101.233	131.435	Yen + 5,7778%	Parcela única em janeiro de 2011	Não existem garantias
Banco ABN AMRO Real	424.827	385.969	490.276	Yen +1,49% (4)	Parcela única em janeiro de 2012	Não existem garantias
CPFL Piratininga						
Banco BNP Paribas	-	-	60.548	US\$ + 4,10%	Parcela única em fevereiro de 2009	Notas Promissórias
RGE						
Banco do Brasil	-	-	46.687	103,5% CDI	Parcela única em setembro de 2009	Não existem garantias
CPFL Geração						
Banco do Brasil	-	101.332	131.564	Yen + 5,8%	Parcela única em abril de 2010	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil	-	506.569	656.323	Yen + 2,5% a 5,8%	Parcela única em janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia
Total Moeda Estrangeira - Valor Justo	424.827	1.095.103	1.516.833			
Total Consolidado	5.566.383	4.548.045	4.746.466			

Suas controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a:

- (1) 160,5% do CDI (3) 106,0% do CDI
(2) 106,0% a 106,5% do CDI (4) 104,98% do CDI
(5) Dada a existência de ativos indexados em dólar, consta um swap parcial no montante de R\$ 21.221 convertendo a variação da moeda para 105,95% do CDI.

(*) Taxa efetiva: 98,5% CDI + 2,88% a.a. (CPFL Paulista e CPFL Piratininga) e 98,5% CDI + 2,5% a.a. (RGE)

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPCs 38 e 39 (Instrumentos Financeiros), classificaram suas dívidas como (i) passivos financeiros não mensurados ao valor justo (ou mensuradas ao custo), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 424.827 (R\$ 1.095.103 em 31 de dezembro de 2009), enquanto que o valor correspondente ao custo era de R\$ 429.792 (R\$ 1.100.120 em 31 de dezembro de 2009).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Os ganhos obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas no montante de R\$ 4.965 (ganho de R\$ 5.017 em 2009) estão sendo compensados pelos efeitos de R\$ 7.607 (R\$ 12.428 em 2009) obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, contratados para proteção da variação cambial (nota 35), gerando uma perda líquida acumulada de R\$ 2.642 (R\$ 7.411 em 2009).

Principais captações no período:

Moeda Nacional

BNDES – Investimento:

- FINEM IV (CPFL Paulista) - A controlada obteve financiamento junto ao BNDES em 2008, no montante de R\$ 345.990, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Nesse exercício houve liberação de R\$ 72.761 e o saldo remanescente de R\$ 37.101 foi cancelado.

- FINEM V (CPFL Paulista) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010, no montante de R\$ 291.043 que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na implementação do plano de investimento para o 2º semestre de 2010 e do ano de 2011. Neste exercício, a controlada recebeu o montante de R\$ 133.072 e o saldo remanescente de R\$ 157.971 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011.

- FINEM IV (CPFL Piratininga) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010, no montante de R\$ 165.621, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada na implementação do plano de investimento para o 2º semestre de 2010 e para o ano de 2011. Neste exercício a controlada recebeu o montante de R\$ 68.120, e o saldo remanescente de R\$ 97.501 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização.

- FINEM V (RGE) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010, no montante de R\$ 167.861, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na implementação do plano de investimento para o 2º semestre de 2010 e do ano de 2011. Neste exercício, recebeu o montante de R\$ 69.616 e o saldo remanescente de R\$ 98.245 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011.

- FINAME (CPFL Paulista) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2009, no montante de R\$ 92.183, que faz parte de uma linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico em 2010 e 2011. Em 2010, a controlada recebeu o montante de R\$ 36.014 e o saldo remanescente de R\$ 56.169 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

- FINAME (CPFL Piratininga) – A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2009, no montante de R\$ 48.116, que faz parte de uma linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico em 2010 e 2011. Em 2010, recebeu o montante de R\$ 22.860 e o saldo remanescente de R\$ 25.257 está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente. Não há condições restritivas.

- FINEM/FINAME (Bioenergia) – Em 2009 a controlada indireta obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$ 75.297, sendo de FINEM o montante de R\$ 37.491 e de FINAME o montante de R\$ 37.806, destinado à construção da UTE. Em 2010 foi liberado o saldo remanescente de R\$ 29.805, sendo R\$ 22.250 de FINEM e R\$ 7.555 de FINAME. Os juros estão sendo capitalizados durante o período de carência e serão pagos, juntamente com a parcela de principal mensalmente a partir de junho de 2011

- Investimento (CPFL Geração) – Em 2010 a controladora obteve aprovação de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 574.098, na modalidade FINEM que será destinado para as controladas Santa Clara I a VI e Eurus VI que visa a construção e implantação do complexo eólico com capacidade instalada total de 188 MW, localizados no município de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte. Em 2010 foi liberado o montante de R\$ 75.538.

- Investimento (Foz do Chapecó) – A controlada obteve financiamento junto ao BNDES, em 2007, no montante de R\$ 1.633.155 (R\$ 832.909 proporcional à participação da controlada CPFL Geração), para ser aplicado no financiamento das obras de construção do Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó. Em 2010 houve liberação de R\$ 249.841 (R\$ 127.419 proporcional à participação da controlada CPFL Geração) destinado a conclusão da construção do Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó. Os juros e principal serão pagos mensalmente a partir de outubro de 2011.

- BNB – Investimento (EPASA) – Em dezembro de 2009 a controlada indireta assinou um contrato de financiamento junto Banco do Nordeste do Brasil – BNB no valor de R\$ 214.278 (R\$ 109.282 proporcional à participação da Companhia), destinado a construção das UTE's Termoparaíba e Termonordeste. Em 2010 ocorreu a liberação do montante de R\$ 190.439 (R\$ 97.124 proporcional à participação da Companhia), sendo que a liberação da parcela restante está condicionada a comprovação física e financeira dos recursos obtidos.

Os juros serão pagos trimestralmente até dezembro de 2012 e mensalmente a partir de janeiro de 2013. Não existem cláusulas restritivas previstas para este contrato de financiamento.

BNDES – Outros:

- Capital de Giro (CPFL Piratininga) - A controlada obteve financiamento junto ao BNDES, em 2010, no montante de R\$ 100.000, sendo duas parcelas de R\$ 50.000 que faz parte de uma linha de crédito de repasse do BNDES, junto ao Banco Bradesco, com a finalidade de reforço de caixa. Os juros serão capitalizados mensalmente durante o período de carência, que será até 15 de fevereiro de 2011 e 17 de outubro de 2011, e serão pagos mensalmente, juntamente com as parcelas do principal, em 24 parcelas a partir de 15 de fevereiro de 2011 e 17 de outubro de 2011, respectivamente. Não há condições restritivas.

- Capital de Giro (CPFL Geração) - A controlada obteve financiamento junto ao BNDES, em 2010, no montante de R\$ 100.000, sendo duas parcelas de R\$ 50.000, que faz parte de uma linha de crédito de repasse do BNDES, junto ao Banco do Brasil, com a finalidade de reforço de caixa. Os juros serão capitalizados mensalmente durante o período de carência, que será até 15 de fevereiro de 2011 e 17 de julho de 2011 e serão pagos mensalmente, juntamente com as parcelas do principal, em 24 parcelas a partir de 15 de fevereiro de 2011 e 17 de julho de 2011, respectivamente. Não há condições restritivas.

Instituições Financeiras:

- Banco do Brasil – Crédito Rural (CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari e CPFL Sul Paulista) - As controladas obtiveram a aprovação de financiamento na modalidade de crédito rural com liberação no valor total de R\$ 499.800 (R\$ 435.849 líquida dos gastos de emissão), para cobertura de capital de giro. Os juros serão capitalizados mensalmente e amortizados juntamente com as parcelas do principal.

- CPFL Paulista e CPFL Geração – Em 2010, as controladas CPFL Paulista e CPFL Geração novaram dívidas detidas junto ao Banco do Brasil. Estas novações tiveram como objetivo alongar o prazo de vencimento destes empréstimos resultando também em alterações dos indexadores, passando a serem atreladas ao CDI. Os juros serão pagos semestralmente com vencimento a partir de outubro de 2010.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando somente os respectivos valores registrados ao custo, têm vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2012	1.166.436
2013	649.914
2014	463.383
2015	1.044.681
2016	246.573
Após 2016	1.351.831
Subtotal	4.922.818
Marcação a Mercado	(4.965)
Total	4.917.853

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada em %			% da dívida		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
IGP-M	11,32	(1,71)	9,81	0,77	2,12	4,24
UMBND	0,72	(25,66)	33,86	1,69	3,29	5,62
TJLP	6,00	6,13	6,25	58,23	58,76	49,74
CDI	9,71	9,88	12,38	33,80	34,01	38,93
SELIC	9,91	12,48		-	-	-
Outros	-	-	-	5,53	1,82	1,47
				100	100	100

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

BNDES:

Os financiamentos junto ao BNDES restringem as controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE: (i) a somente realizarem o pagamento de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei após a aprovação do BNDES e do banco líder da operação; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

CPFL Paulista

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA - valor máximo de 3,0;
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido - valor máximo 0,90.

CPFL Piratininga

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA - valor máximo de 2,5;
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido - valor máximo 0,80.

RGE

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA, valor máximo de 2,5;
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e Patrimônio Líquido – valor máximo de 0,5.

CPFL Geração

Os empréstimos captados junto ao BNDES pela controlada CERAN e pelas controladas em conjunto ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó, determinam restrições ao pagamento de dividendos à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

Para o empréstimo da CPFL Bioenergia junto ao BNDES, está determinado em contrato que a controlada não poderá efetuar pagamento de dividendos para os anos de 2009 a 2012, sendo que a partir de 2013 só poderá se atendida cumulativamente as seguintes condições:

- Está adimplente com suas obrigações contratuais;
- Índice de cobertura da dívida maior o igual a 1,0; e
- Endividamento Geral menor ou igual a 0,8

Banco do Brasil – Crédito Rural

- Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA – menor ou igual a 3,0.

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Companhia ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Companhia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Companhia.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*).

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

(19) DEBÊNTURES

	Consolidado											
	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009			
	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total
Controladora												
3ª Emissão												
Série Única	15.529	-	450.000	465.529	12.788	-	450.000	462.788	20.047	-	450.000	470.047
CPFL Paulista												
2ª Emissão												
1ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	8.606	119.680	-	128.286
2ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	8.430	170.599	-	179.029
3ª Emissão												
1ª Série	5.925	213.333	426.667	645.925	4.618	-	640.000	644.618	7.083	-	640.000	647.083
4ª Emissão												
Série Única	6.322	109.601	-	115.923	8.285	64.303	109.601	182.189	-	-	-	-
	12.248	322.934	426.667	761.849	12.903	64.303	749.601	826.807	24.119	290.279	640.000	954.398
CPFL Piratininga												
1ª Emissão												
1ª Série	10.733	200.000	-	210.733	17.690	200.000	200.000	417.690	27.176	-	400.000	427.176
2ª Emissão												
Série Única	-	-	-	-	2.189	-	100.000	102.189	3.479	-	100.000	103.479
3ª Emissão												
Série Única	7.013	-	258.868	265.881	-	-	-	-	-	-	-	-
4ª Emissão												
Série Única	1.845	-	278.043	279.888	-	-	-	-	-	-	-	-
	19.591	200.000	536.911	756.502	19.879	200.000	300.000	519.879	30.655	-	500.000	530.655
RGE												
2ª Emissão												
1ª Série	2.019	28.370	-	30.389	1.630	-	26.200	27.830	2.033	1.903	26.200	30.136
2ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	7.058	203.800	-	210.858
3ª Emissão												
1ª Série	939	33.333	66.667	100.939	741	-	100.000	100.741	1.110	-	100.000	101.110
2ª Série	7.721	46.667	93.333	147.721	6.437	-	140.000	146.437	9.671	-	140.000	149.671
3ª Série	1.824	13.333	26.667	41.824	1.491	-	40.000	41.491	2.290	-	40.000	42.290
4ª Série	1.335	16.667	33.333	51.335	1.103	-	50.000	51.103	1.711	-	50.000	51.711
5ª Série	1.335	16.667	33.333	51.335	1.103	-	50.000	51.103	1.711	-	50.000	51.711
4ª Emissão												
Série Única	10.633	184.623	-	195.256	8.758	-	183.804	192.562	-	-	-	-
	25.806	339.660	253.333	618.799	21.263	-	590.004	611.267	25.584	205.703	406.200	637.487
CPFL Leste Paulista												
1ª Emissão												
Série Única	1.400	23.965	-	25.365	1.153	-	23.894	25.047	-	-	-	-
CPFL Sul Paulista												
1ª Emissão												
Série Única	926	15.979	-	16.905	762	-	15.936	16.698	-	-	-	-
CPFL Jaguarí												
1ª Emissão												
Série Única	583	9.983	-	10.566	480	-	9.948	10.428	-	-	-	-
CPFL Brasil												
1ª Emissão												
Série Única	9.545	164.728	-	174.273	7.862	-	164.221	172.083	-	-	-	-
CPFL Geração												
2ª Emissão												
Série Única	24.327	424.266	-	448.593	20.039	-	423.295	443.334	646	80.930	-	81.576
3ª Emissão												
Série Única	7.121	-	263.137	270.258	-	-	-	-	-	-	-	-
EPASA												
1ª Emissão												
Série Única	-	-	-	-	3.504	228.473	-	231.977	-	-	-	-
2ª Emissão												
Série Única	-	-	204.406	204.406	-	-	-	-	-	-	-	-
BAESA												
1ª Série	357	3.165	15.030	18.552	308	3.164	18.195	21.667	532	3.164	21.359	25.055
2ª Série	294	2.569	12.207	15.070	343	3.085	6.075	9.503	530	-	9.331	9.861
Enercan												
1ª Série	339	2.711	50.623	53.673	-	-	-	-	-	-	-	-
	990	8.445	77.860	87.295	651	6.249	24.270	31.170	1.062	3.164	30.690	34.916
	118.066	1.509.960	2.212.314	3.840.340	101.284	499.025	2.751.169	3.351.478	102.113	580.076	2.026.890	2.709.079

	Quantidade em Circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva a.a.	Condições de Amortização	Garantias
Controladora					
3ª Emissão					
Série Única	45.000	CDI + 0,45% (1)	CDI + 0,53%	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2012	Quirografária
CPFL Paulista					
2ª Emissão					
1ª Série	11.968	109% do CDI	109% CDI + 0,24%	1º de julho de 2009	Quirografária
2ª Série	13.032	IGP-M + 9,8%	IGP-M + 10,04%	1º de julho de 2009	Quirografária
3ª Emissão					
1ª Série	64.000	104,4% do CDI	104,4% CDI + 0,05%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão					
Série Única	175.000	110,3% do CDI	110,3% CDI + 0,79%	2 parcelas anuais a partir de julho de 2010	Fiança da CPFL Energia
CPFL Piratininga					
1ª Emissão					
1ª Série	40.000	104,0% do CDI	104,0% CDI + 0,16%	2 parcelas anuais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia
2ª Emissão					
Série Única	1	106,45% do CDI	106,45% CDI + 0,3%	02 de maio de 2011	Quirografária
3ª Emissão					
Série Única	260	107,0% do CDI	107,0% CDI + 0,67%	01 de abril de 2015	Fiança CPFL Energia
4ª Emissão					
Série Única	280	109,09% do CDI	109,09% CDI	10 de dezembro de 2013	Fiança CPFL Energia
RGE					
2ª Emissão					
1ª Série	2.620	IGP-M + 9,6%	IGP-M + 9,73%	1º de abril de 2011	Quirografária
2ª Série	20.380	106,0% do CDI	106,0% CDI + 0,12%	1º de abril de 2009	Quirografária
3ª Emissão					
1ª Série	1	CDI + 0,60% (2)	CDI + 0,71%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
2ª Série	1	CDI + 0,60% (3)	CDI + 0,71%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
3ª Série	1	CDI + 0,60% (4)	CDI + 0,71%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
4ª Série	1	CDI + 0,60% (5)	CDI + 0,84%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
5ª Série	1	CDI + 0,60% (5)	CDI + 0,84%	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia
4ª Emissão					
Série Única	185.000	110,30% do CDI	110,3% CDI + 0,82%	1º de julho de 2011	Quirografária
CPFL Leste Paulista					
1ª Emissão					
Série Única	2.400	111,90% do CDI	111,9% CDI + 0,65%	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Sul Paulista					
1ª Emissão					
Série Única	1.600	111,00% do CDI	111% CDI + 0,6%	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Jaguarí					
1ª Emissão					
Série Única	1.000	111,90% do CDI	111,9% CDI + 0,79%	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Brasil					
1ª Emissão					
Série Única	16.500	111% do CDI	111% CDI + 0,57%	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
CPFL Geração					
2ª Emissão					
Série Única	425.250	109,8% do CDI	109,8% CDI + 0,58%	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia
3ª Emissão					
Série Única	264	107,0% do CDI	107,0% do CDI + 0,67%	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
EPASA					
1ª Emissão					
Série Única	450	112,6% do CDI	116,9% do CDI	Parcela única em dezembro de 2010	Fiança CPFL Energia
2ª Emissão					
Série Única	400	111% do CDI		12 parcelas mensais a partir de dezembro de 2012	Fiança CPFL Energia
BAESA					
1ª Série	9.000	CDI + 0,3%	CDI + 0,43%	Trimestral com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança
2ª Série	3.236	CDI + 0,4%	106% CDI + 0,12%	Anual com quitação em agosto de 2016	Cartas de Fiança
Enercan					
1ª Série	110	100% do CDI + 1,25%		Trimestral com quitação em dezembro de 2025	

A Sociedade e as controladas possuem swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 104,4% do CDI
(2) 105,07% do CDI

(3) 104,85% do CDI
(4) 104,9% do CDI

(5) 104,87% do CDI

Remuneração

As remunerações das debêntures serão pagas semestralmente, exceto por: (i) 1° série da controlada em conjunto BAESA que será paga trimestralmente, (ii) 1° emissão da controlada CPFL Piratininga e 1° série da 2° emissão da controlada RGE que será paga anualmente e (iii) 2 emissão da controlada em conjunto EPASA que será paga mensalmente (2012).

O saldo de Debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

<u>Vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2012	553.552
2013	777.436
2014	159.393
2015	681.398
2016	7.834
Após 2016	32.701
Total	2.212.314

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia e de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

CPFL Energia

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

CPFL Paulista

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

CPFL Piratininga

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

RGE

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0;

CPFL Geração

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,5;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0;

CPFL Brasil

- Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

CPFL Jaguari

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

CPFL Leste Paulista

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0;

CPFL Sul Paulista

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

BAESA

- Endividamento total – limite de 75% dos seus ativos totais.

Diversas debêntures das controladas e controladas em conjunto estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Companhia ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Companhia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Companhia.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*).

No entendimento da Administração da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

(20) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração, através da Fundação CESP, a controlada RGE através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE e Bradesco Vida e Previdência, a controlada CPFL Santa Cruz através da BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e a controlada CPFL Jaguariúna através da IHPREV Fundo de Pensão, mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados.

20.1 – Características

- CPFL Paulista

Atualmente vigora, para os funcionários da controlada CPFL Paulista um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os Benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição definida que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção

pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 479.877 (R\$ 508.706 em 2009). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada que se encontra em consonância com o CPC 33.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

- CPFL Piratininga

A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- b) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a controlada e os participantes.
- c) Plano de Contribuição Definida - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (empresa antecessora da Bandeirante), referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 221 parcelas mensais e 18 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de maio de 2026. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 133.170 (R\$ 150.444 em 2009). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada que se encontra em consonância com o CPC 33.

Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

- RGE

Plano do tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é de direito somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE. Para os colaboradores admitidos a partir de 1997, foi implantado em janeiro de 2006, o plano de previdência privada junto ao Bradesco Vida e Previdência.

- CPFL Santa Cruz

O plano de benefícios da controlada CPFL Santa Cruz, administrado pelo BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil está estruturado na modalidade de contribuição definida.

- CPFL Jaguariúna

Em dezembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

- CPFL Geração

Os funcionários da controlada CPFL Geração participam do mesmo plano da CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela CPFL Paulista, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração, referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 260 parcelas mensais, acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação, em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 17.689 (R\$ 18.354 em 2009). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada que se encontra em consonância com o CPC 33.

20.2 – Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2010					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Total Passivo	RGE	Total Ativo
Valor presente das obrigações atuariais	3.088.723	784.933	67.543	3.941.199	207.759	207.759
Valor justo dos ativos do plano	(2.987.448)	(785.231)	(70.177)	(3.842.856)	(245.537)	(245.537)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquido.	101.275	(298)	(2.634)	98.343	(37.778)	(37.778)
Ajustes por diferimentos permitidos						
Ganhos atuariais não reconhecidos	368.348	111.872	14.086	494.306	31.978	31.978
Passivo (Ativo) atuarial líquido reconhecido no balanço	469.623	111.574	11.452	592.649	(5.800)	(5.800)

	31/12/2009					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Total Passivo	RGE	Total Ativo
Valor presente das obrigações atuariais	2.962.118	760.719	64.198	3.787.035	182.615	182.615
Valor justo dos ativos do plano	(2.611.813)	(676.790)	(54.969)	(3.343.572)	(212.369)	(212.369)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquido.	350.305	83.929	9.229	443.463	(29.754)	(29.754)
Ajustes por diferimentos permitidos						
Ganhos atuariais não reconhecidos	241.407	58.035	4.545	303.987	20.029	20.029
Passivo (Ativo) atuarial líquido reconhecido no balanço	591.712	141.964	13.774	747.450	(9.725)	(9.725)

	01/01/2009					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Total Passivo	RGE	Total Ativo
Valor presente das obrigações atuariais	3.067.116	774.598	66.094	3.907.808	174.721	174.721
Valor justo dos ativos do plano	(2.413.252)	(618.671)	(51.207)	(3.083.130)	(180.708)	(180.708)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquido.	653.864	155.927	14.887	824.678	(5.987)	(5.987)
Ajustes por diferimentos permitidos						
Ganhos atuariais não reconhecidos	-	-	-	-	5.987	5.987
Passivo (Ativo) atuarial líquido reconhecido no balanço	653.864	155.927	14.887	824.678	-	-

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total Passivo
Valor presente das obrigações atuariais em 01/01/2009	3.067.116	774.598	66.094	174.721	4.082.529
Custo do serviço corrente bruto	1.413	4.172	165	152	5.902
Juros sobre obrigação atuarial	303.015	76.981	6.532	17.626	404.154
Contribuições de participantes vertidas no ano	68	1.249	2	1.104	2.423
(Ganho)/perda atuarial	(195.082)	(51.310)	(4.138)	(3.456)	(253.986)
Benefícios pagos no ano	(214.412)	(44.971)	(4.457)	(7.532)	(271.372)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2009	2.962.118	760.719	64.198	182.615	3.969.650
Custo do serviço corrente bruto	1.061	3.550	142	202	4.955
Juros sobre obrigação atuarial	292.456	75.535	6.345	18.349	392.685
Contribuições de participantes vertidas no ano	190	1.156	1	1.597	2.944
(Ganho)/perda atuarial	64.883	(9.660)	1.794	12.346	69.363
Benefícios pagos no ano	(231.985)	(46.367)	(4.937)	(7.350)	(290.639)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2010	3.088.723	784.933	67.543	207.759	4.148.958

	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	RGE	Total Ativo
Valor presente dos ativos atuariais em 01/01/2009	(2.413.252)	(618.671)	(51.207)	(180.708)	(3.263.838)
Rendimento esperado no ano	(304.351)	(77.554)	(6.468)	(18.378)	(406.751)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(68)	(1.249)	(2)	(1.104)	(2.423)
Contribuições de patrocinadoras	(62.229)	(17.562)	(1.342)	(3.138)	(84.271)
(Ganho)/perda atuarial	(46.325)	(6.725)	(407)	(16.573)	(70.030)
Benefícios pagos no ano	214.412	44.971	4.457	7.532	271.372
Valor presente dos ativos atuariais em 31/12/2009	(2.611.813)	(676.790)	(54.969)	(212.369)	(3.555.941)
Rendimento esperado no ano	(364.286)	(93.152)	(7.679)	(23.718)	(488.835)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(190)	(1.156)	(1)	(1.597)	(2.944)
Contribuições de patrocinadoras	(51.320)	(16.323)	(1.129)	(9.084)	(77.856)
(Ganho)/perda atuarial	(191.824)	(44.177)	(11.336)	(6.119)	(253.456)
Benefícios pagos no ano	231.985	46.367	4.937	7.350	290.639
Valor presente dos ativos atuariais em 31/12/2010	(2.987.448)	(785.231)	(70.177)	(245.537)	(4.088.393)

20.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2010				31/12/2010	
	CPFL	CPFL	CPFL	Total Passivo	RGE	Total Ativo
	Paulista	Piratininga	Geração			
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no início do exercício	591.712	141.964	13.774	747.450	(9.725)	(9.725)
Despesas/(Receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(70.769)	(14.068)	(1.192)	(86.029)	5.400	5.400
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(51.320)	(16.322)	(1.130)	(68.772)	(1.475)	(1.475)
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no final do exercício	469.623	111.574	11.452	592.649	(5.800)	(5.800)
Outras Contribuições	13.875	375	177	14.427	-	-
Subtotal	483.498	111.949	11.629	607.076	(5.800)	(5.800)
Outras Contribuições RGE	-	-	-	3.905	-	-
Total Passivo	483.498	111.949	11.629	610.981		
Circulante				40.103		-
Não Circulante				570.878		5.800

	31/12/2009				31/12/2009	
	CPFL	CPFL	CPFL	Total Passivo	RGE	Total Ativo
	Paulista	Piratininga	Geração			
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no início do exercício	653.864	155.927	14.887	824.678	-	-
Despesas/(Receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	77	3.599	229	3.905	(6.971)	(6.971)
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(62.229)	(17.562)	(1.342)	(81.133)	(2.754)	(2.754)
Passivo/(Ativo) atuarial líquido no final do exercício	591.712	141.964	13.774	747.450	(9.725)	(9.725)
Outras Contribuições	13.342	243	281	13.866	-	-
Subtotal	605.054	142.207	14.055	761.316	(9.725)	(9.725)
Outras Contribuições RGE	-	-	-	6.454	-	-
Total Passivo	605.054	142.207	14.055	767.770		
Circulante				44.484		-
Não Circulante				723.286		9.725

20.4 Reconhecimento das receitas e despesas com entidade de previdência privada:

A estimativa do atuário externo para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2011 e as receitas reconhecidas em 2010, são como segue:

	2011 Estimadas			
	CPFL	CPFL	CPFL	Consolidado
	Paulista	Piratininga	Geração	
Custo do serviço	1.043	3.781	136	4.960
Juros sobre obrigações atuariais	304.730	77.929	6.673	389.332
Rendimento esperado dos ativos do plano	(369.344)	(97.889)	(8.706)	(475.939)
Amortização de ganhos atuariais não reconhecidas	(4.730)	(2.448)	(585)	(7.763)
Total da Receita	(68.301)	(18.627)	(2.482)	(89.410)

	2010 Realizadas				
	CPFL	CPFL	CPFL	RGE	Consolidado
	Paulista	Piratininga	Geração		
Custo do serviço	1.061	3.550	142	1.153	5.906
Juros sobre obrigações atuariais	292.456	75.534	6.345	18.349	392.684
Rendimento esperado dos ativos do plano	(364.286)	(93.152)	(7.679)	(23.717)	(488.834)
Reconhecimento do ativo (limitado ao parágrafo 58-b do CPC 33)	-	-	-	9.615	9.615
Total da Despesa / (Receita)	(70.769)	(14.068)	(1.192)	5.400	(80.629)

	2009 Realizadas				
	CPFL	CPFL	CPFL	RGE	Consolidado
	Paulista	Piratininga	Geração		
Custo do serviço	1.413	4.172	165	1.256	7.006
Juros sobre obrigações atuariais	303.015	76.981	6.532	17.626	404.154
Rendimento esperado dos ativos do plano	(304.351)	(77.554)	(6.468)	(18.387)	(406.760)
Reconhecimento do ativo (limitado ao parágrafo 58-b do CPC 33)	-	-	-	(7.466)	(7.466)
Total da Despesa/(Receita)	77	3.599	229	(6.971)	(3.066)

Uma vez que a movimentação do plano da RGE indica a necessidade de reconhecimento de um ativo e que o montante a ser reconhecido esta limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis à época, o registro em 2011 dependerá da análise a ser realizada sobre a possível recuperação do ativo ao término do exercício.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração			RGE		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,24% a .a.	10,24% a .a.	10,24% a .a.	10,24% a.a.	10,24% a.a.	10,24% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	(*)	(**)	(***)	10,24% a.a.	11,28% a.a.	10,24% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,08% a .a.	6,08% a .a.	6,08% a .a.	6,08% a.a.	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,0% a .a.	4,0% a .a.	4,0% a .a.	4,0% a .a.	4,0% a .a.	4,0% a .a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER	TÁBUA MERCER	Light-média	Light-média
Taxa de rotatividade esperada:	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	0,3 / (Tempo de Serviço + 1)	nula	nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano	100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano		100% na primeira eleg. a um benef. pelo Plano		

(*) CPFL Paulista e CPFL Geração 12,73% a.a. e CPFL Piratininga 12,71% a.a.

(**) CPFL Paulista e CPFL Geração 14,36% a.a. e CPFL Piratininga 14,05% a.a.

(***) CPFL Paulista e CPFL Geração 13,05% a.a. e CPFL Piratininga 12,84% a.a.

(21) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	4.452	4.080	3.636
Reserva Global de Reversão - RGR	16.483	9.876	7.451
Taxa de fiscalização da ANEEL	2.283	1.945	2.012
Conta de Consumo de Combustível - CCC	58.289	9.392	48.194
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	42.035	38.457	33.237
Total	123.542	63.750	94.530

(22) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado					
	Circulante			Não Circulante		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	247.890	315.906	276.112	-	-	-
Programa de Integração Social – PIS	13.565	11.762	9.022	-	-	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	63.668	54.978	41.591	959	1.639	2.243
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	85.999	69.480	94.944	-	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	22.086	18.583	13.475	-	-	-
Outros	22.035	27.901	21.528	-	-	-
Total	455.243	498.610	456.672	959	1.639	2.243

(23) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Provisão para Contingência	Depósitos e bloqueios judiciais	Provisão para Contingência	Depósitos e bloqueios judiciais	Provisão para Contingência	Depósitos e bloqueios judiciais
Trabalhistas						
Diversos	39.151	147.062	42.752	127.750	55.106	108.646
Cíveis						
Danos Pessoais	11.126	75.003	9.897	59.434	14.450	64.407
Majoração Tarifária	10.814	9.200	12.249	9.068	10.635	18.498
Energia Comprada	-	-	-	-	14.899	13.228
Outras	10.678	16.698	11.967	15.674	6.695	15.588
	32.618	100.901	34.113	84.176	46.679	111.721
Fiscais						
FINSOCIAL	18.714	53.322	18.601	52.998	18.478	52.649
PIS e COFINS - Ampliação de Base	866	721	866	1.022	1.277	1.010
PIS e COFINS - JCP	10.666	10.666	9.800	9.800	70.301	-
PIS e COFINS - Regime não cumulativo	87.672	-	122.792	-	124.887	-
Imposto de Renda	73.401	539.601	63.914	498.347	59.708	456.519
Outras	28.178	38.411	7.806	20.084	6.091	19.429
	219.497	642.721	223.779	582.251	280.742	529.607
Total	291.266	890.684	300.644	794.177	382.527	749.974

As movimentações das provisões para contingências e depósitos judiciais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2010
Trabalhistas	42.752	28.769	(2.866)	(29.504)	-	39.151
Cíveis	34.113	9.402	(5.512)	(5.678)	293	32.618
Fiscais	223.779	31.393	(40.098)	(22)	4.445	219.497
Provisão para Contingências	300.644	69.564	(48.476)	(35.204)	4.738	291.266
Depósitos Judiciais	794.177	80.226	(13.737)	(14.380)	44.398	890.684

	Consolidado					
	Saldo em 01/01/2009	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2009
Trabalhistas	55.106	1.016	(3.688)	(9.682)	-	42.752
Cíveis	46.679	10.603	(667)	(22.502)	-	34.113
Fiscais	280.742	13.444	(1.481)	(72.844)	3.918	223.779
Provisão para Contingências	382.527	25.063	(5.836)	(105.028)	3.918	300.644
Depósitos Judiciais	749.974	64.268	(17.164)	(48.052)	45.151	794.177

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é mais provável do que não na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia e de suas controladas.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a) **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b) **Cíveis:**
- Danos Pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Majoração Tarifária** - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE n.ºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do “Plano Cruzado”.
- c) **Fiscais**
- FINSOCIAL** - Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991.
- PIS e COFINS - JCP** - Em 2009 a Companhia discutia a incidência do PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre o capital próprio, desistiu da ação judicial e efetuou o pagamento dos valores questionados, utilizando-se do benefício previsto na Lei n.º 11.941/09 (REFIS IV), isto é, redução de multa, juros e encargos legais. A Companhia aguarda a finalização dos trâmites legais para poder efetuar a compensação dos depósitos judiciais realizados no mesmo montante.
- PIS e COFINS – Regime não cumulativo** – Refere-se às discussões tributárias relacionadas ao regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS sobre determinados encargos setoriais. Em 2010, as controladas procederam à reversão de contingência no montante de R\$ 39.502 em contrapartida a conta de “Despesas Gerais e Administrativas – Legais, Judiciais e Indenizações” e a reversão de atualização monetária no montante consolidado de R\$ 4.136 em contrapartida a conta de “Despesa Financeira – Atualizações monetárias e variações cambiais”.
- Imposto de Renda** - Na controlada CPFL Piratininga, a provisão de R\$ 53.356 (R\$ 44.531 em 2009) refere-se à ação judicial visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ.
- Fiscais Outras** - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e SAT.
- d) **Perdas possíveis** - A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por este motivo, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2010 estavam assim representadas: (i) R\$ 341.608 trabalhistas (R\$ 294.825 em 2009); (ii) R\$ 604.603 cíveis, representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária (R\$ 472.710 em 2009); e (iii) R\$ 823.872 fiscais, relacionadas basicamente a Imposto de Renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS (R\$ 625.369 em 2009).

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto relevante sobre os resultados futuros.

Depósitos judiciais - Na controlada CPFL Paulista o depósito de R\$ 483.355 (R\$ 450.319 em 2009) refere-se à discussão da dedutibilidade para fins de Imposto de Renda, de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente ao saldamento do déficit previdenciário do plano de pensão dos funcionários, perante a Fundação CESP, em razão de ter sido objeto de renegociação e novação de dívida naquele exercício. A controlada, baseada em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável constante na Nota MF/SRF/COSIT/GAB n.º 157 de 09 de abril de 1998, e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando conseqüentemente prejuízo fiscal naquele exercício. Em março de 2000, a controlada foi autuada pelas Autoridades Fiscais, relativamente ao uso do prejuízo fiscal nos exercícios de 1997 e 1998. Em 2007, em razão de decisão judicial que exigiu o depósito para permitir a continuidade das discussões, a controlada efetuou o referido depósito judicial para garantia do juízo. Esta dedutibilidade gerou outras autuações e a controlada com a finalidade de permitir a continuidade das discussões, ofereceu em garantia fianças bancárias no valor de R\$

325.292. Baseada na posição atualizada dos advogados que conduzem este caso, o risco de perda continua classificado como remoto.

(24) USO DO BEM PÚBLICO

Consolidado					
<u>Empresas</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>	<u>Saldo de Parcelas Restantes</u>	<u>Taxa de juros</u>
CERAN	71.987	65.904	67.546	304	IGP-M + 9,6%a.a.
ENERCAN	9.884	9.434	9.693	294	IGP-M + 8%a.a.
BAESA	52.865	50.402	51.729	306	IGP-M + 8%a.a.
Foz do Chapecó	312.182	295.794	295.147	313	IGP-M / IPC-A + 5,3%a.a.
TOTAL	<u>446.918</u>	<u>421.534</u>	<u>424.115</u>		
Circulante	17.287	15.697	15.228		
Não circulante	429.631	405.837	408.887		

(25) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado					
	Circulante			Não Circulante		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Consumidores e concessionárias	63.584	50.250	50.545	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	63.698	55.889	36.979	32.039	56.915	63.992
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	110.418	100.544	37.767	29.682	12.636	64.670
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	3.076	4.705	28.230	-	-	228
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	1.206	2.008	13.593	-	-	114
Fundo para reversão	-	-	-	17.751	17.751	17.751
Adiantamentos	14.517	9.652	6.962	8.680	55.987	48.441
Provisão para gastos ambientais	11.685	2.483	6.330	2.455	2.628	544
Folha de pagamento	6.724	8.085	8.533	-	-	-
Participação nos lucros	37.970	32.490	25.870	-	-	-
Multa ANEEL TAC (DEC/FEC e nível de tensão)	-	10.877	-	-	-	-
Convênios de arrecadação	51.271	27.138	14.584	-	-	-
Garantias	-	-	-	45.831	71.152	63.692
Outros	46.712	34.740	50.295	4.692	9.575	10.080
Total	410.861	338.861	279.688	141.130	226.644	269.512

Consumidores e concessionárias: As obrigações com consumidores referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização. Valores com concessionárias, referem-se basicamente a transações relacionadas a cisão parcial da Bandeirante pela controlada CPFL Piratininga.

Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética: As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

Adiantamentos: O saldo de longo prazo é representado basicamente por aportes (AFAC) realizados exclusivamente pelos acionistas da EPASA sendo que a controlada CPFL Geração realizará futuramente os aportes relativos à sua participação. Em 2009 representava os aportes realizados pelos acionistas da Chapecoense.

Multa ANEEL TAC (DEC e FEC): Multa aplicada a controlada RGE, relacionada ao atendimento de indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Cliente) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Participação nos lucros: Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia e suas controladas implantaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

(26) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
VBC Energia S.A.	122.948.720	25,55	122.948.720	25,62	133.653.591	27,85
BB Carteira Livre I FIA	149.233.727	31,02	149.233.727	31,10	149.233.727	31,10
Bonaire Participações S.A.	60.713.511	12,62	60.713.511	12,65	60.713.511	12,65
BNDES Participações S.A.	40.526.739	8,42	40.526.739	8,44	29.821.870	6,21
Brumado Holdings S.A.	17.251.048	3,59	17.251.048	3,59	28.420.052	5,92
Membros do Conselho de Administração	112	-	112	-	3.112	-
Membros da Diretoria Executiva	2.824	-	6.450	-	31.152	0,01
Demais Acionistas	90.460.449	18,80	89.230.631	18,60	78.033.923	16,26
Total	481.137.130	100,00	479.910.938	100,00	479.910.938	100,00

26.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E da CPFL Energia realizada em 26 de abril de 2010 foi aprovada a incorporação da totalidade das ações de titularidade dos acionistas minoritários das controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, Jaguari Geração, CPFL Serviços e CPFL Santa Cruz ao patrimônio da CPFL Energia e a conversão destas empresas em suas subsidiárias integrais. Dessa forma, o capital social da CPFL Energia passou de R\$ 4.741.175 para R\$ 4.793.424, um aumento de R\$ 52.249, com emissão de 1.226.192 novas ações ordinárias.

26.2 - Reserva de Capital

Refere-se ao ganho da alienação das ações em tesouraria, decorrentes do exercício de direito de retirada dos acionistas, quando da incorporação das ações de acionistas não controladores ocorridas em novembro de 2005.

26.3 - Reserva de Lucros

Compreende o saldo da Reserva Legal no montante de R\$ 418.665.

26.4 - Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em julho de 2010, a distribuição do lucro líquido apurado na data-base de 30 de junho de 2010, na forma de dividendo intermediários, no montante de R\$ 774.429, correspondente a R\$ 1,609579599 por ação.

No exercício, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 1.423.550 referente basicamente aos dividendos declarados em 31 de dezembro de 2009 e 30 de junho de 2010.

26.5 - Destinação do Lucro Líquido do Exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

Para este exercício, a Administração da Companhia está propondo a distribuição do saldo do lucro líquido, através da declaração de R\$ 486.040 na forma de dividendo, correspondente a R\$ 1,010190770 por ação, conforme demonstrado a seguir:

Lucro Líquido do Exercício - Controladora	1.538.281
Dividendos prescritos	6.406
Constituição de reserva legal	(76.914)
Realização do resultado abrangente	26.974
Prejuízo líquido na adoção das práticas internacionais	(234.278)
Lucro Líquido base para destinação	1.260.469
Dividendos intermediários	(774.429)
Dividendo adicional proposto	486.040

(27) LUCRO POR AÇÃO

Lucro básico por ação

O cálculo do lucro básico por ação em 31 de dezembro de 2010 foi baseado no lucro atribuível à CPFL Energia de R\$ 1.538.281 (R\$ 1.657.297 em 31 de dezembro de 2009) e no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 conforme demonstrado:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro líquido do exercício atribuído a CPFL Energia	1.538.281	1.657.297
Média ponderada do número de ações ordinárias	31/12/2010	31/12/2009
Ações emitidas em 1º de janeiro	479.910.938	479.910.938
Ações emitidas em 26 de abril de 2010	1.226.192	-
Número médio ponderado de ações ordinárias em 31 de dezembro	480.747.436	479.910.938
Lucro por ação	3,20	3,45

Lucro por ação diluído

Nos exercícios de 2010 e 2009 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação, para os quais devesse considerar no cálculo do lucro por ação.

(28) RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado					
	Consumidores (*)		GWh (*)		R\$ mil	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receita de Operações com Energia Elétrica						
Classe de Consumidores						
Residencial	5.880.204	5.695.689	12.983	12.346	5.416.581	5.098.424
Industrial	78.261	77.166	15.413	14.970	4.123.723	4.127.319
Comercial	490.554	496.377	7.695	7.297	2.795.127	2.700.025
Rural	237.903	238.566	2.100	2.257	434.519	438.666
Poderes Públicos	45.386	44.051	1.112	1.074	384.742	376.735
Iluminação Pública	8.096	7.933	1.444	1.408	303.862	293.463
Serviço Público	7.239	6.738	1.742	1.664	470.323	462.431
Fornecimento Faturado	6.747.643	6.566.520	42.489	41.016	13.928.877	13.497.063
Consumo Próprio	783	768	33	33		
Fornecimento Não Faturado (Líquido)					1.304	43.217
Encargos Emergenciais - ECE/EAAE					7	(5)
Reclassificação da Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD Consumidor cativo					(5.843.561)	(6.025.716)
Fornecimento de Energia Elétrica			42.522	41.049	8.086.627	7.514.559
Furnas Centrais Elétricas S.A.			3.026	3.026	347.472	353.554
Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas			7.217	7.016	731.493	854.852
Energia Elétrica de Curto Prazo			2.495	2.883	117.156	90.732
Suprimento de Energia Elétrica			12.738	12.925	1.196.121	1.299.138
Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD Consumidor Cativo					5.843.561	6.025.716
Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD Consumidor Livre					1.127.795	789.357
Receita de construção da infraestrutura da concessão					1.043.678	615.557
Subvenção Baixa Renda					31.245	31.970
Outras Receitas e Rendas					227.651	215.013
Outras Receitas Operacionais					8.273.930	7.677.613
Total da receita operacional bruta					17.556.678	16.491.310
Deduções da Receita						
ICMS					(2.728.416)	(2.613.276)
PIS					(265.444)	(263.951)
COFINS					(1.224.934)	(1.216.563)
ISS					(3.847)	(3.617)
Reserva Global de Reversão					(53.985)	(61.407)
Conta de Consumo de Combustível - CCC					(593.630)	(386.949)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(470.981)	(449.417)
Programa de P & D e Eficiência Energética					(134.772)	(102.175)
PROINFA					(56.933)	(35.954)
Outros					(7)	5
					(5.532.949)	(5.133.304)
Receita operacional líquida					12.023.729	11.358.006

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

O detalhamento dos reajustes tarifários das distribuidoras está demonstrado a seguir:

Empresa	Mês	2010		2009	
		IRT Reajuste	Percepção do	IRT Reajuste	Percepção do
		Total	Consumidor (*)	Total	Consumidor (*)
CPFL Paulista	Abril	2,70%	-5,69%	21,22%	21,56%
CPFL Piratininga	Outubro	10,11%	5,66%	5,98%	-2,12%
RGE	Junho/Abril	12,37%	3,96%	18,95%	3,43%
CPFL Santa Cruz	Fevereiro	10,09%	-2,53%	24,09%	11,85%
CPFL Leste Paulista	Fevereiro	-13,21%	-8,47%	12,94%	10,61%
CPFL Jaguari	Fevereiro	5,16%	3,67%	11,36%	9,40%
CPFL Sul Paulista	Fevereiro	5,66%	4,94%	11,64%	10,23%
CPFL Mococa	Fevereiro	3,98%	3,24%	11,18%	5,59%

(*) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.

(29) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Custo com energia elétrica	Consolidado			
	GWh (*)		R\$ mil	
	2010	2009	2010	2009
Energia Comprada para Revenda				
Energia Comprada no Ambiente Regulado - ACR				
Tractebel Energia S.A.	7.482	6.827	1.108.578	973.344
Itaipu Binacional	10.835	11.084	1.010.132	1.157.306
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	1.717	1.721	207.011	210.488
CESP - Cia Energética de São Paulo	1.759	1.808	175.467	171.837
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.673	1.649	156.197	147.681
CEMIG - Cia Energética de Minas Gerais	1.036	1.357	131.451	222.604
CHESF - Cia Hidro Elétrica do São Francisco	1.343	1.318	119.594	113.143
Termorio S.A.	454	248	119.028	75.286
Copel Geração e Transmissão S.A.	694	713	69.817	69.126
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.	397	136	43.500	14.325
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	3.373	3.101	198.789	57.748
PROINFA	1.133	958	182.674	169.706
Outros	4.726	5.574	593.054	663.391
	36.622	36.494	4.115.292	4.045.985
Energia Comprada no Ambiente de Contratação Livre - ACL	15.762	16.180	1.443.246	1.455.049
	52.384	52.674	5.558.538	5.501.034
Crédito de PIS e COFINS			(508.463)	(521.366)
Subtotal			5.050.075	4.979.668
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição				
Encargos da Rede Básica			899.112	901.589
Encargos de Transporte de Itaipu			88.568	84.281
Encargos de Conexão			68.985	59.475
Encargos de Uso do Sistema de Distribuição			30.217	25.657
Encargos de Serviço do Sistema - ESS			174.230	80.727
Encargos de Energia de Reserva			32.281	3.220
			1.293.393	1.154.949
Crédito de PIS e COFINS			(120.978)	(120.108)
Subtotal			1.172.415	1.034.841
Total			6.222.490	6.014.509

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(30) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora					
	Despesa Operacional				Total	
	Gerais		Outros		2010	2009
	2010	2009	2010	2009		
Pessoal	3.837	2.451	-	-	3.837	2.451
Material	57	42	-	-	57	42
Serviços de terceiros	19.442	7.759	-	-	19.442	7.759
Depreciação e amortização	150	119	-	-	150	119
Outros:						
Arrendamento e aluguéis	124	122	-	-	124	122
Publicidade e propaganda	1.530	1.589	-	-	1.530	1.589
Legais, judiciais e indenizações	410	414	-	-	410	414
Doações, contribuições e subvenções	150	43	-	-	150	43
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	1.365	-	1.365
Amortização de intangível de concessão adquirido	-	-	145.302	148.749	145.302	148.749
Outros	8.976	5.800	-	-	8.976	5.800
Total	34.676	18.339	145.302	150.114	179.978	168.453

	Consolidado											
	Custo da operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesa operacional					Total		
					Vendas		Gerais		Outros			
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Pessoal	351.447	332.033	279	640	80.013	69.253	161.878	151.186	-	-	593.617	553.112
Entidade de previdência privada	(80.629)	(3.066)	-	-	-	-	-	-	-	-	(80.629)	(3.066)
Material	62.175	58.787	2.368	1.246	4.402	4.277	11.678	8.048	-	-	80.623	72.358
Serviços de terceiros	199.065	160.887	2.358	1.742	84.488	72.648	181.493	153.642	-	-	467.404	388.919
Depreciação e amortização	475.647	451.712	-	-	9.212	10.944	24.167	23.518	152	-	509.178	486.174
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.043.678	615.557	-	-	-	-	-	-	1.043.678	615.557
Outros:												
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	55.910	50.367	-	-	-	-	55.910	50.367
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	51.668	36.250	-	-	-	-	51.668	36.250
Arrendamento e aluguéis	15.068	15.633	-	-	1.676	65	9.764	4.866	13	-	26.521	20.564
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	19.852	7.970	-	-	19.852	7.970
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	5.416	25.209	-	-	5.416	25.209
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	5.810	7.095	27	-	5.837	7.095
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	24.769	23.563	24.769	23.563
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.308)	(2.240)	(11.308)	(2.240)
Ajuste de energia livre	-	-	-	-	-	-	-	-	2.782	19.378	2.782	19.378
Amortização de intangível de concessão adquirido	-	-	-	-	-	-	-	-	182.615	186.899	182.615	186.899
Outros	44.720	37.952	2.297	1.759	13.066	11.395	23.154	21.856	754	(257)	83.991	72.705
Total	1.067.493	1.053.938	1.050.980	620.944	300.435	255.199	443.212	403.390	199.804	227.343	3.061.924	2.560.814

(31) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Rendas de Aplicações Financeiras	32.068	23.717	156.420	94.356
Acréscimos e Multas Moratórias	22	5	136.181	124.713
Atualização de Créditos Fiscais	2.943	2.961	7.789	3.860
Atualização de Depósitos Judiciais	866	352	44.366	45.154
Atualizações Monetárias e Cambiais	-	-	42.548	22.171
Deságio na Aquisição de Crédito de ICMS	-	-	7.806	7.803
Remuneração da RTE	-	-	191	147
Juros sobre Contratos de Mútuo	4.290	-	5.894	2.460
PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio	(18.253)	(18.476)	(18.253)	(18.476)
Garantias	45.256	6.034	45.256	6.034
Outros	25.749	22.591	54.917	63.138
Total	92.941	37.184	483.115	351.360
Despesas				
Encargos de Dívidas	(45.430)	(46.199)	(740.973)	(619.582)
Atualizações Monetárias e Cambiais	(5.435)	(414)	(90.381)	(37.107)
(-) Juros Capitalizados	-	-	132.938	84.931
Uso do Bem Público	-	-	(31.578)	(8.651)
Garantias	(37.835)	(9.301)	(37.835)	(9.301)
Outros	(7.528)	(10.786)	(69.229)	(71.356)
Total	(96.228)	(66.700)	(837.058)	(661.066)
Resultado Financeiro	(3.287)	(29.516)	(353.943)	(309.706)

(32) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é efetuada através da segmentação por tipo de negócio (atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica), baseado na estrutura interna das informações financeiras e da Administração.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados em bases de alocação razoáveis, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 já apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém maiores informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio.

Estão apresentadas, a seguir, as informações segregadas por ramo de atividade de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Companhia:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros (*)	Eliminações	Total
2010						
Receita operacional líquida	10.471.192	538.217	1.012.525	1.795	-	12.023.729
(-) Vendas entre sociedades parceiras	13.904	650.571	766.922	-	(1.431.397)	-
Resultado do serviço	1.852.867	616.416	302.981	(32.949)	-	2.739.315
Receita financeira	316.020	53.725	22.389	90.981	-	483.115
Despesa financeira	(394.999)	(323.441)	(22.311)	(96.307)	-	(837.058)
Lucro antes dos impostos	1.773.749	345.914	302.024	(36.315)	-	2.385.372
Imposto de renda e contribuição social	(604.865)	(88.731)	(95.840)	(35.899)	-	(825.335)
Lucro líquido	1.168.884	257.183	206.184	(72.214)	-	1.560.037
Total do ativo (**)	11.689.503	7.568.600	349.047	449.655	-	20.056.805
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	1.127.637	645.040	27.853	10	-	1.800.540
Depreciação e amortização	352.806	188.981	4.553	145.453	-	691.793
2009						
Receita operacional líquida	9.764.670	453.711	1.139.621	4	-	11.358.006
(-) Vendas entre sociedades parceiras	14.127	611.335	644.620	-	(1.270.082)	-
Resultado do serviço	1.860.801	649.561	292.543	(20.222)	-	2.782.683
Receita financeira	262.914	30.884	20.113	37.449	-	351.360
Despesa financeira	(361.852)	(222.990)	(9.764)	(66.460)	-	(661.066)
Lucro antes dos impostos	1.761.863	457.455	302.892	(49.233)	-	2.472.977
Imposto de renda e contribuição social	(602.761)	(125.711)	(93.300)	37.663	-	(784.109)
Lucro líquido	1.159.102	331.744	209.592	(11.570)	-	1.688.868
Total do ativo (**)	10.696.228	6.761.330	422.816	610.385	-	18.490.759
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	667.614	550.565	9.789	131	-	1.228.099
Depreciação e amortização	344.499	175.825	3.882	148.867	-	673.073

(*) Outros - Refere-se basicamente a CPFL Energia após as devidas eliminações dos saldos com partes relacionadas.

(**) Os ágios de aquisições líquidos de amortização, registrados na CPFL Energia foram alocados nos respectivos segmentos.

(33) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladores as seguintes Companhias:

- VBC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, atuante em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Bonaire Participações S.A.

Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Participações, sendo esta controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Fundo BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações ("Fundo")

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia. Os saldos e transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados nos quadros 33.1 e 33.2.

33.1) Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

	ATIVO			PASSIVO			RECEITA		DESPESA	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	2010	2009	2010	2009
Saldo Bancário e Aplicação Financeira										
Banco do Brasil S.A.	141.372	179.781	67.480	-	-	-	13.147	7.030	494	4
Banco Nossa Caixa S.A.	-	196	-	-	-	-	-	-	-	10
Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Derivativos (*)										
Banco do Brasil S.A.	-	10.352	266.531	1.409.587	813.805	1.036.739	3.612	-	110.671	78.832
Outras operações financeiras										
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	4.012	6.824	8.646	1.458	1.819	4.005	3.215
Banco Nossa Caixa S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.469
Venda de Energia - Mercado Livre										
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	656	-	-	-	-	-	7.737	-	-	-
Tavex Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	19.983	18.549	-	-
Suprimento de Energia - Mercado Livre										
NC Energia S.A.	42	2.238	2.055	-	-	-	18.745	24.961	-	1.146
Vale S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.994
Vale Energia S.A.	-	-	-	-	1.348	-	-	-	20.277	26.613
Cia Energetica de Pernambuco - Celpe	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	342	-	-	-	-	-	2.834	-	-	-
Materiais e Prestação de Serviço										
Brasil Telecom S.A.	-	-	-	19	-	56	-	-	834	831
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	-	-	-	-	2	3	-	-	-	20
Camargo Corrêa Geração de Energia S.A.	-	5	-	-	-	-	-	42	-	-
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	220	-
Outras receitas										
Brasil Telecom S.A.	2.671	890	-	-	-	-	10.684	9.794	-	-
Compras de Imobilizado										
Construções e Comércio Camargo Correa S.A.	55.986	36.536	145.114	1.957	1.850	863	-	-	-	-

(*) Trata-se do valor a custo, tanto para empréstimo quanto para derivativos.

33.2) Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto:

Empresas	ATIVO			PASSIVO			RECEITA		DESPESA	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	2010	2009	2010	2009
Alocação de despesas entre empresas										
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	1	-	150	141	-	-	1.598	1.440
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	27	20	-	-	314	219
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	14	15	-	-	239	182
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30)
Arrendamento e Aluguel										
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	7	-	-	-	70	77
Contrato de Mútuo										
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	-	-	-	-	165	-	-
CPFL Atende Centro de Cont. e Aten. Ltda	12.384	6.238	1.045	-	-	-	799	465	-	-
CPFL Bioenergia S.A.	-	14.422	-	-	-	-	786	391	-	-
CPFL Serv. Equip. Ind. e Com. S.A.	2.491	1.430	-	-	-	-	211	13	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	3.012	-	-	-	-	139	-	-	-
Dividendos / Juros sobre o capital próprio										
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	3.648	500	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	12.000	7.000	10.000	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	-	4.957	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	237.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	138.829	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	5.836	-	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	75.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	85.000	-	148.203	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serv. Equip. Ind. e Com. S.A.	-	3.648	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	41.002	-	-	-	-	-	-	-	-
AFAC										
CPFL Jaguarina S.A.	445	140	-	-	-	-	-	-	-	-
Perácio Participações S.A.	-	-	409.310	-	-	-	-	-	-	-
Outros										
Perácio Participações S.A.	-	-	4.233	-	-	-	-	-	-	-

33.3) As principais naturezas e transações estão descritas como segue:

- a) **Saldo Bancário e Aplicação Financeira** - Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras, conforme descrito na nota 6.
- b) **Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Derivativos** - Corresponde a captação de recursos conforme descrito nas notas 18 e 19, contratados em condições normais de mercado, vigentes à época.
- c) **Outras Operações Financeiras** - Os valores de despesa relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. O saldo registrado no passivo compreende basicamente aos direitos sobre o processamento da folha de pagamentos de algumas controladas que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato. Adicionalmente, a Companhia possui Fundo de Investimento Exclusivo administrado pelo BB DTVM, o qual cobra taxas de administração em condições normais de mercado para a respectiva gestão.
- d) **Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços** - Refere-se a aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática. Estas operações foram contratadas em condições normais de mercado.
- e) **Venda de energia no mercado livre** - Refere-se basicamente à venda de energia a consumidores livres, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Companhia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da Companhia.
- f) **Suprimento de energia no mercado livre** - Refere-se basicamente a aquisição de energia pelas comercializadoras através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração.
- g) **Outras Receitas** - Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.

As controladas, concessionárias do serviço público de distribuição, cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realizam vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Adicionalmente, algumas controladas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido juntos à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados, conforme descrito na nota 20.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia é garantidora de algumas dívidas captadas por suas controladas, conforme descrito na nota 18 e 19.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2010, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 18.260. Este valor é composto por R\$ 16.152 referente a benefícios de curto prazo, R\$ 624 de benefícios pós-emprego e R\$ 1.484 de Outros Benefícios de Longo Prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

(34) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

DESCRIÇÃO	RAMO DA APÓLICE	Consolidado		
		2010	2009	2008
Ativo Imobilizado	Incêndio, Raio, Explosão, Quebra de Máquinas, Danos Elétricos e Risco de Engenharia	4.605.688	3.935.861	3.984.443
Transporte	Transporte Nacional	197.712	101.000	75.600
Material Estocado	Incêndio, Raio, Explosão e Roubo	18.729	30.423	27.830
Automóveis	Cobertura Compreensiva	3.531	2.138	6.886
Responsabilidade Civil	Distribuidoras de Energia Elétrica	20.134	19.996	19.999
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	68.532	76.617	125.544
Outros	Riscos Operacionais e Outros	31.598	125.048	529.740
Total		4.945.924	4.291.083	4.770.042

Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(35) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo grupo são, como segue:

a) Ativos financeiros

a.1) Mensurados ao custo amortizado

Empréstimos e recebíveis	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.011.830	1.977.745	1.881.485
Arrendamentos	31.068	24.192	6.389
Outros			
Créditos a receber - Acionistas BAESA	17.128	31.006	42.443
Cauções, fundos e depósitos vinculados	91.159	101.566	133.419
Fundo vinculado a empréstimo moeda estrang	21.221	19.148	30.023
Serviços prestados a terceiros	73.163	48.845	18.642
Reembolso RGR	7.592	7.115	5.939
Convênios de arrecadação	26.573	4.263	-
	2.279.734	2.213.880	2.118.340

Mantidos até o vencimento	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Títulos e valores mobiliários	81.749	101.432	125.366
Créditos a receber - CESP	-	8.923	35.985
	81.749	110.355	161.351

a.2) Mensurados ao valor justo

Mensurados ao valor justo contra resultado	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e equivalentes de caixa	1.562.895	1.487.243	758.454
Derivativos	326	8.676	433.395
Títulos e valores mobiliários	33.606	17.656	9.669
	<u>1.596.827</u>	<u>1.513.575</u>	<u>1.201.518</u>

Disponível para venda	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo financeiro da concessão	934.646	674.029	582.241

b) Passivos financeiros**b.1) Mensurados ao custo amortizado**

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fornecedores	(1.047.392)	(1.064.107)	(1.071.215)
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	(5.141.556)	(3.452.942)	(3.229.633)
Debêntures - principal e encargos	(3.840.340)	(3.351.478)	(2.709.079)
Dividendos a pagar	(23.815)	(25.284)	(17.512)
Taxas regulamentares	(123.542)	(63.750)	(94.530)
Outros			
Consumidores e concessionárias	(63.584)	(50.250)	(50.545)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(3.076)	(4.705)	(28.458)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.206)	(2.008)	(13.707)
Convênio de arrecadação	(51.271)	(27.137)	(14.584)
Fundo de Reversão	(17.751)	(17.751)	(17.751)
	<u>(10.313.533)</u>	<u>(8.059.412)</u>	<u>(7.247.014)</u>

b.2) Mensurados ao valor justo contra resultado

Mensurados ao valor justo contra resultado	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Mantidos para negociação			
Derivativos	(11.864)	(12.706)	(54.404)
Designação inicial (1)			
Empréstimos e financiamentos - determinadas dívidas	(424.827)	(1.095.103)	(1.516.833)
	<u>(436.691)</u>	<u>(1.107.809)</u>	<u>(1.571.237)</u>

(1) Em função da designação inicial a valor justo do passivo financeiro acima, o resultado consolidado apresentou uma perda de R\$ 52 em 2010 (R\$ 56.609 em 2009).

c) Valorização dos Instrumentos Financeiros

O CPC 40 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinado conforme segue:

	Consolidado								
	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalente de caixa	1.562.895	-	-	1.487.243	-	-	758.454	-	-
Derivativos	-	(11.538)	-	-	(4.030)	-	-	378.991	-
Empréstimos e financiamentos	-	(424.827)	-	-	(1.095.103)	-	-	(1.516.833)	-
Títulos e valores mobiliários	33.606	-	-	17.656	-	-	9.669	-	-
Ativo financeiro da concessão	-	-	934.646	-	-	674.029	-	-	582.241
	<u>1.596.501</u>	<u>(436.365)</u>	<u>934.646</u>	<u>1.504.899</u>	<u>(1.099.133)</u>	<u>674.029</u>	<u>768.123</u>	<u>(1.137.842)</u>	<u>582.241</u>

Em função das controladas de distribuição terem classificados os respectivos ativos financeiros da concessão como disponíveis para venda conforme descrito na nota 3.2, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação entre exercícios e respectivos ganhos (perdas) na Reserva de avaliação patrimonial estão evidenciados na nota 12.

A informação comparativa da valorização à mercado para os demais instrumentos financeiros registrados pelo método do custo amortizado está descrito a seguir:

Assume-se que os instrumentos financeiros como contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e o contas a pagar para fornecedores já estejam próximo de seu respectivo valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os valores de mercado de tais instrumentos financeiros obtidos através da metodologia descrita na nota 4, são como segue:

	Controladora			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Debêntures (nota 19)	(465.529)	(470.262)	(462.788)	(468.993)
Total	(465.529)	(470.262)	(462.788)	(468.993)

	Consolidado			
	31/12/2010		31/12/2009	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	(5.141.556)	(4.870.909)	(3.452.942)	(3.194.735)
Debêntures (nota 19)	(3.840.340)	(3.891.397)	(3.351.478)	(3.392.071)
Total	(8.981.896)	(8.762.306)	(6.804.420)	(6.586.806)

Para operações específicas do setor elétrico, sem similar no mercado e com pouca liquidez, principalmente relacionadas com os aspectos regulatórios e créditos a receber da CESP, as controladas assumiram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil. Isto ocorre em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A Companhia registra no consolidado, "Investimentos ao custo" a participação de 5,93% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S/A, sendo 28.154 ações ordinárias e 18.508 ações preferenciais. Uma vez que esta Sociedade não possui ações cotadas em bolsa e que o objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas detentores da concessão, a Companhia optou por registrar o respectivo investimento ao seu valor de custo.

d) Instrumentos Derivativos

A Companhia e suas controladas possuem política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia e suas controladas possuem *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia e suas controladas são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de chamada de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados da Companhia e suas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, algumas dívidas são designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia e suas controladas não adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores de mercado, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	(Passivo)							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:									
Hedge variação cambial:									
CPFL Paulista									
ABN	-	(7.421)	(7.421)	186	(7.607)	yen	01/2012	376.983	balcão
Subtotal	-	(7.421)	(7.421)	186	(7.607)				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo									
Hedge variação cambial:									
CPFL Paulista									
Itau BBA	-	(606)	(606)	(606)	-	dólar	10/2010	30.121	balcão
CPFL Geração									
Itau BBA	-	(2.760)	(2.760)	(2.618)	(142)	dólar	10/2010 a 03/2011	65.237	Balcão
Hedge variação de taxa de juros ⁽¹⁾									
CPFL Energia									
Citibank	-	(583)	(583)	7	(590)	CDI + spread	09/2010 a 09/2014	450.000	Balcão
RGE									
Santander	289	-	289	95	194	CDI + spread	01/2011 a 12/2013	280.000	Balcão
Citibank	37	(2)	35	8	27	CDI + spread	06/2011 a 12/2013	100.000	Balcão
Hedge variação de taxa de juros ⁽²⁾									
CPFL Piratininga									
HSBC	-	(114)	(114)	6	(120)	TJLP	01/2013	25.453	Balcão
Santander	-	(137)	(137)	(3)	(134)	TJLP	01/2013	25.453	Balcão
CPFL Geração									
HSBC	-	(241)	(241)	(9)	(245)	TJLP	12/2012	50.377	Balcão
Subtotal	326	(4.443)	(4.117)	(3.120)	(1.010)				
Total	326	(11.864)	(11.538)	(2.934)	(8.617)				
Circulante	244	(3.981)							
Não circulante	82	(7.883)							
Total	326	(11.864)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 18 e 19

⁽¹⁾ Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

⁽²⁾ Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade mensal, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

A controlada CPFL Paulista optou por marcar a mercado a dívida que possui instrumentos de hedge totalmente atrelados, de modo que em 31 de dezembro de 2010 foi apurado um ganho de R\$ 4.965 (nota 18). Este ganho minimizou a perda de derivativos demonstrada anteriormente.

A Companhia e suas controladas têm reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2010 e 2009, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado:

Empresa	Risco protegido / operação	Conta contábil	Ganho (Perda)	
			2010	2009
CPFL Energia	Variação de taxas de juros	Despesa financeira - Operações de swap	(14)	136
CPFL Energia	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a valor justo	20	228
CPFL Paulista	Variação cambial	Despesa financeira - Operações de swap	(3.269)	(230.440)
CPFL Paulista	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a valor justo	392	49.810
CPFL Piratininga	Variação de taxas de juros	Despesa financeira - Operações de swap	3	-
CPFL Piratininga	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a valor justo	(254)	-
CPFL Geração	Variação cambial	Despesa financeira - Operações de swap	(16.094)	(274.350)
CPFL Geração	Variação de taxas de juros	Despesa financeira - Operações de swap	567	(1.305)
CPFL Geração	Marcação a mercado	Despesa financeira - Ajuste a valor justo	1.710	11.157
RGE	Variação cambial	Despesa financeira - Outras desp financeira	-	(11.743)
RGE	Variação de taxas de juros	Despesa financeira - Outras desp financeira	553	514
RGE	Marcação a mercado	Despesa financeira - derivativos ajustes a valor justo	(71)	198
			(16.457)	(455.795)

e) Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial existente em 31 de dezembro de 2010 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial de 8,9%*	Depreciação cambial de 25%**	Depreciação cambial de 50%**
Instrumentos financeiros ativos	21.221	alta dólar	1.879	5.305	10.611
Instrumentos financeiros passivos	(138.953)	alta dólar	(12.301)	(34.741)	(69.477)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	83.328	alta dólar	7.377	20.834	41.664
	(34.404)		(3.045)	(8.602)	(17.202)
Instrumentos financeiros passivos	(424.827)	alta yen	(37.608)	(106.207)	(212.414)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	424.827	alta yen	37.608	106.207	212.414
	-		-	-	-
	(34.404)		(3.045)	(8.602)	(17.202)

(*) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&F

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2010 seja mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI 9,71% a.a.; IGP-M 11,32% a.a.; TJLP 6,0% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras consolidadas para o próximo exercício social seria uma despesa financeira líquida de R\$ 526.941. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I*	Consolidado	
				Elevação de índice em 25%**	Elevação de índice em 50%**
Instrumentos financeiros ativos	1.718.110	variação CDI	38.482	41.708	83.414
Instrumentos financeiros passivos	(5.242.137)	variação CDI	(116.323)	(127.253)	(254.505)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	(628.272)	variação CDI	(14.325)	(15.251)	(30.502)
	(4.152.299)		(92.166)	(100.796)	(201.593)
Instrumentos financeiros ativos	81.749	variação IGP-M	(4.831)	2.313	4.627
Instrumentos financeiros passivos	(65.263)	variação IGP-M	3.857	(1.847)	(3.694)
	16.486		(974)	466	933
Instrumentos financeiros passivos	(3.238.304)	variação TJLP	5.099	(48.574)	(97.150)
Derivativos - Swap Plain Vanilla	108.579	variação TJLP	(173)	1.629	3.257
	(3.129.725)		4.926	(46.945)	(93.893)
Total de aumento	(7.265.538)		(88.214)	(147.275)	(294.553)

(*) Os índices de CDI, IGP-M e TJLP considerados de: 11,99%, 5,41% e 5,84%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08

(36) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco:

Compete ao Conselho de Administração a priorização dos riscos a serem monitorados pela Companhia, validando os níveis de tolerância aprovados pela Diretoria Executiva, bem como conhecer o modelo de gerenciamento corporativo de riscos adotado pela Companhia. Cabe à Diretoria Executiva, o desenvolvimento e implantação de planos de ação e monitoramento dos riscos. Para auxiliá-la neste processo, foi criada a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, bem como o Comitê de Gerenciamento Corporativo de Riscos. Desde sua criação, a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, elaborou a Política Corporativa de Gestão de Riscos, aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, constituiu o Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, composto por diretores indicados para representar cada Unidade de Gestão e seu regimento interno, e vem implantando o modelo de Gestão Corporativa de Riscos para o Grupo no que tange à Estratégia (direcionamento, mapa de riscos e tratamento), Processos (planejamento, execução, monitoramento e reporte), Sistemas, Organização e Governança.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e tratar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, o que inclui revisões do modelo adotado sempre que necessário para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo, objetivando o desenvolvimento de um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

O Conselho da Administração do Grupo é assistido no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões *ad hoc* de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia e

suas controladas trocar os riscos originais da operação para o custo relativo a variação do CDI. Adicionalmente as suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente através do consumo e conseqüente faturamento de energia ocorridos após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenha sido contemplado tais perdas. A quantificação deste risco está mensurada na nota 35 (e.1).

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. As controladas têm buscado aumentar a participação de empréstimos pré indexados ou atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. A quantificação deste risco está mensurada na nota 35 (e.2).

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade das suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pelas controladas basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN, de julho de 2010, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, os riscos de qualquer déficit de energia elétrica para o ano de 2011 são baixos, tornando remota a possibilidade de um novo programa de racionamento.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, no entanto, o risco decorrente da aplicação dessas tarifas pertence às distribuidoras de energia elétrica.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de *software* (MAPS), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e controladas suportados por estas ferramentas, tem apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm política formalizada para contratação de instrumentos derivativos apenas para fins de hedge, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Companhia e suas controladas atendem aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley tendo, portanto, políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

(37) COMPROMISSOS

Os compromissos da Sociedade relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2010	Vigência	2011	2012	2013	2014	A partir de 2014	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	2 a 20 anos	6.096.973	6.348.357	6.185.466	5.885.869	61.564.231	86.080.896
Itaipu	20 anos	1.056.770	1.126.101	1.111.831	1.085.482	13.823.854	18.204.039
Projetos de construção de usina (a)	2 a 31 anos	493.531	232.616	31.559	30.759	391.509	1.179.974
TOTAL		7.647.275	7.707.074	7.328.855	7.002.111	75.779.595	105.464.909

(a) Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados pela Sociedade para disponibilizar recursos, na proporção de sua participação, na construção, aquisição da concessão, e compra de garantias bancárias relacionadas às controladas em conjunto em fase de desenvolvimento.

(38) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

A Companhia possui os seguintes ativos e passivos contabilizados para fins regulatórios, que não estão registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito na nota 3.13.

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativos			
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	328
Energia Livre	-	-	5.985
Descontos TUSD (*) e Irrigação	54.407	12.753	35.976
Outros Componentes Financeiros	-	199	7.058
	54.407	12.952	49.347
Diferimento de Custos Tarifários			
Parcela "A"	332	1.290	236.307
CVA (**)	333.620	374.336	559.357
	333.952	375.626	795.664
Despesas Pagas Antecipadamente			
Sobrecontratação	23.860	77.191	23.135
Subvenção Baixa Renda - Perdas	34.994	22.006	33.500
Neutralidade dos Encargos Setoriais	4.078	-	-
Reajuste Tarifário	13.891	-	-
Outros Componentes Financeiros	49.235	10.563	993
	126.058	167.388	177.513
Passivos			
Diferimento de Ganhos Tarifários			
Parcela "A"	(11.472)	(44.419)	(15.360)
CVA	(364.363)	(377.735)	(191.289)
	(375.835)	(422.154)	(206.649)
Outras Contas a Pagar			
Revisão Tarifária	-	(89.261)	(34.692)
Descontos TUSD e Irrigação	(1.923)	(991)	(797)
Reajuste Tarifário	(3.556)	-	-
Sobrecontratação	(61.391)	(17.541)	(51.634)
Subvenção Baixa Renda - Ganhos	(6.280)	(6.011)	(13.154)
Neutralidade dos Encargos Setoriais	(63.905)	-	-
Outros Componentes Financeiros	(26.111)	(12.137)	(24.642)
	(163.166)	(125.941)	(124.919)
Total Líquido	(24.584)	7.871	690.956

(*) Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

(**) Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela "A"

As principais características destes ativos e passivos regulatórios são:

a) Descontos TUSD e Irrigação

As controladas de distribuição reconheciam ativos e passivos regulatórios referentes aos descontos especiais aplicados à TUSD para os clientes livres com suprimento de energia elétrica oriundo de fontes alternativas de energia, e às tarifas de Fornecimento aplicadas às atividades de irrigação e aqüicultura.

b) Parcela "A"

Correspondia à variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela "A" dos contratos de concessão, ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, no período de racionamento.

c) CVA

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

d) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

e) Subvenção - Baixa Renda

Refere-se a subsídios concedidos aos consumidores com direito ao benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (Baixa Renda) por estarem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, independentemente do seu consumo de energia.

f) Neutralidade dos Encargos Setoriais

Refere-se a neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores contemplados na tarifa.

g) Reajuste Tarifário e Revisão Tarifária

A Companhia teve em seu reajuste tarifário, componentes financeiros concedidos de modo a ajustar revisão tarifária ou reajustes tarifários anteriores.

h) Outros Componentes Financeiros

Refere-se principalmente à exposição CCEAR, garantias financeiras, subsídios às cooperativas e permissionárias e ajuste financeiro TUSD G.

A ANEEL, através de Resoluções Homologatórias de 01 de fevereiro de 2011, fixou os reajustes das tarifas das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista. Os detalhes dos reajustes estão apresentados a seguir.

	CPFL Santa Cruz	CPFL Jaguari	CPFL Mococa	CPFL Leste Paulista	CPFL Sul Paulista
Reajuste médio	23,61%	5,47%	9,50%	7,76%	8,02%
Reajuste econômico	8,01%	5,22%	6,84%	6,42%	6,57%
Componentes financeiros	15,61%	0,25%	2,66%	1,34%	1,45%
Percepção do consumidor	15,38%	6,62%	9,77%	16,44%	7,11%
Resolução Homologatória ANEEL	1.108/11	1.106/11	1.109/11	1.107/11	1.111/11

DIRETORIA

WILSON P. FERREIRA JUNIOR

Diretor Presidente acumulando as funções de Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO

Diretor Vice-Presidente Administrativo

MIGUEL NORMANDO ABDALLA SAAD

Diretor Vice-Presidente de Geração

PAULO CEZAR COELHO TAVARES

Diretor Vice-Presidente de Gestão de Energia

HÉLIO VIANA PEREIRA

Diretor Vice-Presidente Distribuição

ADRIANA WALTRICK

Diretora Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MURILO CESAR L.S. PASSOS

Presidente

ROBSON ROCHA

Vice-Presidente

CONSELHEIRO

ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES

CLAUDIO BORIN GUEDES PALAIA

RICARDO CARVALHO GIAMBRONI

FRANCISCO CAPRINO NETO

MARTIN ROBERTO GLOGOWSKY

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

ANTÔNIO CARLOS BASSALO

Diretor de Contabilidade

CRC. 1SP085.131/O-8

SÉRGIO LUIZ FELICE

Gerente de Contabilidade

CRC. 1SP192.767/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras do Exercício Social de 2010, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelos representantes da Auditoria Externa e, ainda, com base no parecer da KPMG Auditores Independentes, datado de 14 de março de 2011, é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 23 de março de 2011.

Daniela Corci Cardoso

Adalgiso Fragoso de Faria

Wilton de Medeiros Daher

José Reinaldo Magalhães

Susana Hanna S. Jabra



KPMG Auditores Independentes
Av. Barão de Itapura, 950 - 6º
13020-431 - Campinas, SP - Brasil
Caixa Postal 737
13012-970 - Campinas, SP - Brasil

Central Tel 55 (19) 2129-8700
Fax 55 (19) 2129-8728
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
CPFL Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CPFL Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da CPFL Energia S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 14 de março de 2011.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jarib Brisola Duarte Fogaça
Contador CRC 1SP125991/O-0

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da CPFL Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, 14º andar - Cj 1402 CEP 04547-005 Vila Olímpia - São Paulo, São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.429.144/0001-93, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis da **CPFL Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da **CPFL Energia** do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Paulo, 14 de março de 2011.

WILSON P. FERREIRA JUNIOR

Diretor Presidente acumulando as funções de Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO

Diretor Vice-Presidente Administrativo

MIGUEL NORMANDO ABDALLA SAAD

Diretor Vice-Presidente de Geração

PAULO CEZAR COELHO TAVARES

Diretor Vice-Presidente de Gestão de Energia

HÉLIO VIANA PEREIRA

Diretor Vice-Presidente Distribuição

ADRIANA WALTRICK

Diretora Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios